



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA**

**WALDIR THIAGO RIBEIRO ARANTES**

***IMPEACHMENT* OU GOLPE: A RECEPÇÃO DA CASSAÇÃO DA PRESIDENTE  
DILMA ROUSSEFF PELOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
CEARÁ (UECE - FORTALEZA)**

**FORTALEZA - CEARÁ**

**2019**

WALDIR THIAGO RIBEIRO ARANTES

*IMPEACHMENT* OU GOLPE: A RECEPÇÃO DA CASSAÇÃO DA PRESIDENTE  
DILMA ROUSSEFF PELOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
CEARÁ (UECE - FORTALEZA)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.

FORTALEZA - CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Arantes, Waldir Thiago Ribeiro .

Impeachment ou Golpe: a recepção da cassação da presidente Dilma Rousseff pelos discentes da Universidade Estadual do Ceará (UECE - Fortaleza) [recurso eletrônico] / Waldir Thiago Ribeiro Arantes. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 145 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Sociologia.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.

1. Impeachment. 2. Golpe. 3. Teoria da Recepção.  
I. Título.

WALDIR THIAGO RIBEIRO ARANTES

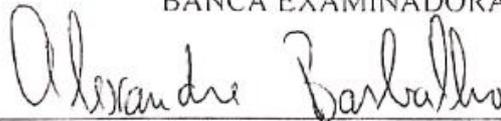
IMPEACHMENT OU GOLPE: A RECEPÇÃO DA CASSAÇÃO DA PRESIDENTE  
DILMA ROUSSEFF PELOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
CEARÁ (UECE-FORTALEZA).

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia –  
PPGS/UECE, do Centro de Estudos Sociais  
Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como  
requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre  
em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

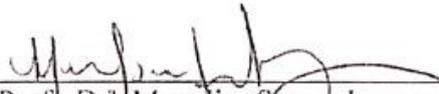
Aprovada em: 27/08/2019

BANCA EXAMINADORA

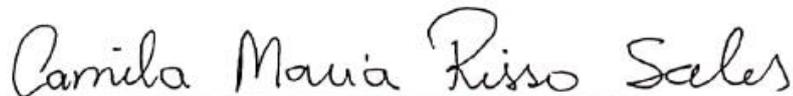


Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho  
(Orientador)

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.ª Dr.ª Monalisa Soares Lopes  
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof.ª. Dr.ª. Camila Maria Risso Sales  
Universidade Federal do Amapá - UFAP

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu querido Ceará, principalmente, a minha querida Praia do Cumbuco, pela acolhida e hospitalidade. Aos grandes professores do Programa de Pós-Graduação de Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), pela excelência, pelo profissionalismo e pela dedicação. A Universidade Pública de qualidade realmente muda a vida das pessoas. Ao meu orientador, Prof. Dr. Alexandre Barbalho, um ser humano excepcional, que me apresentou os caminhos da pesquisa. Agradeço pela paciência, pelo seu compromisso e por acreditar em nosso trabalho. A minha companheira de longa jornada, meu amor, Ló Nascimento. O seu apoio nos momentos difíceis, a sua ajuda no pré-projeto e na elaboração dos gráficos foram fundamentais. Ao prof. Dr. Paulo César, (UECE) pelos ensinamentos da Estatística. A minha banca de qualificação, às professoras Dra. Monalisa Lopes (UFC) e Dra. Camila Sales (UFAP), pelas dicas de leitura e orientações. A minha querida sobrinha, Tayane Arantes, pelas revisões e comentários relevantes. À turma do sétimo período do curso de História, pela recepção e boas interações no estágio supervisionado. Ao Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia da Universidade Federal do Ceará (LEPEM-UFC), pela oportunidade de participar de frutíferos debates sobre a conjuntura atual. Em particular à profa. Dra. Monalisa Lopes, pela ajuda e referências bibliográficas. Aos colegas do mestrado, turmas 2017 e 2018, pelas calorosas discussões sobre a política do nosso País. Ao PPGS, principalmente à Cristina, à Princesa e ao Zé, no auxílio e nas orientações necessárias para o trâmite da pesquisa. Aos funcionários da UECE, em especial ao Cláudio, pelo cuidado com o nosso espaço acadêmico e pelas boas conversas sobre a política e a cidade de Fortaleza. As minhas irmãs e sobrinhos, pelo companheirismo. Por fim, aos dois personagens que possibilitaram a minha existência neste planeta. Ao meu querido pai, que tanto apoiou as minhas escolhas. O seu otimismo, mesmo nos olhares confusos e sombrios da morte, será um farol para toda a vida. Você não estará presente na minha defesa, mas ficará na minha memória e no meu coração até o fim dos meus dias. E a minha querida mãezinha, que partiu há tantos anos, mas que ainda me ilumina com sua esperança, o seu amor pela vida e pelo próximo.

“Que Deus tenha misericórdia dessa nação.  
Eu voto Sim!”

(Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ),  
presidente da Câmara dos Deputados durante  
a votação do *impeachment* da presidente  
Dilma Rousseff)

### Mãos Dadas

“Não serei o poeta de um mundo caduco.

Também não cantarei o mundo futuro.

Estou preso à vida e olho meus  
companheiros.

Estão taciturnos mas nutrem grandes  
esperanças.

Entre eles, considero a enorme realidade.

O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos  
dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma  
história, não direi os suspiros ao anoitecer, a  
paisagem vista da janela, não distribuirei  
entorpecentes ou cartas de suicida, não  
fugirei para as ilhas nem serei raptado por  
serafins.

O tempo é a minha matéria, do tempo  
presente, os homens presentes, a vida  
presente.”

(Carlos Drummond de Andrade)

## RESUMO

As disputas de narrativas que defendiam a cassação da presidente Dilma Rousseff como *impeachment* ou golpe ganharam sonoridade no Brasil. Na cidade de Fortaleza, esses embates tiveram lugares específicos para os apoiadores e os contrários à destituição da presidente. A Praça Portugal e a Praia de Iracema foram pontos de encontro daqueles favoráveis ao *impeachment*, enquanto a Praça do Ferreira era o local onde se denunciava um golpe de Estado. Na capital cearense, o discurso contrário ao *impeachment* ganhou muita relevância, chegando a receber nos comícios tanto a presidente Dilma quanto o ex-presidente Lula. Em virtude disso, analisar o processo de recepção do discurso de cassação da presidente em Fortaleza nos faz entender um pouco mais desse conturbado cenário político no qual as Universidades Públicas estão sendo acuadas com discursos ideológicos semelhantes aos panfletos do *impeachment*. Por isso, a pesquisa teve como proposta analisar como a recepção da cassação da presidente aconteceu na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Busca-se compreender como os discentes se posicionaram em relação a esse ato político-jurídico. Verificando posicionamentos ideológicos, filiação partidária, participação nas manifestações de rua e acesso a diferentes meios de comunicação para se informar e interagir sobre a cassação da presidente Dilma. Entende-se que a mídia tradicional brasileira atuou como um *player* no processo do *impeachment*, apoiando a legalidade do ato, mas no ambiente universitário isso não foi unanimidade. A resistência a esse discurso de legitimidade do *impeachment*, nas controversas pedaladas fiscais e na edição de créditos suplementares como crime de responsabilidade, demonstra um contraponto em relação às mídias dominantes do País. Mediante à Teoria da Recepção, o trabalho teve como foco o receptor, um sujeito ativo, produtor de conhecimento, e não um mero reprodutor do emissor da mensagem. Através de uma pesquisa quantitativa, investigou-se o público discente na UECE e suas percepções desse julgamento contra a presidente que traz apreensão aos rumos da democracia no Brasil. A Universidade apresenta uma maioria jovem (92%), de baixa renda (65% classes D e E), antenados com diferentes meios de comunicação (internet, redes sociais, TV), sem filiação partidária (98%) e denunciam um golpe de Estado no Brasil (61%). Entender quem são esses estudantes e seu posicionamento em relação ao *impeachment* talvez suscite reflexões sobre o desprezo e a perseguição que sofre a Universidade Pública, principalmente as Ciências Humanas, no Brasil.

**Palavras-chave:** *Impeachment*. Golpe. Teoria da Recepção.

## ABSTRACT

The disputable narratives in favour of the annulment of President Dilma Rousseff, by an impeachment or a coup, gained sonority in Brazil. In the capital city of Fortaleza, located in the North-eastern State of Ceará, these clashes happened in specific places where both sides, supporters and opposers, had their own space. Portugal Square and Iracema Beach were meeting places for those in favour of the impeachment, while Ferreira Square, in the city centre, was the gathering place for those denouncing a coup d'état. In the capital city of Ceará, the discussion against impeachment gained so much importance that even President Dilma and former President Lula came to the political conventions. Therefore, analysing the discussion in favour of the president's deposition makes us understand a little more about this disturbed political scenario. As Public Universities are currently being overwhelmed by ideological speeches similar to the impeachment pamphlets, the purpose of this research is to analyse how the response to the president's deposition happened at the State University of Ceará (UECE). This research tries to understand how the university students positioned themselves towards this political-judicial event. It checks ideological positions, party affiliation, participation in street demonstrations and access to different media to inform and interact about the deposition of President Dilma. It tries to understand the position of the traditional Brazilian media that acted in favour of the impeachment, supporting the legality of this event, whereas at the university this position was not collectively shared. The resistance against the discussion that impeachment was legal, due to the controversies with the so called "pedaladas" (disguising public budget deficit) and the manufacturing of extra credits which implies in a 'crime of responsibility', demonstrates a counterpoint in relation to the dominant media of the country. Through the Theory of Reception, this work focused on the receiver, an active subject, the producer of knowledge, not a mere reproducer of the sender's message. Through a quantitative research, the students were researched at UECE and their perceptions of this judgment towards the president that brings apprehension to the directions of democracy in Brazil. At the university the majority (92%) are young people, with a low income (65% classes D and E), tuned in with different types of media (internet, social networks, TV), without party affiliation (98%) and denouncing a coup d'état in Brazil (61%). Understanding who these students are and what their position is in relation to the impeachment, may raise reflections on the contempt and persecution suffered by the Public University, especially the Human Sciences in Brazil.

**Keywords:** Impeachment. Coup d'état. Theory of Reception.

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AGU	Advocacia Geral da União
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IASP	Instituto dos Advogados de São Paulo
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRO	Lei de Responsabilidade Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MBL	Movimento Brasil Livre
MPL	Movimento Passe Livre
MPF	Ministério Público Federal
NSA	National Security Agency
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGR	Procuradoria Geral da República
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PP	Partido Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrata
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PSL	Partido Social Liberal
PPS	Partido Popular Socialista
PV	Partido Verde
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PEN	Partido Ecológico Nacional
PR	Partido da República
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PIG	Partido da Imprensa Golpista
PROGRAD	Programa de Graduação
REDE	Rede Sustentabilidade
RSIS	Redes Sociais
SD	Solidariedade
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
STF	Supremo Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TRANSPETRO	Petrobras Transporte S. A.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1	JUSTIFICATIVA.....	22
<b>2</b>	<b>AÉCIO NEVES X DILMA ROUSSEFF: ELEIÇÃO PRESIDENCIAL E CRISE POLÍTICA.....</b>	<b>26</b>
2.1	NÃO HAVERÁ TERCEIRO TURNO: OS CAMINHOS DO IMPEACHMENT....	28
2.2	AS PEDALADAS FISCAIS COMO CRIME DE RESPONSABILIDADE X CRIME SEM RESPONSABILIDADE É GOLPE.....	39
2.3	IMPEACHMENT JÁ X VEM PRA DEMOCRACIA: BRASIL CONTRA O GOLPE.....	49
2.4	IMPEACHMENT OU GOLPE.....	53
<b>3</b>	<b>A MÍDIA NA COBERTURA DE CASSAÇÃO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF.....</b>	<b>68</b>
3.1	OPINIÃO QUE SE PUBLICA.....	75
3.2	MÍDIAS DIGITAIS E REDES SOCIAIS.....	83
<b>4</b>	<b>A RECEPÇÃO DO PROCESSO DE CASSAÇÃO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF.....</b>	<b>99</b>
4.1	TEORIA DA RECEPÇÃO: ASPECTOS CENTRAIS.....	101
4.2	METODOLOGIA.....	105
4.3	DISCUSSÃO DOS DADOS.....	108
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>137</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>142</b>
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – PPGS.UECE.....	143
	ANEXO B – BAIRROS DE FORTALEZA, HABITANTES E RENDA MÉDIA...	145

## 1 INTRODUÇÃO

As ruas estavam tomadas pelo verde e amarelo. O uniforme da seleção brasileira era a farda dos “cidadãos de bem” e defensores da moralidade. Multidões caminhavam em várias cidades do País protestando contra a corrupção e o governo petista. A pátria estava representada nas ruas e o sentimento era de mudança. A esperança da transformação brotava na força do povo que gritava na avenida Paulista, nas praias de Copacabana, de Iracema e em tantos outros lugares que representavam verdadeiros cartões postais. A população era constantemente convocada pelos grandes meios de comunicação para exercerem sua cidadania nas mobilizações populares. As famílias brasileiras compareceram nesse ato cívico representando a consciência lúcida de um país tomado pela roubalheira e pela demagogia. A cara da nação era branca, rica e estudada. O retrato de um povo que poderia ser de algum país europeu, mas que, na verdade, era do Brasil. Entretanto, era nos rostos das babás e das empregadas domésticas, castamente uniformizadas, que se encontrava a representação epidérmica da maior parte da sociedade brasileira.

A essência dessas manifestações era legitimar o processo de cassação de uma presidente eleita democraticamente. O objetivo era riscar do mapa qualquer vestígio de um governo associado ao aliciamento dos pobres ignorantes que se beneficiaram das políticas públicas. O Brasil verde amarelo não iria pagar o “pato” pelo desastre da presidente petista. Dilma Rousseff, representada como louca, histérica, arrogante e inoperante, não tinha a mínima capacidade de trazer a “ordem e o progresso.” A mulher odiada pelo Brasil misógino não era “bela, recatada e nem do lar”. A sua “bandeira era vermelha” e o “seu partido o mais corrupto da história”. O *impeachment* seria a concretização natural de um projeto patriótico e racional contra os corruptos. Essa conjuntura histórica ficou concretizada nas falas dos congressistas brasileiros durante o ato de cassação da presidente Dilma. A infâmia dos discursos em homenagem a Deus, à família, aos filhos e até à Ditadura Militar demonstrou ao mundo os argumentos insólitos desse processo político.

A resistência ao *impeachment* sempre era demonstrada com ações de sindicatos e partidos políticos. A existência de uma frente denominada pelos seus participantes de democrática era registrada pela mídia como reações de simpatizantes do governo petista. A cassação de Dilma no Congresso Nacional passa a se concretizar através de diversos acordos elitistas. A conciliação de classes costurada na Carta ao Povo Brasileiro, no primeiro governo Lula, já não interessava aos grupos dominantes do País. O processo de *impeachment* seguiu os trâmites legais com a supervisão do presidente do STF, condenando a presidente Rousseff

por crime de responsabilidade tanto pelas pedaladas fiscais quanto pela edição de créditos suplementares.

A destituição da presidente representou um ponto de inflexão na história do País. Com quatro vitórias consecutivas para o Executivo Federal, o Partido dos Trabalhadores (PT) já presenciava uma forte oposição antes da reeleição de Dilma em 2014. Em julho de 2013, várias manifestações se espalharam pelo Brasil. Inicialmente, a pauta de reivindicações era associada ao transporte público, como a Tarifa Zero, defendida pelo Movimento Passe Livre (MPL) na capital paulista. As passeatas, aos poucos, ganharam notoriedade nos jornais. Assim, um movimento tratado como um problema municipal pela ação truculenta da Polícia Militar, ganhou repercussão nacional. Várias ruas do País foram ocupadas pela população que reivindicava não só melhorias no transporte, mas também nos demais serviços públicos<sup>1</sup>. A presidente chegou a propor cinco áreas de atuação, como educação, saúde, transporte, reforma política e responsabilidade fiscal. Esse protagonismo do Executivo gerou atrito e resistência do Congresso, principalmente com o plebiscito proposto para a reforma política<sup>2</sup>. Os congressistas não viam com bons olhos uma reforma, a qual interferiria diretamente nos seus interesses, ser votada pelo povo.

Dois pontos devem ser destacados sobre as manifestações que, no início, estavam relacionadas com algumas pautas de esquerda. Segundo uma matéria do *Le Monde Diplomatique*, escrita por Boito Jr., o primeiro deles são os seus participantes, que eram representantes da classe média e de jovens das periferias. Eles estavam insatisfeitos com a qualidade dos serviços prestados pelo Estado e com a oferta de empregos precários que se encontravam disponíveis no País. O desemprego em queda não significava boa qualidade das ocupações disponíveis no mercado:

A Revolta da Tarifa reuniu, como mostram as pesquisas, jovens de baixa renda, classe média, trabalhadores que, na maioria dos casos, são também estudantes. É o setor beneficiário da política dos governos petistas de expansão do ensino superior, que dobrou o número de universitários brasileiros. Ocorre que o mercado de trabalho para os diplomados cresceu muito pouco. Os postos gerados foram, devido à reativação da função primário-exportadora da economia brasileira, predominantemente empregos que dispensam alta qualificação e pagam baixos salários.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/12/1390207-manifestacoes-nao-foram-pelos-20-centavos.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2019.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>. Acesso em: 10 fev. 2019.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-natureza-da-crise-politica/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

No entanto, num segundo momento, as ruas começaram a ganhar novos segmentos sociais, com a inserção de uma classe média com renda alta, juntamente com novas pautas, como os gastos com a Copa do Mundo, a corrupção e a divergência a PEC 37<sup>4</sup>. A oposição à PEC nos noticiários demonstrava uma aproximação da mídia com setores do Judiciário. As manchetes contrárias ao projeto de lei, de cunho corporativistas, apresentava-o como um marco a favor da corrupção. Boito Jr. (2016) afirma na matéria:

Numa segunda fase, as manifestações diversificaram os setores sociais envolvidos, incorporaram a alta classe média, ampliaram suas palavras de ordem, incluindo principalmente o discurso genérico contra a corrupção, e se tornaram dependentes da mídia, que passou a orientá-las contra o governo<sup>5</sup>.

O conflito ligado às questões municipais começou a se transformar numa reivindicação com demandas de alcance nacional. As pautas mudaram e o foco agora era a presidência.

O segundo ponto a ser destacado é o papel da mídia na divulgação das “Jornadas de Junho de 2013”. Assim, alguns veículos de comunicação deram maior enfoque aos “problemas” que as primeiras manifestações em São Paulo causaram à população, como a piora no trânsito da capital, o vandalismo contra a propriedade privada e a atuação de *Black Bloc*. No entanto, Souza (2016) mostrou como o Jornal Nacional mudou radicalmente sua cobertura jornalística durante os dias consecutivos das passeatas. O movimento, que era taxado como importuno e baderneiro, ganhava status de “expressão democrática”. De vândalos passaram a ser denominados cidadãos. Os brasileiros que começaram a participar desses eventos eram identificados pelas cores verde e amarelo, com as caras pintadas e a camisa da Seleção como uniformes de luta. O Hino Nacional era cantado com fervor patriótico e o “gigante finalmente acordou”. O quebra-quebra era associado, agora, a pequenos grupos que não representavam o todo. Só que a pauta midiática centrava cada vez mais na corrupção, especialmente do Governo Federal: “As manifestações de junho de 2013 marcaram o ponto de virada da hegemonia ideológica até então dominante e das altas taxas de aprovação aos presidentes dos governos petistas” (SOUZA, 2016, p. 87).

A vitória do PT nas eleições presidenciais de 2014 levou a oposição a protagonizar as articulações a favor do *impeachment* de Dilma. Diferente do Mensalão Petista

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/protesto-em-sp-contrapec-37-reune-cerca-de-30-mil-pessoas-8784592>. Acesso em: 10 de fev. 2019.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-natureza-da-crise-politica/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

de 2005 no governo Lula<sup>6</sup>, o qual não tinha o elemento “povo” nas ruas e nem uma crise econômica, a cassação da presidente poderia ocorrer como fruto de uma aclamação popular. Nas manifestações verde amarela de 2014, 2015 e 2016, o tom já era de guerra, e o “Fora Dilma” já fazia parte dos discursos. A corrupção petista e de aliados na Petrobras associados às obras superfaturadas das construtoras seriam os ingredientes para a desestabilização do governo. O agravamento da crise econômica e política, juntamente com as mobilizações nas ruas, insufladas pela mídia, davam o cenário para uma articulação arriscada entre diferentes atores que tinham interesses diversos. Na frente política, vários congressistas enrolados com corrupção apoiavam a cassação presidencial<sup>7</sup>. Liderados pelo então presidente da Casa, Eduardo Cunha, os trabalhos ganharam celeridade no Legislativo. A mídia, juntamente com a Operação Lava Jato, comandada pelo Ministério Público Federal (MPF), pela Polícia Federal (PF) e pela Procuradoria-Geral da União (PGR), desgastavam o governo e o PT com os vazamentos seletivos de investigados<sup>8</sup>. Fortalecido, ainda, pela parceria entre Ministério Público e autoridades norte-americanas que trocavam informações sigilosas referentes à corrupção da Petrobras<sup>9</sup>, durante anos de espionagem da Agência de Segurança Nacional (NSA), tanto da petroleira como da presidente Dilma, os serviços de inteligência norte-americanos elaboraram um farto material para colaborar com as investigações brasileiras<sup>10</sup>.

Nas ruas, apesar de inúmeras reivindicações, os grupos que tinham pautas ligadas à corrupção e ao livre mercado começaram a ganhar visibilidade. Movimentos desconhecidos nacionalmente, como o Movimento Brasil Livre (MBL), apareceram frequentemente nos noticiários. Apesar de se denominarem espontâneos, esses rapazes tinham nos seus discursos um direcionamento contrário ao intervencionismo do Estado e de veneração à iniciativa privada. O jornal *The Guardian* chegou a publicar uma reportagem mencionando uma parceria desses grupos com o *Students for Liberty*, ligados à *Atlas Network* e financiados pelos irmãos Koch, empresários americanos poderosos da indústria petrolífera<sup>11</sup>. Uma parcela da classe média que proclamava a moralidade na política nas manifestações virou o

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG78680-6009,00-ENTENDA+O+ESCANDALOBRO+DO+MENSALAO.html>. Acesso em: 11 fev. 2019.

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160329\\_latimes\\_impeachment\\_rm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160329_latimes_impeachment_rm). Acesso em: 11 fev. 2019.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://jornalggn.com.br/crise/impeachment-e-resultado-de-conluio-judiciario-midia-diz-joao-feres-jr/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://jornalggn.com.br/justica/em-video-procurador-dos-eua-admite-parceria-secreta-com-lava-jato/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/petrobras-foi-espionada-pelos-eua-apontam-documentos-da-nsa.html>. Acesso em: 11 fev. 2019.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/jul/26/brazil-rightwing-dilma-rousseff-lula>. Acesso em: 11 fev. 2019.

símbolo de luta do povo brasileiro contra a roubalheira petista<sup>12</sup>. Uniformizados e com forte sentimento de que a mudança estava em suas mãos, esse segmento flertava com o ódio e o desprezo pelos simpatizantes e beneficiários das políticas públicas do PT, pois alguns redutos, considerados espaços de diferenciação, começaram a ser frequentados também por segmentos populares. Incomodava que os aeroportos, *shoppings* e universidades fossem ocupados democraticamente (SOUZA, 2016). Resquílios de um país desigual e escravocrata, que teima a inflamar constantemente como ferida de difícil cicatrização. O ressentimento de classe difuso era direcionado na luta contra a corrupção.

Portanto, são diferentes acontecimentos e atores que propiciaram um fenômeno que está relacionado a uma nova ordem geopolítica que se desenrola na América Latina. Não tem como analisar o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff sem verificar o avanço das políticas conservadoras e neoliberais no continente em conjunto ao realinhamento da política externa brasileira com os interesses dos Estados Unidos. Numa outra matéria de Boito Jr., no *Le Monde Diplomatique*, o autor dissecou um pouco essa ideia:

Em toda a América Latina o capital internacional e os Estados Unidos estavam retomando a iniciativa política. Havia uma fração da burguesia brasileira, que denomino “grande burguesia interna”, cujos interesses tinham adquirido primazia na política econômica dos governos do PT em detrimento dos interesses do capital internacional. Essa fração tem conflitos moderados com o capital internacional. Pois bem, parte importante dessa grande burguesia interna afastou-se do governo Dilma. A crise econômica e a propaganda oposicionista por novas reformas neoliberais – trabalhista, previdenciária e outras – atraíram boa parte da burguesia interna. Ela se bandeou para o campo neoliberal ortodoxo, que vocaliza os interesses do capital internacional e que tinha no PSDB o seu representante partidário<sup>13</sup>.

E ainda podendo acrescentar que:

A dinâmica da distribuição mundial do capital é um processo ao mesmo tempo econômico, político e militar. Já era assim na época colonial, quando as potências da época – com Reino Unido e a França na liderança- estavam prontas a mostrar seus canhões para proteger os investimentos. As evidências mostram que o mesmo acontece no século XXI, em configurações geopolíticas diferentes e difíceis de prever (PIKETTY, 2013, p. 446).

<sup>12</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/datafolha-perfil-dos-manifestantes-na-paulista-permanece-ELITIZADO/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/06/19/fratura-em-frente-neodesenvolvimentista-decretou-queda-de-dilma-avalia-boito>. Acesso em: 12 fev. 2019.

Para entender essa onda conservadora que avançou sobre o governo Dilma é interessante analisar um breve histórico das mudanças que a América Latina vivenciava nas primeiras décadas do século XXI.

As eleições presidenciais de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, Lula e Kirchner, respectivamente Brasil e Argentina, em 2003, Evo Morales na Bolívia, Michelle Bachelet no Chile e Tabaré Vázquez no Uruguai, todos em 2006, Rafael Correa no Equador e Daniel Ortega na Nicarágua, em 2007, Fernando Lugo no Paraguai, em 2008, e Mauricio Funes de El Salvador, em 2009, representaram uma guinada política contrária aos governos conservadores estruturados no continente. A maré rosa<sup>14</sup> foi um momento de contestação das políticas neoliberais implementadas anteriormente nas décadas de 1980 e 1990 nesses países. Governos de matrizes progressistas iriam enfrentar, de diferentes maneiras, a imposição de políticas de austeridade, privatizações e de financeirização econômica que aprofundaram as desigualdades sociais e a concentração de renda em diferentes países. No caso do Brasil, o presidente Lula partiu para a conciliação com o capital:

Esses governos de resistência se construíram como respostas anticíclicas às tendências recessivas do centro do capitalismo. Conseguiram resistir à recessão, mas tiveram de se adaptar aos retrocessos impostos pelo neoliberalismo: a desindustrialização, o protagonismo de exportador primário, uma sociedade fragmentada, as ideologias consumistas (SADER, 2013, p. 141).

A costura de um acordo político priorizou a acomodação das classes mediante a negociação da Carta ao Povo Brasileiro<sup>15</sup>, um documento que buscava conciliar o crescimento econômico com desenvolvimento social. Na verdade, o propósito era acalmar o mercado financeiro e garantir o cumprimento dos acordos firmados na era FHC. A crise de confiança seria amenizada quando o Partido dos Trabalhadores manteve os pilares da política econômica<sup>16</sup> do presidente Cardoso. Entretanto, fazendo críticas ao modelo econômico e sinalizando uma busca na valorização do mercado interno e da produção.

O governo Lula e os demais governos da América Latina tencionaram de várias maneiras com o capital para ampliar mudanças em suas sociedades. Um marco que tem relevância para o entendimento nesse novo direcionamento foi a negação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) por esses países. A Área de Livre Comércio proposta pelos Estados Unidos despertava mais desconfiança do que entusiasmo pelos vizinhos latinos. Com

---

<sup>14</sup> PANIZZA, Francisco. “La marea rosa”. **Análise de Conjuntura OPSA**, n. 8, 2006.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

<sup>16</sup> O tripé macroeconômico da política, que são: câmbio flutuante, metas fiscais e metas de inflação.

isso, a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) e do fortalecimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) demonstravam novas diretrizes para uma política externa mais autônoma e ativa. Essas parcerias também priorizavam as relações Sul-Sul. O Brasil buscava alianças estratégicas nas áreas militar e econômica com vários países africanos, selando, entre outros acordos, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

O presidente Lula tentou movimentar-se na arena política como um verdadeiro articulador e defensor dos interesses nacionais. O fortalecimento da Petrobras e de setores da cadeia do petróleo demonstraram um comprometimento em desenvolver a indústria brasileira. O financiamento via Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) aos chamados “campeões nacionais” fomentaram a construção pesada, a construção naval, o agronegócio e a mineração. Por meio do crédito, do aumento do salário-mínimo e do Bolsa Família impulsionaram o mercado interno, estimulando o consumo dos mais pobres. Entretanto, a alta taxa Selic e o pagamento estratosférico de juros da dívida pública demonstraram as limitações dessa conciliação de classes.

Com a expansão econômica chinesa, o governo petista conseguiu sustentar um crescimento interno mediante a venda de *commodities*. Muitas políticas públicas foram criadas e beneficiadas pelos dólares que fluíram para o País. O Brasil viveu um período de valorização do consumo e da formalização de uma parcela trabalhadora que se encontrava na informalidade: “O crescimento de assalariados no setor de serviços não é crescimento da classe média, e sim de uma nova classe trabalhadora heterogênea, definida pelas diferenças de escolaridade e pelas habilidades e competências determinadas pela tecnociência” (CHAUI, 2013, p. 129). O aumento da renda e a facilidade do crédito embalaram as vendas e as contratações. O País se beneficiou das exportações e dos preços de suas matérias-primas no mercado internacional. Internamente, a conciliação trouxe certa estabilidade política, o que levou à reeleição de Lula ao planalto.

Entretanto, com a crise do capitalismo, em 2008, o governo tomava um posicionamento mais intervencionista na economia sem, no entanto, desafiar o mercado financeiro. A proposta era o financiamento de diferentes setores da produção. O Programa de Aceleração Econômico (PAC) investiu em portos, estradas, ferrovias e saneamento básico. A ampliação de vagas nas Universidades Federais, através de campos de extensão, assim como os Institutos Federais (IFs), iriam assegurar qualificação e, futuramente, melhores salários. A isenção fiscal e ampliação do crédito para grandes empresas, via BNDES, gerava

aumento de produção e serviços. A expansão do consumo via Bolsa Família, crédito e aumento anual do salário incitava a ideia de uma “nova classe média”.

As ações do governo Lula mostraram resultados positivos que refletiram na avaliação do presidente e construiu o caminho para a sucessão em 2010. Nomes de peso da ala petista estavam envolvidos em denúncias de corrupção que inviabilizaram uma candidatura a nível nacional. A escolha de Dilma foi o resultado desse pragmatismo político de Lula. Apresentada como a “mãe do PAC” e boa gestora, a futura presidente entraria para a história como a primeira mulher a assumir o Executivo Federal, sendo indicada pelo primeiro presidente operário. O governo Dilma surgia como a promessa de continuidade da conciliação de classes costurada nas diretrizes do lulismo<sup>17</sup>:

A continuidade como imperativo do cenário eleitoral de 2010 foi sendo construída paulatinamente, e esteve fundamentada na avaliação positiva do eleitorado em relação às realizações do presidente Lula e seu governo. Entre 2007 e 2008, antes mesmo de se instituírem as pré-candidaturas, os anseios por continuidade ganhavam expressão através da discussão sobre a possibilidade de uma mudança institucional que permitisse a Lula concorrer a um terceiro mandato para a Presidência da República (LOPES, 2016, p. 70).

A presidente assume o papel de administradora com o intuito de limpar a casa de políticos nocivos aos cofres públicos e dar continuidade aos investimentos do Estado. A política econômica comandada pelo ministro Mantega buscava superar os reflexos da crise internacional em nossa economia. As políticas de investimentos e isenções nas áreas de produção impulsionaram essa nova fase de industrialização iniciada no segundo governo Lula, a qual alguns estudiosos chamaram de neodesenvolvimentista<sup>18</sup>. As disputas no bloco do poder tencionaram interesses entre a produção e o mercado financeiro. Várias ações governamentais beneficiaram os setores da indústria, sempre consultados mediante suas organizações patronais, como a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Sem, no entanto, afrontar o mercado financeiro, que se beneficiava com juros altos e com o financiamento da dívida pública.

Todavia, a crise não passava nos países centrais do capitalismo. O Brasil começava a sentir os efeitos prolongados do colapso financeiro ocorrido em 2008 nos EUA. Não tinha como manter uma expansão de gastos numa economia mundial em crise, ainda

---

<sup>17</sup> SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>18</sup> BOITO JR., Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV-SP, 2012b.

mais perpetuando privilégios de classe que sustentavam a conciliação costurada em 2002. Os recursos estavam exíguos e os diferentes interesses começaram a se chocar no governo.

A classe política estava ressentida com Dilma pelas medidas adotadas em favor de uma limpeza ética no governo. Pessoas envolvidas em corrupção na máquina pública foram exoneradas pela presidente. A defesa de uma faxina colocava Dilma de frente com seus aliados. Homens de confiança do PMDB e do PP foram afastados de cargos de diretoria tanto da Petrobras como de Furnas. Delcídio do Amaral, senador petista preso pela Lava Jato, insinuou, numa delação premiada, esquemas de corrupção na empresa estatal. Indicou Dimas Toledo como operador do PSDB em Furnas. Esquema de corrupção já mencionado pelo doleiro Alberto Yousseff, em outra delação que situou, inclusive, à época, o senador Aécio Neves:

Furnas é apenas um exemplo. Há outros. Isto é, Dilma não mexeu apenas em Furnas. Mexeu também na Petrobras, nomeando, em fevereiro de 2012, Graça Foster para a presidência da empresa. Foster substituiu, imediatamente, três diretores, Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Jorge Zelada, personagens desconhecidos naquele momento, mas que viriam a ocupar as manchetes dos jornais após a deflagração da Lava Jato. À época, a imprensa noticiou reações do PP à demissão de Paulo Roberto Costa. A bancada do partido ameaçou uma revolta. Hoje, sabemos bem por que se preocupavam. Paulo Roberto Costa foi o primeiro peixe grande pego pela operação a fazer acordo de delação, revelando a corrupção na empresa de que fora diretor. Outras delações se seguiram, e os problemas do governo e de seus aliados se avolumaram. Dilma considerou estender sua “limpeza ética” à Caixa Econômica Federal. A imprensa chegou a dar como certa a demissão do diretor Fábio Cleto, outro personagem obscuro à época, mas que ocupou as manchetes com o curso da investigação. Cleto, como se sabe hoje, era um operador de um dos muitos esquemas comandados por Eduardo Cunha. Em resumo, Dilma investiu sobre pontos sensíveis de esquemas consolidados de corrupção envolvendo acordos partidários. Entretanto, como o caso da Caixa Econômica deixa claro, nem sempre foi até o fim, isto é, nem sempre completou a faxina, desmontando inteiramente o esquema (LIMONGI, 2017, p. 7).

Com a Lava Jato, descobriu-se um esquema bilionário de desvios de recursos que empresários e partidos aliados desfrutaram com o presidencialismo de coalizão<sup>19</sup>. Negociatas que fazem parte do cenário democrático brasileiro alimentando partidos corruptos e fisiológicos. No entanto, o poder das elites internas atreladas ao governo começou a ser questionado pelas prisões e humilhações públicas ocasionadas pela Operação. Um caso emblemático é a prisão do presidente da maior construtora do país, Marcelo Odebrecht.

As classes dominantes desconfiavam dessa aliança com o PT. Mesmo se beneficiando, algo não era do seu agrado. O setor produtivo estava muito insatisfeito com a

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizacao-sergio-abranches.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2019.

quantidade de greves que ocorriam no governo Dilma. Com o menor índice de desemprego da história, a classe trabalhadora lutava por reivindicações salariais e de melhores condições de trabalho<sup>20</sup>. O fortalecimento dos sindicatos gerava receio e o pleno emprego encarecia a mão de obra. No caso das elites financeiras, o rompimento aconteceu de forma definitiva em 2012. Com o agravamento da crise de 2008, o governo aumentava sua participação na economia. A maior participação dos bancos públicos e o rebaixamento da taxa Selic, referência para a remuneração rentista, desagradou os acionistas. Inclusive, a interferência estatal tanto nos contratos quanto nos preços da energia contrariou as distribuidoras do setor, indo em desencontro com o capital financeiro e o livre mercado<sup>21</sup>. A partir desse momento, o contexto passa a ser de enfrentamento e de sérios problemas à governabilidade.

A acirrada reeleição de Dilma construiu um novo cenário. O apoio das classes dominantes a Aécio Neves mostrava a aliança entre os setores produtivos e rentistas. Apesar dessa separação não ser tão exata, uma coisa ficava nítida a partir daquela eleição de 2014: o bloco do poder estava coeso para guiar um novo direcionamento econômico no País. Com a eleição de um Congresso conservador e financiado por grandes empresas, o confronto se agravou no campo político. A eleição de Eduardo Cunha para presidente da Câmara rompeu com qualquer possibilidade de estabilidade entre os poderes. As negociações, os diferentes interesses econômicos e políticos selam o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. O aprofundamento de uma agenda neoliberal é o caminho proposto pelo vice-presidente Michel Temer<sup>22</sup>. O apoio das classes dominantes a essa agenda reflete os novos rumos que o Brasil está tomando. A América Latina vivencia o avanço de uma onda conservadora na segunda década do século XXI em detrimento da onda progressista nas primeiras décadas.

É importante observar como os países do continente estão passando por essa mudança conservadora. Em países como Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016) a destituição de seus presidentes foi por meio da cassação de seus mandatos, seguindo ritos constitucionais. O *impeachment* foi o instrumento utilizado. A fragilidade das denúncias e a materialidade do dolo era sempre lembrado nas discussões jurídicas e políticas. A marca dos presidentes empossados era a guinada neoliberal na econômica. O alinhamento com a política externa norte-americana era outra característica desse novo caminho. O poder dos EUA num

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2013/05/23/pais-tem-maior-numero-de-greves-dos-ultimos-16-anos-diz-dieese/>. Acesso em: 13 fev. 2019.

<sup>21</sup> SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas. In: **Novos Estudos** – Cebrap, n. 102, São Paulo, Jul. 2015. pp. 39-67.

<sup>22</sup> O documento elaborado pelo PMDB conhecido como “Ponte para o Futuro” será analisado no primeiro capítulo.

mundo multipolar com China e Rússia gera tensões. O controle de sua antiga área de influência é uma sobrevivência estratégica para a potência do norte. Com a eleição de Macri na Argentina, de Piñero no Chile, de Iván Márquez na Colômbia e de Martín Vizcarra no Peru, ensaia-se a consolidação desse projeto geopolítico no continente. A maior dúvida são as ações a serem tomadas contra a Venezuela nesse tabuleiro internacional. Tendo as maiores reservas de petróleo do mundo e um governo não muito simpático a Washington, o país caribenho se desintegra economicamente. Sofre sanções econômicas impostas pelos EUA, boicotes internos de empresários e políticas governamentais desastrosas. O País encontra-se à beira de uma guerra civil e de uma intervenção estrangeira. Os caminhos são incertos para o País, mas a fixação no petróleo venezuelano é um fato que fica evidente. As enormes reservas da Venezuela, juntamente com as do Pré-sal brasileiro, favorecem os interesses geopolíticos e os negócios norte-americanos. Diminuindo, inclusive, a influência de empresas brasileiras nos campos do Pré-sal africano, como em Angola. Não é por acaso que a IV Frota da Marinha Norte-Americana foi reativada para patrulhar o Atlântico Sul em 2008: “Não se trata de algum processo conspiratório, mas sim de movimentos orgânicos das classes dominantes em todo o mundo – na nossa região em especial” (MEDEIROS, 2018, p. 126).

### 1.1 JUSTIFICATIVA

O ano de 2019 demonstra uma grave crise institucional no Brasil. A criminalização da política, uma parte do judiciário atuante como partido corporativista, uma descrença total nos políticos e uma crise econômica que flagela mais de 13 milhões de desempregados e 30 milhões na informalidade, ascende os ânimos da sociedade. O avanço de um conservadorismo moralista e hipócrita alimentado por notórios corruptos da velha política disfarça interesses escusos que se juntaram para assumir o poder. O ódio ao PT, alimentado nos tempos do *impeachment*, alastrou-se para as próprias instituições. O avanço atual de milícias digitais sobre o STF fazem os ministros encararem o monstro que se fortaleceu com a instabilidade política instaurada no Brasil após a cassação de Dilma Rousseff. O tempo da pós-verdade destrói reputações e transforma *fake news* em fatos históricos.

O *impeachment*, pela fragilidade do dolo, fez um grande desfavor para o sistema democrático pelo qual passa o País. A sua compreensão ainda é um grande desafio pelos diferentes atores que direcionaram o Brasil para um aprofundamento neoliberal. Entretanto, mesmo com o consentimento da grande mídia a favor do *impeachment*, a sociedade brasileira

não interpretou esse fato político-jurídico de forma homogênea. Esse, portanto, será o foco de estudo.

A pesquisa teve como objetivo analisar a recepção do processo de cassação da presidente Dilma no Ceará, especificamente na capital Fortaleza. Mesmo a mídia defendendo o *impeachment* como um processo legal, a cidade teve várias manifestações contrárias à destituição da presidente. A praça do Ferreira chegou a receber milhares de manifestantes que denunciavam um golpe de Estado. A presença, na época, da presidente Dilma, do ex-presidente Lula e do governador Camilo Santana inflamavam os manifestantes, denunciando a ruptura democrática no Brasil. Esse apoio no Nordeste era muito frisado nas mídias tradicionais, *blogs* e redes sociais como resultado das políticas públicas do PT, principalmente o Bolsa Família. Interpretações remetiam um discurso intolerante aos projetos sociais do governo. O Nordeste aparece como vitrine dessa narrativa elitista e os insultos à região e a associação entre pobreza e ignorância eram sempre lembrados nos comentários na internet. A intolerância era praticamente associada ao papel manipulador do PT. As insinuações de curral eleitoral petista geravam uma indignação impressionante em outras regiões do País. Os discursos de ódio desqualificavam a autonomia dos indivíduos nas suas escolhas políticas. O antipetismo era alimentado com as generalizações e com a falta de informações de muitas pessoas em relação à região nordestina. As condições sociais e climáticas eram vistas como a tragédia da desinformação política da população. O maior acesso à informação, como pregavam muitos jornalistas, poderia construir o entendimento racional do *impeachment* de Dilma. Somente as manifestações na Praia de Iracema em favor da cassação representavam o patriotismo e um pouco de sanidade no Ceará.

Esse foi o primeiro questionamento do projeto. Como essas narrativas de cassação da presidente Dilma Rousseff foram absorvidas e interpretadas na capital cearense. Em virtude disso, optou por um recorte para registrar opiniões das pessoas que vivem em vários bairros da cidade, de distintas condições sociais e provenientes de um ambiente acadêmico. Com isso, delimitou-se a realização da pesquisa na Universidade Estadual do Ceará (UECE). A hipótese que foi levantada foi justamente o não reconhecimento da legalidade do *impeachment* pelos discentes. Não pela desinformação, mas, ao contrário, pelos vários meios de informação consultados e pelos debates em rodas de amigos, internet, universidade e trabalho. Mesmo 40% alegando utilizar somente um veículo de comunicação para se informar sobre o processo de cassação, a internet foi absoluta. A mídia tradicional não conseguiu convencer essa juventude universitária com a legitimidade do *impeachment*. A pesquisa demonstrou claramente uma maioria que denunciou um golpe de Estado em 2016.

Vários estudantes, de diferentes vieses ideológicos, denunciavam o ato como uma farsa, sendo que mais de 61% declararam como uma ruptura democrática no Brasil. Talvez esse seja um dos motivos de projetos que visam a criminalização e a precarização da educação pública no País.

O segundo questionamento foi em relação aos meios de comunicação utilizados para entender o *impeachment*. Percebe-se nessa geração novas formas de consumir informações, de se informar e de interagir sobre o mundo que vivem. A televisão não é mais protagonista, apesar de certa relevância entre esses jovens (28%). A hipótese era uma descrença dos estudantes em relação aos meios de comunicação convencionais, como TV, jornal e rádio, para um uso mais intensivo da internet e redes sociais. No entanto, os discentes tiveram interesse em consultar vários meios de comunicação para formarem uma opinião do fato político-jurídico. A ideia de passividade não representa a realidade pesquisada, mesmo 98% não declararem nenhum tipo de filiação política, a participação de debates tanto no dia a dia como na internet sobre o *impeachment* foi predominante. O discurso caracterizado como crime de responsabilidade, com a digital presidencial, não foi unânime. A narrativa do golpe de Estado acabou tomando uma dimensão que, talvez, fosse inimaginável aos apoiadores da cassação. Com isso, o Brasil acabou presenciando a queda de uma presidente da República mediante um respaldo legal questionável e frágil. Por isso, diferentes análises sobre a cassação na imprensa serão verificadas e colocadas em discussão para uma melhor perspectiva dessa conjuntura histórica.

A metodologia do estudo foi realizada por uma pesquisa quantitativa. Através da aplicação de um questionário em todos os cursos dos *campi* de Fortaleza, tanto o do Itaperi como o de Fátima. Foram doze perguntas relacionadas aos aspectos socioeconômicos dos estudantes e suas percepções sobre o tema da cassação presidencial. No total de 570 entrevistados em 21 cursos de graduação. A pesquisa aplicada em 2018 para a realização desta dissertação na UECE aferiu que 92% dos estudantes possuem entre 15 a 29 anos, sendo a maioria de baixa renda. Uma outra pesquisa aplicada em 2013 reforça essa perspectiva na UECE. Segundo o relatório analítico do professor Dr. Alexandre Barbalho, naquele ano a população da universidade era também predominantemente jovem (84,41%) e sobrevivendo em cenário de pobreza (60,24%), sendo que 44,33% recebiam de 1 a 3 salários-mínimos (classe social D) e 15,91% vivia com até 1 salário-mínimo (classe social E). Esse censo foi

realizado por questionário, via internet, visando todos os alunos dos *campi* da Uece no estado<sup>23</sup>.

Por fim, será levada em consideração neste projeto a concepção de que o receptor não é um sujeito passivo, ele é um indivíduo que possui uma história, um contexto social, uma classe e uma visão de mundo. Mediante sua formação cultural, o sujeito consegue receber, absorver, filtrar e resignar a mensagem enviada. Por isso, o entendimento deste trabalho possuirá embasamento teórico nas ideias de Stuart Hall e de Martín-Barbero, as quais são fundamentadas na Teoria da Recepção, em que o receptor participa com sua formação e entendimento de mundo na interação com a mensagem.

---

<sup>23</sup> Disponível em : <http://www.uece.br/prae/index.php/noticias/14-lista-de-noticias/389-prae-divulga-pesquisa-censo-discente--2013>. Acesso em: 27 mai. 2018.

## 2 AÉCIO NEVES X DILMA ROUSSEFF: ELEIÇÃO PRESIDENCIAL E CRISE POLÍTICA

O partido cometeu um conjunto de erros memoráveis. O primeiro foi questionar o resultado eleitoral. Não é da nossa história e do nosso perfil. Não questionamos as instituições, respeitamos a democracia. O segundo erro foi votar contra princípios básicos nosso, sobretudo na economia, só para ser contra o PT. Mas o grande erro, e boa parte do PSDB se opôs a isso, foi entrar no governo Temer. Foi a gota d'água, junto com os problemas do Aécio (Neves). Fomos engolidos pela tentação do poder (Tasso Jereissati (PSDB-CE), senador, ex-presidente nacional do partido, em entrevista ao jornalista Pedro Venceslau ao Estado de São Paulo no dia 13 de setembro de 2018).

O primeiro capítulo tem como propósito descrever esse contexto histórico que levou à cassação da presidente Dilma Rousseff. Inicialmente será um texto narrativo para situar o leitor em relação aos desdobramentos que construíram as explicações e o cenário para o *impeachment*. Posteriormente, serão analisadas as divergências desse processo político-jurídico, especificando os argumentos da legalidade ou não do ato. Inclusive, a própria denominação se era um *impeachment* ou um golpe foi elemento chave para as forças políticas de defesa ou de destituição do governo. Contudo, um marco importante para o início desta investigação serão as eleições presidenciais de Dilma Rousseff e Aécio Neves.

O ano de 2014 foi marcado pela polarização e pelo acirramento político. Uma das eleições mais disputadas na história do País ganhava um ar de rivalidade futebolística. As ruas estavam tomadas por bandeiras azuis e vermelhas. Os candidatos que estavam no segundo turno representavam projetos que se diziam antagônicos, apesar de grandes similaridades. O candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) era jovem, arrojado e apresentado como um grande gestor. Duas vezes governador de Minas Gerais, deputado constituinte, deputado federal e senador da República. Neto do ex-presidente Tancredo Neves, que representou a conciliação política para o retorno democrático no País. Do outro lado, estava a então presidente da República, Dilma Rousseff. Ministra de Minas e Energia e da Casa Civil foi lembrada pelo seu empenho em programas do governo Lula, como o Luz para Todos e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Proveniente de um olhar pragmático do maior líder de seu partido, Dilma foi escolhida em 2010 para concorrer ao executivo federal. Nunca tinha disputado uma eleição para cargos públicos. A sua escolha foi uma indicação do ex-presidente Lula, mesmo contrariando lideranças do

Partido dos Trabalhadores (PT). A sua imagem estava também associada como uma grande gestora, mesmo sofrendo um grande desgaste no percurso do seu primeiro mandato.

No decorrer da apuração dos votos, no dia 26 de outubro, Aécio Neves, com um forte apoio do empresariado e da mídia, já se reunia em casa com amigos e correligionários para comemorar uma vitória que estava se construindo como certa. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso já se programava para encontrar com o então futuro presidente do Brasil. Entretanto, às 19h32min, com 88,9% dos votos apurados, a presidente Dilma virou o jogo. Com o final da apuração se aproximando, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou, às 20h30min, com 98% dos votos válidos apurados, a reeleição de Dilma Rousseff. A presidente foi reeleita com 51,64% dos votos, contra 48,36% do tucano<sup>24</sup>: “Sua vitória aconteceu por pequena diferença de votos e o cenário era de uma divisão profunda no país, expressa tanto em programas de governo apresentados na campanha, quanto no eleitorado” (LAIDLER, 2016, p. 41).

A decepção foi generalizada e o sentimento de frustração tomou conta do apartamento do senador da República. Nas ruas da capital paulista, especificamente em frente ao Museu de Arte de São Paulo (MASP), partidários do peessedebista já gritavam palavras de guerra como: “vai pra Cuba”, “Impeachment já” e alguns reivindicavam “Intervenção Militar”. Em comemoração à vitória da petista, os seus eleitores mandavam os adversários chorarem no sistema Cantareira, o qual se encontrava em estado crítico pela seca que enfrentava o Estado de São Paulo<sup>25</sup>. Aécio Neves parabenizou a vitória da atual presidente e agradeceu aos correligionários pelo trabalho e dedicação a sua candidatura:

Cumprimentei agora a pouco, por telefone, a presidente reeleita e desejei a ela sucesso na condução de seu próximo governo. E ressaltei que considero que a maior de todas as prioridades deve ser unir o Brasil em torno de um projeto honrado e que dignifique a todos os brasileiros<sup>26</sup>.

Entretanto, nos bastidores a política pulsava, e mais quatro anos de governo petista, somado aos doze passados, não estavam planejados pelos apoiadores do candidato tucano. No dia 05 de dezembro do mesmo ano, o *Facebook* protagonizou novamente o palco da guerra que começava a pressentir os rumos que o País tomava. Aécio (PSDB-MG)

<sup>24</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/dilma-e-reeleita-presidente-e-amplia-para-16-anos-ciclo-do-pt-no-poder.html>. Acesso em: 27 mai. 2018.

<sup>25</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/10/na-paulista-tucanos-gritam-impeachment-e-petistas-pedem-choro-no-cantareira.html>. Acesso em: 27 mai. 2018.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/eleicoes/2014/noticia/2014/10/aecio-deseja-sucesso-dilma-e-diz-que-prioridade-e-unir-o-brasil.html>. Acesso em: 27 mai. 2018.

conclamava a população a comparecerem às ruas da av. Paulista para defender a “ética”, “a democracia”, um “Brasil Melhor”, o fim da corrupção e do assalto petista à Petrobras<sup>27</sup>. Aloysio Nunes (PSDB-SP) registrava sua indignação com o projeto enviado ao Congresso Nacional pelo Executivo, modificando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O senador, ex-vice-presidente da chapa de Aécio, deixava claro que o PT destruiria a Lei de Responsabilidade Fiscal. A corrupção também era lembrada juntamente com os escândalos na Petrobras. Outro senador que também usou as redes sociais para chamar os jovens para as manifestações foi Pedro Simon (PMDB-RS). A corrupção da empresa petroleira e a mudança na LDO eram lembradas pelo político. O senador José Serra (PSDB-SP), o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), a deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), o apresentador Paulo Mesquita e o cantor Paulo Ricardo usaram a internet para apoiar a mobilização e fomentar o sentimento encolerizado que tomava parte da sociedade brasileira. Um protagonismo que começava a aparecer nessa conjuntura eram os movimentos da sociedade civil, como o “Vem pra rua” e o “Movimento Brasil Livre (MBL)” que se denominavam “apartidários, espontâneos e democráticos”. Inclusive, o MBL foi o mais enfático nessa convocação na defesa do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, mesmo antes de tomar posse para seu segundo mandato.

## 2.1 NÃO HAVERÁ TERCEIRO TURNO: OS CAMINHOS DO *IMPEACHMENT*

O cenário era de confronto e o descontentamento era focado na corrupção. No dia 18 de dezembro, Dilma Rousseff é diplomada pela Justiça Eleitoral, um requisito formal para assumir a presidência no dia 01 de janeiro de 2015. Nesse dia, que marcava uma vitória importante para o PT e, principalmente, para o ex-presidente Lula, o advogado do PSDB, Eduardo Alckmin, protocolou um processo de cassação da chapa PT-PMDB. O argumento que servia de base para um relatório de 54 páginas seriam os escândalos econômicos praticados pelos governos petistas na Petrobras. O processo apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) demonstrava a relação que a corrupção desenfreada na empresa proporcionou para alavancar fundos para a campanha da presidente e que o abuso de poder político e econômico acabaram favorecendo a reeleição de Dilma por uma pequena margem em relação ao segundo candidato. Justamente, dinheiro ilegal, fruto da rapina de uma das maiores

---

<sup>27</sup> A Operação Lava Jato surgiu em março 2014 para investigar um sistema de desvios de recursos da Petrobras. A Operação, comandada pelo juiz Sérgio Moro, apura o enriquecimento ilícito de grandes empresas privadas mediante o superfaturamento de serviços prestados para a petroleira. Denunciando um esquema de corrupção por meio de pagamentos de propinas a políticos e diretores executivos.

empresas brasileiras, colaborou para o sucesso eleitoral do PT. Como esse dinheiro tem um histórico ilícito, a reeleição de Dilma foi questionada como um decurso ilegítimo. Queriam a nomeação do segundo candidato, ou seja, Aécio Neves. Essa seria a segunda tentativa do PSDB de invalidar as eleições<sup>28</sup>. A primeira foi o pedido de recontagem de votos alegando fraude nas urnas eletrônicas. Em pronunciamento público no dia da diplomação de Dilma, o ministro do TSE, Dias Toffoli, alegava que as eleições de 2014 tiveram um resultado e que não “haverá terceiro turno na Justiça Eleitoral”.

Com o recesso parlamentar, os ressentimentos e os revanchismos pareciam que esfriaram em favorecimento dos conchavos e das negociações presentes no presidencialismo de coalizão. O governo tinha uma maioria no Parlamento firmado por alianças intermediadas com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O vice-presidente Michel Temer foi uma aposta do PT na primeira e na segunda eleição de Dilma para garantir a harmonia e o apoio de uma bancada fisiológica e conservadora no Congresso Nacional. A oposição estava enfraquecida e o famoso centrão, formado por pequenos partidos, apoiaram o governo em troca de benesses, como cargos e dinheiro. Mas como a política se encontrava em constante movimento e articulações, o cenário para o executivo começou a mudar desde a vitória de Rousseff.

O Brasil saiu dividido dessas eleições. O sentimento de mudança era alimentado constantemente pela Operação Lava Jato e de várias denúncias sobre corrupção propagadas pela mídia. O ódio ao Partido dos Trabalhadores era percebido nas redes sociais com discursos que remetiam a um contexto que lembrava o século XX<sup>29</sup>. Uma associação do partido ao comunismo, com Cuba, e a menção de uma intervenção das Forças Armadas faziam o País reviver histórias que não foram cicatrizadas na sociedade brasileira. A forte oposição do PSDB começava a ganhar corações e mentes no Legislativo, somado a isso, um fator essencial para mudar os rumos no Congresso foi a eleição do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para presidente da Câmara dos Deputados.

No dia 01 de fevereiro de 2015, com 267 votos recebidos, o político carioca Eduardo Cunha conseguiu assumir o comando da Casa. Agora, como terceiro na linha sucessória da presidência e com o poder de pautar os projetos na Câmara, o executivo federal presenciava um sério infortúnio para a governabilidade. O problema central foi o apoio dado

---

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/psdb-pede-cassacao-de-dilma-ao-tse-6290.html>. Acesso em: 30 mai. 2018.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-odio-contra-lula-e-o-pt-nao-nasce-de-seus-limites-mas-do-que-fizeram-de-melhor-por-luis-felipe-miguel/>. Acesso em: 30 mai. 2018.

pela presidente a Arlindo Chinaglia (PT-SP) em detrimento de Cunha para o comando da Casa Parlamentar. No seu discurso de posse, deixava patente a posição do governo contrário a sua eleição e defendeu a independência do Legislativo<sup>30</sup>. Não proclamou uma oposição ao Executivo, mas deixava claro que a submissão teria acabado. Sem afinidade ideológica com os projetos do governo, suas ações poderiam retardar medidas provisórias e impor um ritmo nas votações. Naquele contexto, a presidente teria que negociar com Cunha, que tinha um histórico atrelado ao fisiologismo e ao enriquecimento ilícito<sup>31</sup>.

A demissão da presidente Graças Foster e de sua diretoria na Petrobras, ocasionada pelas investigações da Lava Jato, propiciava para as forças oposicionistas a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados. Autorizada pelo presidente Eduardo Cunha no dia 05 de fevereiro, a CPI foi instalada no mesmo mês. Denota-se um processo com forte pressão política, pois essa seria a terceira CPI da Petrobras implementada em menos de dois anos na Casa. Os cargos de destaque da comissão foram indicados pela base aliada ao governo, que tinha maioria. A diferença seria a influência que o presidente da Câmara exerceria sobre vários congressistas<sup>32</sup>.

Com as crescentes denúncias de corrupção, tendo como epicentro a petroleira e uma forte oposição de Cunha no Parlamento, o governo começava a ficar nas “cordas”. Manifestações contrárias à corrupção e ao sistema político começavam a ocupar as ruas em várias partes do País. No dia 15 de março, o Brasil presenciava uma das maiores de sua história<sup>33</sup>, com mais de dois milhões de pessoas nas ruas, o grito do *impeachment* de Dilma já era uma realidade preocupante para o governo:

O governo Dilma não se afastou do padrão de intervenção do período de Lula. Entretanto o agravamento da crise mundial limitou a margem de manobra e as possibilidades de manter o equilíbrio instável entre os interesses em disputa das diversas frações da burguesia e os setores populares que constituíam a base social do governo. Nesse cenário de tensão quem mais se destaca pela ofensiva contra os governos do PT é o setor de direita e de extrema direita que encontra no PMDB e no PSDB, a base parlamentar para empreender uma campanha pelo impeachment da presidente Dilma com ares de legalidade e legitimidade constitucional. Somase a esta empreitada o apoio de setores do aparelho de Estado como o judiciário, inclusive o ministério público, a polícia federal e a forte mobilização do aparelho ideológico, com destaque para a grande mídia e as igrejas neopentecostais (SILVA, 2015, p. 4).

<sup>30</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html>. Acesso em 31 mai. 2018.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://diplomatie.org.br/brasil-refem-dos-300-picaretas/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1561520-oposicao-cobra-demissao-de-graca-foster-e-de-diretores-da-petrobras.shtml>. Acesso em: 31 mai. 2018.

<sup>33</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contradilma-em-estados-no-df-e-no-exterio.html>. Acesso em: 31 mai. 2018.

Um ar de pragmatismo teria tomado o executivo federal para se blindar contra as críticas que brotavam não só das ruas, mas também da base aliada. A articulação com o Congresso precisava de um político experiente e com boa tramitação com os deputados. O deputado Pepe Vargas (PT-RS), articulador do governo, teria se desgastado com a campanha na Câmara para emplacar o deputado Chinaglia como presidente da Casa. Por isso, o vice-presidente Michel Temer assumiria, nesse momento conturbado entre Legislativo e Executivo, a Secretária de Relações Institucionais<sup>34</sup>. A imagem de bom articulador e com um bom trânsito entre os partidos, enaltecido pela imprensa, acabou gabaritando o político para o cargo. Um contexto delicado para o governo que tentava apaziguar sua base de apoio.

Paralelo às disputas pelo poder na Câmara dos Deputados com o Governo Federal, as investidas da Operação Lava Jato conseguiram realizar um feito com forte impacto político.

No dia 15 de abril, foi preso em São Paulo o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, por recebimento de propina proveniente da corrupção na Petrobras. Mediante uma delação premiada do ex-gerente de produção da empresa, Pedro Barusco, Vaccari teria recebido R\$ 200 milhões de reais. Além dessa denúncia, o tesoureiro teria recebido mais R\$ 400 mil enviados pelo doleiro Alberto Youssef<sup>35</sup>. Uma questão relevante é que uma semana antes de ser preso, Vaccari negou as delações e foi hostilizado pela CPI da Petrobras realizada no Congresso Nacional. Um funcionário da Câmara chegou a soltar ratos no plenário para protestar contra o petista.

O clima nas ruas chegava a aumentar a tensão no País. A indignação pelas denúncias de corrupção contra parlamentares do PT e de sua base aliada gerava uma comoção em vários setores da sociedade brasileira. Um acontecimento muito noticiado pela mídia foi uma caminhada de membros do MBL de São Paulo a Brasília para entregarem um pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados. O documentado, elaborado com vários pareceres de juristas conhecidos nacionalmente, como Ives Gandra Martins, ganhava o entusiasmo da oposição. O documento foi recebido por parlamentares do PSDB, DEM e PPS e apresentado em audiência com Eduardo Cunha. Os motivos presentes no pedido de *impeachment* eram as pedaladas fiscais e acordos de leniência praticados pelo governo. Apesar do apoio do PSDB,

---

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/temer-o-novo-articulador-politico-de-dilma-187.html>. Acesso em: 31 mai. 2018.

<sup>35</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/04/tesoureiro-do-pt-e-preso-na-12-etapa-da-operacao-lava-jato.html>. Acesso em: 31 mai. 2018.

o partido tramitava com uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Dilma, por crime contra as finanças públicas e falsidade ideológica<sup>36</sup>.

A criminalização do governo de Rousseff começou a ganhar um caminho jurídico. No dia 17 de junho, o Tribunal de Contas da União (TCU) rejeitou a prestação de contas da presidente e deu 30 dias para a defesa do governo. O ministro Augusto Nardes, amparado num parecer semelhante aplicado pelo Tribunal de Contas de Pernambuco contra o ex-governador Miguel Arraes, alegava indícios de desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo o ministro, as contas referentes a 2014 teriam sido maquiadas pelo que ficou conhecido como “pedaladas fiscais”<sup>37</sup>. Nos questionamentos, o que ganhou mais notoriedade foi o repasse da Caixa Econômica Federal, do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e do Banco do Brasil para pagamentos de projetos do governo. Dinheiro que garantiu o pagamento de programas como o Bolsa Família, Seguro Desemprego, Abono Salarial e Crédito Rural. Esses recursos não saíram como transferência do Executivo Federal para os bancos realizarem a quitação. O governo autorizou os bancos a pagarem os programas com a garantia de reembolso futuro. Isso configura empréstimo, segundo Nardes. Com isso, as contas do Estado são apresentadas de forma manipulada, dando uma impressão de saúde financeira aos cofres públicos:

Em 2014, diante de um PIB que cresceu apenas 0,1%, a presidente Dilma Rousseff enfrentou o processo eleitoral sem cortar gastos ou investimentos e acumulando um déficit mascarado pela antecipação de pagamentos pelos bancos oficiais. Estes processos ficariam conhecidos como pedaladas fiscais, e mascararam a real situação de dificuldade do governo. Os opositores logo condenaram a presidente por ter mentido ao povo e criado um mundo de ilusões na campanha eleitoral (LAIDLER, 2016, p. 57).

Naquele momento eleitoral, acabou servindo como uma boa propaganda política. Entretanto, o advogado geral da União, Luís Inácio Adams, alegava que o atraso de repasses do governo para bancos públicos é uma prática corriqueira de várias gestões e que nunca foram questionadas pelo TCU. Na réplica, o ministro Augusto Nardes justificava que o tribunal estaria passando por uma “evolução” nos últimos anos e que agora eles estariam conseguindo enxergar esses problemas.

Sendo pressionada por todos os lados, Dilma Rousseff finalmente presenciava o maior dos problemas para a governabilidade do País. Citado numa delação premiada pelo ex-

---

<sup>36</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/05/manifestantes-entregam-na-camara-pedido-de-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em: 31 mai. 2018.

<sup>37</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444253224\\_133264.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444253224_133264.html). Acesso em: 31 mai. 2018.

consultor da Toyo Setal, Júlio Camargo, o presidente da Câmara Eduardo Cunha foi acusado de pressioná-lo a pagar uma propina no valor de US\$ 5 milhões de dólares. O recurso seria por conta de um contrato de navios-sonda com a Petrobras<sup>38</sup>. No seu depoimento ao Supremo Tribunal Federal (STF), Camargo alegava que o presidente do Legislativo precisava do dinheiro para bancar mais de duzentos parlamentares na casa. Mediante essas acusações, Cunha toma um posicionamento de ruptura com o governo. Proclamava-se vítima de um complô do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, com o Executivo Federal. Alegava a interferência do governo no Legislativo para enfraquecer a autonomia da Casa. Fazia duras críticas à ação da Polícia Federal (PF) de busca e apreensão nas casas de Fernando Collor (PTB-AL), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Ciro Nogueira (PP-PI)<sup>39</sup>. Reclamava do poder de um juiz de primeira instância que mandava no País e no STF, uma referência direta ao juiz de Curitiba Sérgio Moro. Inclusive, nos bastidores, ameaçava abrir uma CPI para investigar irregularidades no BNDES e nos fundos de pensão, para constranger o governo. Percebia, também, uma movimentação do parlamentar para votar o parecer do TCU que estava para ser concluído e ainda propunha uma nova análise do processo de *impeachment* apresentado pelo MBL. Começou a atacar o Executivo com as chamadas pautas-bombas, aumentando despesas e prejudicando as contas públicas já deficitárias. Naquele momento, o governo acabou fazendo um inimigo muito perigoso num cenário de fragilidade.

O País vivenciava não só uma séria crise política, mas também econômica. No mês de julho de 2015 é divulgado um grande *deficit* nas contas públicas. As medidas adotadas pelo governo para reverter os efeitos da crise internacional de 2008 não davam sinais de melhora. A mídia registrou a pior série histórica desde 1997. Nos primeiros seis meses do ano foram registrados um *deficit* primário de R\$ 1,59 bilhões de reais em 2014. As desonerações dadas pelo governo, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) às grandes empresas, não geraram os empregos esperados. Na verdade, acabou acarretando um rombo nas contas do Estado. Agências internacionais de investimento, como a *Standard & Poors*, já ameaçavam o País com um rebaixamento na nota<sup>40</sup>. Com a crise econômica se agravando e com um Congresso hostil, Dilma Rousseff começou a ficar cada vez mais isolada.

<sup>38</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/07/delator-relata-pedido-de-propina-de-cunha-que-o-desafia-provar.html>. Acesso em: 1 jun. 2018.

<sup>39</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/19/politica/1440009046\\_787938.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/19/politica/1440009046_787938.html). Acesso em: 1 jun. 2018.

<sup>40</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/contas-do-governo-tem-deficit-inedito-no-pior-primeiro-semester-da-historia.html>. Acesso em: 1 jun. 2018.

Na operação denominada Pixuleco<sup>41</sup>, a Lava Jato colocava mais fogo na cena política. O grande ministro da era Lula e um dos articuladores da conciliação de classes costurada entre o PT e as elites do País em 2002, documento conhecido como “Carta ao Povo Brasileiro”, foi preso pela Polícia Federal. O ex-ministro da Casa Civil do primeiro governo Lula e ex-presidente do PT, José Dirceu, foi acusado por corrupção e lavagem de dinheiro na Petrobras. Seu advogado, Roberto Podval, deixava claro que aquele ato representava uma prisão política e Dirceu estaria servindo como “bode expiatório”. Dirceu já cumpria prisão domiciliar por um esquema de compra de apoio parlamentar que ficou conhecido como Mensalão em 2005. As principais lideranças petistas começavam a aparecer nas investigações da Operação Lava Jato:

A carta ao povo brasileiro sinalizou publicamente o que já vinha sendo discutido nos escritórios de luxo da Faria Lima. O acordo com o bloco no poder estava estabelecido! Em 2010, Dirceu, em reunião com os congressistas do PT para discutir a reforma política, à época, afirmou de forma contundente: vocês não entenderam, somente ganhamos as eleições porque fizemos um acordo com o bloco no poder (PINTO, 2015, p. 6).

Nesse cenário de disputas, o Governo Federal se encontrava cada vez mais enfraquecido. Várias frentes de ataque atingiram diretamente a sua imagem. Denúncias de corrupção pela imprensa, ações judiciais, operações da Lava Jato, forte oposição parlamentar, ruas tomadas por setores da sociedade e uma crise econômica que só se agravava. A consequência dessa mistura explosiva seria registrada no dia 06 de agosto, no jornal Folha de São Paulo, por meio de uma pesquisa no Datafolha. Dilma Rousseff foi apontada a presidente com a maior taxa de reprovação da história. Com 8% de ótimo e bom, ela teria superado a rejeição de Fernando Collor, às vésperas do *impeachment*, que registrava 9% de aprovação. Outro dado apontado também na pesquisa foi em relação ao *impeachment* da presidente. Com 66% de apoio ao ato de impedimento, uma maioria contrária ao governo começava a se fazer presente na sociedade brasileira<sup>42</sup>. Um aviso notório para aqueles parlamentares que começavam a vislumbrar o controle do Poder Executivo, que ocasionaria com a queda de Rousseff.

Apesar disso, as elites do País ainda tinham dúvida em relação ao *impeachment* e seus desdobramentos para seus negócios. O presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, chegou a pedir uma aliança entre políticos, autoridades e executivos para resolverem a crise

---

<sup>41</sup> O nome da Operação é em referência a um boneco inflável do ex-presidente Lula sendo representado com roupa de presidiário nas manifestações contrária ao governo Dilma.

<sup>42</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/71-reprovam-governo-dilma-diz-datafolha.html>. Acesso em: 1 jun. 2018.

política e econômica. A própria Fiesp, que apoiaria posteriormente de forma engajada o *impeachment*, emitiu nota em prol da governabilidade. Mas um aprofundamento do ajuste fiscal seria a moeda de troca pelo apoio. O plano se denominaria de “Agenda Brasil”.

No Congresso Nacional, um antigo aliado e ressentido, Renan Calheiros (PMDB-AL), começava uma articulação econômica sem apoio do governo. O presidente do Senado, agora investigado pela Operação Lava Jato, propõe medidas de cunho econômico aos ministros Joaquim Levy (Ministro da Fazenda) e Nelson Barbosa (Ministro do Planejamento). Uma clara demonstração de que estaria se desligando do Palácio do Planalto e que estaria com uma pauta que simbolizava a independência do Legislativo. No entanto, essa pauta era ligada à “Agenda Brasil”<sup>43</sup>:

O fantasma do impeachment servirá como instrumento de pressão do bloco no poder e de seus representantes (na cena política) para que o governo avance na direção do ajuste fiscal e se possível (a depender da correlação de forças e da resistência dos movimentos sindicais e sociais) no rumo de novas reformas estruturais neoliberais, conforme proposto pela Agenda Brasil e pelos economistas do PSDB (em artigo denominado O ajuste inevitável). Para eles, os entraves ao crescimento são fruto das políticas de ganhos reais do salário, da ampliação das políticas de proteção e dos gastos públicos com as políticas universalizantes (saúde e educação) (PINTO, 2015, p. 13).

Na Câmara, Eduardo Cunha aprovava as contas dos governos Itamar Franco (PMDB-MG), Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) e Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) a toque de caixa para limpar a pauta e receber as contas de Dilma Rousseff<sup>44</sup>. Com um parecer questionado pelo TCU, o processo que seria analisado na Casa colocava Cunha com um grande trunfo na mão. O governo estaria sob pressão e contra um inimigo extremamente habilidoso, conhecedor dos trâmites da Câmara e com vários deputados que apoiavam suas ações.

O colapso da economia fazia o governo ter cada vez menos “amigos”. Nos jornais, o registro era o aumento da inflação em 9,32%. O mercado, através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), previa o maior aumento inflacionário dos últimos 13 anos. O dado era apontado juntamente com o resultado do Produto Interno Bruto (PIB). O quadro econômico do País era recessivo e sem melhoras em curto prazo<sup>45</sup>. A previsão para

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/10/a-agenda-brasil-sugerida-por-renan-calheiros>. Acesso em: 1 jun. 2018.

<sup>44</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/eduardo-cunha-anuncia-rompimento-politico-com-o-governo-dilma.html>. Acesso em: 1 jun. 2018.

<sup>45</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/politica/1439847354\\_827096.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/politica/1439847354_827096.html). Acesso em: 1 jun. 2018.

2015 seria queda de 1,97% e em 2016 um PIB zero. O cenário era demonstrado como um percurso sombrio e sem esperança para o País.

Com essa junção de crises, as ruas são tomadas novamente no dia 16 de agosto. Os manifestantes de verde e amarelo gritavam palavras de ordem contra a corrupção e contra o governo Dilma. O juiz Sérgio Moro foi elevado à figura de herói nacional. O juiz e a Operação Lava Jato eram lembrados nas faixas e cartazes nas manifestações. Os pedidos de *impeachment* contra a presidente já tomava frente nos discursos. O ex-presidente Lula também foi lembrado de forma negativa e associado aos projetos de corrupção dos governos petistas. Em Belo Horizonte, capital mineira, Aécio Neves, em cima de um carro de som, elogiava as manifestações pelo País. Alegava que a mudança estava com o povo e que a crise seria superada não pelo governo, mas pelas pessoas que ocupavam as ruas:

A divergência no interior do PSDB, sobre apoiar ou não o impeachment pedido pelas mobilizações de rua e de que forma fazê-lo, evidenciam de forma clara duas coisas: 1- As ambições políticas e vaidades dos vários caciques desse Partido dificultam a unidade de ação da direita partidária, bem como a sua aproximação das ruas. 2- Os protestos contra a corrupção e o pedido de impeachment aparecem como o que eles realmente são, isto é, instrumento na disputa política das diversas forças sociais para se chegar ao poder e defender e implementar os seus respectivos interesses (FILGUEIRAS, 2015, p. 21).

No mesmo mês de agosto, um fato aumentou o caos político no País. Rodrigo Janot, através da Procuradoria Geral da República (PGR), apresentava ao STF as denúncias de corrupção passiva e lavagem de dinheiro contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. O relatório de 85 páginas acusava o parlamentar de ter recebido US\$ 5 milhões de dólares em propinas para facilitar acordos de empresários com a Petrobras. Segundo o delator Júlio Camargo, Cunha estaria pressionando-o para recebimento dos valores negociados através de chantagem. O presidente da Casa Parlamentar teria levado requerimentos para a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara para encaminhar ao TCU e ao Ministério de Minas e Energia uma consulta sobre os acordos e as empresas que Camargo representava. A denúncia ainda revelava o nome do operador de propinas do PMDB, conhecido como Fernando Baiano, que iria aparecer em outros processos na petroleira. Inclusive, a lavagem de propinas era realizada em favor de Cunha, por meio de doações religiosas na Igreja Assembleia de Deus da Madureira, no Rio de Janeiro<sup>46</sup>.

O acirramento entre Cunha e o Executivo Federal ficava cada vez mais implícito nas negociações no Parlamento. Numa tentativa de conter os ânimos, Dilma Rousseff

---

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/direto-de-sao-paulo/cunha-usou-assembleia-de-deus-para-receber-propina-diz-pgr-5886.html>. Acesso em: 1 jun. 2018.

aumentou de seis para sete ministérios ocupados pelo PMDB<sup>47</sup>. Mediante uma reforma ministerial, a presidente reduzia o número de pastas e buscava apoio político com o partido que era o seu maior aliado. O objetivo era enxugar um pouco a máquina pública e assegurar governabilidade para que as propostas de um ajuste fiscal prometido pelo ministro da Fazenda pudessem ser aprovadas no Congresso. As derrotas que o governo vinha sofrendo no Parlamento precisavam ser revertidas para assegurar uma base de apoio no Legislativo. No entanto, a presidente afastava-se cada vez mais de seu programa de campanha e de seus eleitores: “Vitoriosa, ela decepcionou rapidamente a militância social que a apoiou e anunciou ministros conservadores e um reajuste fiscal” (SECCO, 2015, p. 281).

O governo estava apagando um “incêndio por dia”. Tentando apaziguar as diferenças no Legislativo, outra frente de batalha se abria. No TSE, o processo aberto pelo PSDB pela impugnação da chapa Dilma-Temer é desarquivado pelo voto de cinco ministros. Segundo os tucanos, a eleição de Dilma Rousseff foi apontada pelo abuso de poder econômico e político com a utilização de recursos ilícitos provenientes da corrupção da Petrobras. O arquivamento tinha sido pedido pela ministra Maria Thereza de Assis Moura, mas os ministros Gilmar Mendes, João Otávio de Noronha, Luiz Fux, Henrique Neves e Dias Toffoli votaram pela continuidade do processo<sup>48</sup>. O argumento que ganhava notoriedade nas denúncias era o mesmo. As empresas que prestavam serviços na Petrobras financiaram a campanha do PT com pagamentos de propinas provenientes do saque da petroleira.

No TCU, seguindo o parecer do ministro Augusto Nardes, o órgão recomendava ao Congresso Nacional a rejeição das contas do Governo Federal referentes a 2014. O ministro fez duras críticas ao mecanismo que ficou conhecido como “pedaladas fiscais”. Chamou esse recurso de “desgovernança fiscal” e um método para aliviar momentaneamente as contas públicas. O relatório apontou irregularidades em R\$ 106 bilhões de reais, sendo R\$ 40 bilhões provenientes das pedaladas<sup>49</sup>. Nardes alegou uma “excessiva expansão dos gastos sem sustentabilidade fiscal e sem a devida transparência”. Como esse parecer serve como recomendação e não como condenação, caberia ao Congresso Nacional decidir o que fazer com esse relatório do órgão de fiscalização. Contudo, juridicamente, o possível processo de

---

<sup>47</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/dilma-anuncia-reducao-de-39-para-31-pastas-na-reforma-ministerial.html>. Acesso em: 1 jun. 2018.

<sup>48</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1691009-tse-abre-acao-que-pede-cassacao-de-dilma-e-temer.shtml>. Acesso em: 3 jun. 2018.

<sup>49</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/10/tcu-recomenda-ao-congresso-reprovar-contas-do-governo-de-2014.html>. Acesso em: 3 jun. 2018.

*impeachment* possuía sua base legal garantida, mesmo sendo posteriormente questionado por vários juristas e defendido por tantos outros.

No dia 21 de outubro, é apresentado oficialmente o pedido de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff. O documento é defendido pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr.<sup>50</sup>. A oposição ao governo apresentava o referido processo ao presidente Eduardo Cunha. A única diferença aos outros processos apresentados na Casa é que esse estaria colado ao parecer do TCU sobre as pedaladas fiscais. Segundo Mendonça Filho (DEM-PE), Cunha daria uma resposta rápida e, talvez, até novembro os parlamentares teriam notícias em relação ao andamento do processo. Em viagem oficial à Suécia, a presidente Dilma se posicionou com certo ceticismo em relação ao *impeachment*. Alegava que não existia clima para uma ruptura democrática e que a independência entre os poderes seria um sinal da força da democracia brasileira.

Os ventos iriam mudar para o governo. No início de novembro, é aberto um processo no Conselho de Ética da Câmara contra Eduardo Cunha. O presidente teria mentido em uma convocação da CPI da Petrobras de que não teria contas no exterior. O requerimento aberto por deputados do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do Rede Sustentabilidade (REDE) denunciavam Cunha por quebra de decoro parlamentar depois que o Ministério Público da Suíça enviou ao Brasil documentos que confirmavam as contas referentes ao parlamentar<sup>51</sup>. Pressionado, Eduardo Cunha negava todas as acusações e se dizia vítima, novamente, de uma articulação entre o Procurador Geral da República e o Executivo Federal.

No mês de novembro foi registrado outro problema para a governabilidade de Dilma. No dia 25, o líder do governo no Senado Federal, Delcídio Amaral (PT-MS), foi preso na Operação Lava Jato. A sua prisão provisória foi almejada pela necessidade de impedir a interferência do senador nas investigações em curso. A denúncia foi uma negociação de Amaral com Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras, para comprar seu silêncio numa futura delação premiada. O senador teria, inclusive, prometido fuga a Cerveró e até uma mesada de R\$ 50 mil reais, segundo o ministro do STF, Teori Zavascki. O receio do parlamentar era que irregularidades na refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, pudessem comprometê-lo. Interessante notar que numa gravação entre Delcídio e o filho de Cerveró o senador alegou que estaria exercendo pressão em alguns ministros do STF, que havia conversado com

---

<sup>50</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/juristas-e-oposicao-entregam-novo-pedido-de-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em: 3 jun. 2018.

<sup>51</sup> Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151115\\_cunha\\_verseos\\_ms\\_ab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151115_cunha_verseos_ms_ab). Acesso em: 3 jun. 2018.

Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Teori Zavascki e pediu a Michel Temer para conversar com Gilmar Mendes para uma possível ajuda ao ex-diretor. A outra denúncia foi o recebimento de propina mediante aluguéis de navios-sondas pela Petrobras no valor de US\$ 6 milhões de reais, que teria sido dividida com Renan Calheiros (PMDB-AL), Jader Barbalho (PMDB-PA) e Silas Rondeau, filiado ao PMDB e ex-ministro de Estado<sup>52</sup>.

## 2.2 AS PEDALADAS FISCAIS COMO CRIME DE RESPONSABILIDADE X CRIME SEM RESPONSABILIDADE É GOLPE

No dia 02 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitava a abertura do processo de *impeachment*. Dos setes pedidos de impedimento da presidente Dilma Rousseff, o escolhido foi o protocolado por Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr. O pedido foi acatado pelo parlamentar por incluir as pedaladas fiscais realizadas por Dilma em 2015. O deputado alegou que Dilma assinou seis decretos liberando créditos extraordinários sem o aval do Congresso e descumpriu a Lei de Responsabilidade Orçamentária (LRO) no exercício do atual mandato. Portanto, de próprio punho, a presidente teria assinado os decretos liberando cerca de R\$ 12,5 bilhões de reais sem previsão no orçamento de 2015<sup>53</sup>. Cunha assinalava que mesmo o governo mandando um projeto para o Legislativo, alterando a meta fiscal de 2015, o ato de Rousseff foi realizado com o orçamento anterior, que constava uma situação superavitária, mas que na verdade o *deficit* poderia chegar a R\$ 100 bilhões de reais.

Um fato relevante levantado pelo governo é que Cunha teria agido por pura vingança. No mesmo dia da abertura do processo de *impeachment* aconteceu a votação no Conselho de Ética da Câmara referente ao caso de Eduardo Cunha. Para o arquivamento do processo, o presidente da Casa precisava dos votos dos deputados petistas. Esses, entretanto, pressionados pelas bases do partido, votaram a favor da continuidade do processo. Nesse intervalo, Cunha articulou com o PP, PSC, PMDB, DEM, PR e SD para discutir a viabilidade de um processo de *impeachment* contra a presidente da República<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/11/delcidio-amaral-senador-pt-e-presos-pela-policia-federal.html>. Acesso em: 3 jun. 2018.

<sup>53</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em: 3 jun. 2018.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-retaliacao-ao-pt-cunha-acolhe-pedido-de-impeachment-contra-dilma-5647.html>. Acesso em: 3 jun. 2018.

No dia 07 do mesmo mês, uma carta com forte teor de descontentamento é divulgada na imprensa. O vice-presidente Michel Temer declarava um descompasso com as medidas do governo e se proclamava, no primeiro mandato de Dilma Rousseff, como um vice decorativo. Temer teria ficado surpreso com o “vazamento” da carta para o público, pois relatou que foi direcionada à presidente com um cunho institucional. Demonstrava um grande desconforto com a mandatária, alegando que Dilma teria uma forte desconfiança com ele e o PMDB. A demissão do ex-ministro Moreira Franco da Secretaria da Aviação Civil, um indicado do vice-presidente, teria um sentido de sabotagem, segundo Temer. Na carta, ele registrava sua indignação também com a demissão do ex-ministro Eliseu Padilha. O vice-presidente citava a participação dele e de Padilha para aprovarem o ajuste fiscal no Parlamento. Apesar das críticas, Temer defendeu a reunificação do País e não propôs rompimentos entre partidos e governo<sup>55</sup>.

Cunha, com uma enorme desenvoltura com as regras e as normas da Câmara Legislativa, já começava a formar a comissão para o *impeachment* da presidente Dilma. Todavia, o ministro Edson Fachin, do STF, mediante uma representação do PCdoB, questionou algumas medidas que estavam sendo adotadas pelo parlamentar. Com isso, o processo do *impeachment* seria analisado pelo Supremo, a fim de verificar os procedimentos que seriam adotados nos andamentos dos trabalhos. A chapa alternativa, contemplada com deputados opositoristas favoráveis à cassação de Dilma Rousseff, não foi reconhecida pelo STF<sup>56</sup>. Os ministros defenderam que a legitimidade do processo passava pela indicação dos líderes ou blocos partidários para formarem a comissão. Mesmo a Câmara questionando o rito do *impeachment* imposto pelo STF, este colocava os caminhos constitucionais a serem seguidos pelos deputados.

A crise política caminhava com a crise econômica no governo petista. Em janeiro de 2016, a notícia de um rombo de R\$ 114,9 bilhões nas contas públicas em 2015 foi registrada como um dos piores da série histórica. O ano de 2015 tinha superado o ano de 2014, aumentando em R\$ 97,77 bilhões de reais. As pedaladas fiscais e o *deficit* da previdência são lembrados como um dos motivos para esse descalabro, além da queda de investimentos no País<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/temer-nao-propos-rompimento-com-dilma-em-carta-diz-assessoria.html>. Acesso em: 3 jun. 2018.

<sup>56</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/ministro-do-stf-suspende-instalacao-da-comissao-especial-do-impeachment.html>. Acesso em: 3 jun. 2018.

<sup>57</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/contas-do-governo-tem-rombo-recorde-de-r-1149-bilhoes-em-2015.html>. Acesso em: 3 jun. 2018.

Os problemas com a economia e com o Congresso eram somados aos casos de corrupção divulgados pelas ações da PF. A Operação Lava Jato também proporcionou um enorme desgaste às figuras ligadas diretamente ao governo e ao Partido dos Trabalhadores. No dia 22 de fevereiro, foi decretada a prisão do publicitário João Santana, responsável pelas campanhas do ex-presidente Lula em 2006 e da presidente Dilma em 2010 e 2014. Santana foi apresentado na imprensa como marqueteiro do PT e foi acusado de receber US\$ 7,5 milhões de dólares em contas no exterior. Segundo as investigações, João Santana teria recebido pagamentos por *offshores* ligados à Odebrecht e ao engenheiro Zwi Skornicki, representante do estaleiro Keppel Fels no Brasil. Os valores pagos entre 2012 e 2014 eram de US\$ 3 milhões e US\$ 4,5 milhões, respectivamente<sup>58</sup>. O dinheiro estaria ligado ao superfaturamento de obras dessas empresas com a Petrobras<sup>59</sup>.

Outro caso que voltava a ganhar destaque em relação à Operação Lava Jato foi um acordo de delação premiada assinado com a PGR por Delcídio do Amaral. Solto em 19 de fevereiro, depois de 87 dias presos, o ex-senador petista fazia duras críticas ao ex-presidente Lula e à presidente Dilma. Delcídio denunciava o conhecimento de Lula nos casos de corrupção da Petrobras e a tentativa de Rousseff de interferir na Lava Jato. Uma das denúncias contra a presidente era a tentativa de nomear ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) o ministro Marcelo Navarro, mediante a garantia de soltar os empreiteiros envolvidos na Operação comandada pelo juiz Sérgio Moro, além de tentar manter a diretoria que estava comprometida com os atos de corrupção na empresa, inclusive, na compra da refinaria de Pasadena. Contra o ex-presidente, as acusações eram referentes ao pagamento pelo silêncio tanto de Cerveró, remediado por Delcídio, como o de Marcos Valério, elemento central no Mensalão do PT em 2005. Essa última teria sido orquestrada pelo ex-ministro Antônio Palocci, também com orientação de Lula<sup>60</sup>. O clima de hostilidades contra o governo chegava a um ponto tão crítico que o reflexo desse cenário poderia ser presenciado nas ruas e nas redes sociais.

Um acontecimento de extrema relevância política aconteceu no dia 04 de março: a condução coercitiva do ex-presidente Lula pela Operação Lava Jato<sup>61</sup>. A iniciativa

---

<sup>58</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/02/joao-santana-chega-ao-brasil-apos-ter-prisao-decretada-na-lava-jato.html>. Acesso em: 3 jun. 2018.

<sup>59</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/11/politica/1494532765\\_276216.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/11/politica/1494532765_276216.html). Acesso em: 3 jun. 2018.

<sup>60</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1745828-delcidio-compromete-dilma-e-lula-em-delacao-premiada-diz-revista.shtml>. Acesso em: 3 jun. 2018.

<sup>61</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/a-reacao-da-oposicao-a-conducao-coercitiva-de-lula>. Acesso em: 3 jun. 2018.

orquestrada pelo juiz Sérgio Moro seria para escutar o ex-presidente sobre vantagens indevidas recebidas por atos ilícitos realizados na Petrobras. O recebimento de valores elevados em palestras, a reforma do Sítio de Atibaia, a aquisição de um triplex no Guarujá e o armazenamento de bens por uma transportadora estariam entre as benesses que Lula teria recebido como propina pelos acordos entre empresas privadas e a petroleira. O mandado de condução seria para assegurar a segurança do ex-presidente, segundo os agentes da PF e do MPF<sup>62</sup>. O presidente do PT, Rui Falcão, chamou o ato de “ação política” e “espetáculo midiático”. O Partido dos Trabalhadores soltou uma nota oficial falando que a prisão de Lula foi um ataque à democracia e à Constituição do País<sup>63</sup>.

No dia 13 de março de 2016, o país presenciou a maior manifestação a favor do *impeachment* da presidente Dilma. Os manifestantes protestaram em todos os estados do País, em mais de 300 municípios brasileiros. Segundo dados da Polícia Militar, eram mais de 3,6 milhões de pessoas pedindo a cassação de Rousseff. O clima nas ruas era de festa e o verde e amarelo mais uma vez tomou o Brasil. Na capital paulista, o Datafolha registrou cerca de 500 mil pessoas e a Polícia Militar 1,4 milhões. A avenida Paulista estava tomada com vários carros de som e uma mobilização que não se via desde as Diretas Já<sup>64</sup>. Os cartazes registravam mensagens contrárias ao governo federal, ao PT e à corrupção. Os alvos dos ataques eram, diretamente, a presidente Dilma e o ex-presidente Lula. Em algumas passeatas, era lembrado o pedido de prisão de Lula pelo Ministério Público de São Paulo. Mais uma vez, a figura do juiz Sérgio Mouro era reverenciada juntamente com a Operação Lava Jato. Um fato que merece destaque foi a diferença de tratamento que receberam alguns políticos da oposição nessas manifestações. O senador Aécio Neves (PSDB-MG) e o governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) foram escorraçados pela população que se fazia presente na avenida Paulista. A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) também foi hostilizada no seu reduto eleitoral<sup>65</sup>. Contudo, como divulgador e participante das manifestações contrárias ao governo, o senador mineiro Aécio Neves começava a presenciar nas ruas um sentimento de ódio que alguns parlamentares petistas já desfrutavam pelos aeroportos e *shoppings* do País. As ruas estavam tomadas por diferentes sentimentos, sendo a indignação contra a classe

---

<sup>62</sup> Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/sergio-moro-divulga-nota-para-justificar-conducao-coercitiva-de-lula.html>. Acesso em: 3 jun. 2018.

<sup>63</sup> Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/presidente-do-pt-convoca-militancia-para-defender-lula-no-brasil-inteiro.html>. Acesso em: 3 jun. 2018.

<sup>64</sup> Manifestações em meados dos anos 1980 que reivindicavam o direito do povo brasileiro de votar para presidente da República.

<sup>65</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contra-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>. Acesso em: 5 jun. 2018.

política percebida em diversos contextos. Entretanto, vários atos a favor do governo e da democracia ganharam representatividade em várias cidades espalhadas pelo Brasil. O grito contrário ao *impeachment* era associado à permanência do jogo democrático e a uma oposição que denominavam de golpistas<sup>66</sup>. Diferente das manifestações de 1992, com o *impeachment* de Collor, a sociedade brasileira, em 2016, estava dividida.

No dia seguinte às manifestações, Dilma Rousseff se reunia com o senador José Pimentel (PT-CE), líder do governo no Congresso Nacional, para discutir uma pauta de negociação com a base aliada para tentar barrar o processo de *impeachment* na Casa. O Poder Executivo teria mandando um recado de preocupação com a repercussão das manifestações contra o governo, apesar da tentativa de o parlamentar suavizar os acontecimentos. Nas declarações de Pimentel, as reivindicações estariam pulverizadas e os atos de cólera estariam recaindo sobre todos os partidos políticos<sup>67</sup>. O desgaste seria contra a classe política e o governo estaria aberto a negociações com qualquer partido para apaziguar a crise.

A cada dia, um problema novo aparecia na crise institucional do País. Desta vez o que ganhava os noticiários era o teor da delação de Delcídio do Amaral divulgada pelo STF. As notícias já difundidas por “vazamentos” na imprensa contra a presidente Dilma e o ex-presidente Lula eram confirmadas pelos relatos do ex-senador. Interessante observar como os acontecimentos vão se intercalando entre operações policiais, denúncias na mídia e manifestações pelo País. O clima de desgaste do governo e do Partido dos Trabalhadores se destacava na imprensa, nas ruas, nas ações do Ministério Público, da PGR e da Polícia Federal.

O caminho para o *impeachment* começava a ganhar seus direcionamentos institucionais. O Supremo estabelece o rito do processo para prosseguir no Congresso Nacional. Dilma Rousseff tentava uma ação política que poderia interferir nas negociações que ocorriam no Legislativo para efetivar sua cassação. Numa medida que foi considerada ousada pela oposição e sensata pelos governistas, a presidente nomeia como chefe da Casa Civil o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O propósito seria o bom trânsito que Lula teria entre os partidos e sua habilidade de negociação com os deputados. Uma medida que visava amenizar os ânimos no Legislativo e que a governabilidade pudesse ser estabelecida. Entretanto, um acontecimento que ficou registrado nos anais da história como algo

---

<sup>66</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/milhares-saem-as-ruas-em-defesa-da-democracia-e-contra-o-impeachment>. Acesso em: 5 jun. 2018.

<sup>67</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/03/dilma-pede-dialogo-no-congresso-para-conter-impeachment-diz-lider.html>. Acesso em: 5 jun. 2018.

surpreendente foi a interferência direta do juiz Sérgio Moro na indicação política<sup>68</sup>. Num ato ilegal, o magistrado “vaza” para a imprensa um áudio no qual a presidente Dilma estaria conversando com o ex-presidente Lula sobre a sua escolha para o Ministério. O áudio grampeado aparece nos telejornais do País enfatizando que a presidente estaria mandando o ofício da nomeação para Lula caso ele precisasse em alguma necessidade especial. Vários veículos de comunicação associaram as declarações como uma proteção que o foro privilegiado do cargo poderia proporcionar ao ex-presidente. Discutiam um desvio de função que estaria sendo realizado pela presidente naquele ato de nomeação. Mais uma vez a política era atropelada pelo juiz de Curitiba. Uma hora depois da posse de Lula como ministro no Palácio do Planalto, o juiz federal, Itagiba Catta Preta Neto, suspende a posse por meio de uma liminar. Várias liminares foram propostas no País com esse sentido. Um dia após a posse, mediante uma ação do PSDB e do PPS, o ministro Gilmar Mendes suspende a nomeação de Lula<sup>69</sup>. Segundo Mendes, a posse “seria para impedir o cumprimento de ordem de prisão de um juiz de primeira instância. Seria uma espécie de salvo conduto emitido pela presidência da República”.

Um fato político ocorrido também no mês de março foi decisivo para o fortalecimento do *impeachment*. Numa reunião comandada pelo vice-presidente do PMDB, Romero Jucá, o partido se retirava da base de apoio ao governo. Assim, a parceria de uma década com os governos petistas chegava ao fim. O grande aliado aumentou a desestabilização que assolava a presidência. Dessa forma, a ala governista do partido não tinha mais maioria. Nessa reunião, os ministros peemedebistas receberam um comunicado que deveriam entregar os ministérios, pois agora estavam na oposição<sup>70</sup>. O maior aliado deixava as benesses da coalizão e partia para o confronto.

Durante esse conturbado momento político, a Câmara elegeu os deputados para a comissão que analisaria o *impeachment* de Dilma. Era formada por 65 membros, na qual o PT e o PMDB teriam mais representantes, com oito cada um. O acesso à comissão estava relacionado à proporcionalidade das bancadas na Casa. O PSDB estaria representado com seis parlamentares. A partir da criação da comissão, a presidente teria dez sessões para apresentar sua defesa no parlamento. Aprovado pela comissão, o parecer seguiria para análise

---

<sup>68</sup>Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/conversa-entre-dilma-e-lula-e-grampeada-pela-pf>. Acesso em: 5 jun. 2018.

<sup>69</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/03/entenda-suspeita-contralula.html>. Acesso em: 5 jun. 2018.

<sup>70</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459293666\\_164652.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459293666_164652.html). Acesso em: 5 jun. 2018.

na Câmara. Decidido pelo andamento do processo, necessitaria de dois terços do consenso parlamentar, ou seja, 342 votos para enviar ao Senado Federal. Sendo aceito, a presidente seria afastada por 180 dias até o julgamento final pelos senadores<sup>71</sup>.

Outro marco dessa conjuntura histórica seria o ato protocolar do décimo segundo processo de *impeachment* apresentado na Câmara dos Deputados. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) posicionava-se a favor da cassação da presidente da República. O ato foi saudado com fervor pelos defensores do *impeachment* como demonstração da legalidade e do respeito à ordem constitucional<sup>72</sup>. A oposição foi cética ao ato, alegando que o golpe de 1964 também teria sido apoiado pela OAB.

A comissão começava os seus trabalhos para análise do processo de *impeachment*. A tese das “pedaladas fiscais” seria defendida pela advogada Janaína Paschoal e Miguel Reale Jr. Os argumentos deixavam implícito o crime de responsabilidade exercido pelo governo Dilma, que autorizou os bancos públicos a pagarem os programas sociais e créditos agrícolas no Plano Safra. Sem o repasse imediato do dinheiro do Tesouro Nacional, o governo ludibriou o País com um saldo positivo nas contas do Estado que, na verdade, representava um *deficit* fiscal. Reale Jr. ainda afirmou a ilegalidade do Estado ao realizar operações de crédito com instituições financeiras públicas, segundo o artigo 36 da lei 201 de 2000<sup>73</sup>. Outro dado levantado foram os decretos, assinados por Rousseff, de crédito suplementar no valor de R\$ 2,5 bilhões sem aval do Congresso e com a justificativa de excesso de arrecadação. Tendo o Brasil fechado com um *deficit* de R\$ 117 bilhões de reais. Janaína Paschoal alegava a importância de respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, exemplificando que governos que gastam mais que arrecadam acabavam quebrando os bancos públicos.

Na defesa da presidente Dilma estava o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, e o professor de direito Ricardo Lodi Ribeiro, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A argumentação central foi que os procedimentos adotados tinham o consentimento do TCU até então e que as contas de 2011, 2012 e 2013 não foram questionadas pelo órgão fiscalizador. Em relação aos créditos suplementares, segundo o ministro, tiveram respaldo na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 com pareceres técnicos do Ministério do Planejamento. Ainda argumentou que não houve aumento de despesas, sendo respeitada a

---

<sup>71</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2016/08/veja-o-caminho-percorrido-pelo-processo-do-impeachment>. Acesso em: 5 jun. 2018.

<sup>72</sup> Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/03/28/oab-entrega-pedido-de-impeachment-da-presidenta-dilma-e-causa-confusao-na-camara/>. Acesso em: 5 jun. 2018.

<sup>73</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm). Acesso em: 5 jun. 2018.

programação financeira de 2015. O professor Ribeiro ainda lembrava que o próprio Congresso Nacional teria mudado a meta fiscal, autorizando um rombo de R\$ 119,9 bilhões. Com isso, o Congresso autorizava os atos fiscais do governo. No caso das “pedaladas fiscais”, o professor alegava uma confusão entre a Lei de Responsabilidade e a Lei Orçamentária. O *impeachment* seria tipificado como crime de responsabilidade, e o que estava sendo discutido eram questões referentes a despesas e receitas referentes à Lei de Orçamento. Inclusive, Barbosa reiterou que em 2015 o governo fez o maior ajuste fiscal da história, não podendo, portanto, ser taxado de irresponsável em termos fiscais<sup>74</sup>.

Uma dúvida durante a abertura do *impeachment* por Eduardo Cunha era se a presidente poderia ser julgada por crimes que não estivessem correlacionados com o atual mandato. Nessa comissão, a questão foi colocada em pauta. Reale Jr. defendia a punição de agentes públicos que porventura tivessem cometido crimes anteriores ao mandato. Segundo o jurista, havia respaldo no STF e citou casos de deputados que seriam cassados pelo Conselho de Ética da Casa, mas que renunciaram para depois se elegerem novamente. Assim, no momento que voltasse para a Câmara, seus processos seriam reabertos e assim condenados. Barbosa e Ribeiro justificavam que isso era inconstitucional e que deveria focar nos atos praticados durante o atual mandato da presidente. O próprio Cunha baseou o processo nos procedimentos referentes a 2015. Durante o pleito, Paschoal alegou que as pedaladas fiscais, os créditos suplementares e a corrupção da Petrobras estariam interligados pela falta de governabilidade de Dilma Rousseff. A defesa da presidente rebateu as declarações, deixando claro que a discussão era referente ao atual mandato, e, portanto, focado na suspeita de edição de créditos que estaria em desacordo com as orientações do TCU<sup>75</sup>.

Passadas as dez sessões na Câmara dos Deputados, a presidente Dilma apresentou sua defesa. Com cerca de 200 páginas, o documento foi entregue pelo advogado Geral da União José Eduardo Cardozo. Cardozo deixava claro que o processo foi proveniente de uma chantagem de Eduardo Cunha por não receber os votos da base petista pelo arquivamento de seu processo no Conselho de Ética. Mostrava a fragilidade da denúncia, reiterando que no caso das pedaladas fiscais não houve operação de crédito, e que no máximo o governo poderia ser condenado por inadimplência. No caso dos créditos complementares,

---

<sup>74</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/veja-os-argumentos-pro-e-contra-o-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em: 6 jun. 2018.

<sup>75</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472412248\\_958761.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472412248_958761.html). Acesso em: 6 jun. 2018.

argumentava que havia farta jurisprudência para justificá-la e que, além de não ter alterado a meta fiscal, isso era uma prática recorrente em outros governos. Finalizou em alto e bom som que *impeachment* sem crime de responsabilidade seria um golpe de Estado. Somente um ato sério, contrário às leis do País, poderia determinar um crime de responsabilidade para a cassação de um presidente da República eleito democraticamente<sup>76</sup>.

No dia 06 de abril, o relator da comissão do *impeachment*, Jovair Arantes, (PTB-GO) apresentou o relatório favorável à abertura do processo contra a presidente Dilma<sup>77</sup>. O parecer foi levado à votação, pelos 65 membros da comissão, para decidir o encaminhamento à Câmara ou o arquivamento. Nas sessões que analisaram o relatório, deputados defenderam seus posicionamentos na tribuna, justificando ou condenando o processo de *impeachment*. Deputados a favor da cassação criticavam a forma de governar da presidente e sua irresponsabilidade com o País. Proclamavam um clamor popular pela mudança e por um país sem corrupção. Rodrigo Maia (DEM-RJ) proferia que a melhor saída para o Brasil era a possibilidade de o vice-presidente, Michel Temer, assumir o governo. Contrários ao processo, o argumento era que um golpe de Estado estava caminhando para ser concretizado no País. Foi citado o “pecado de origem” do *impeachment*, por ter sido uma tentativa de barganha de Eduardo Cunha para se livrar de um processo na Câmara. Chico Alencar (PSOL-RJ) chegou a ironizar os deputados com repúdio à corrupção, mas que se beneficiavam dela. Uma frase que foi presente em vários discursos era que *impeachment* sem crime de responsabilidade seria golpe<sup>78</sup>.

No dia 11 do mesmo mês, o parecer favorável ao *impeachment* foi aprovado pela comissão por 38 votos contra 27. No próprio plenário, após a votação, grupos de apoio ao *impeachment* começavam a gritar “fora PT” e “acabou a boquinha”. Era possível também presenciar gritos de “não vai ter golpe, vai ter luta” e “golpistas fascistas não passarão”. A divisão que se fazia presente na sociedade se materializou no Parlamento, tendo assessores e funcionários da casa vaiando ou aplaudindo os deputados que votaram o *impeachment*. Numa sessão que durou mais de 12 horas, os discursos foram tensos e acalorados. O relator Jovair Arantes, na abertura dos trabalhos, justificava a seriedade do crime de responsabilidade

---

<sup>76</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/veja-os-argumentos-pro-e-contra-o-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em: 6 jun. 2018.

<sup>77</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/506835-COMISSAO-APROVA-ABERTURA-DO-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DA-PRESIDENTE-DILMA.html>. Acesso em: 8 jun. 2018.

<sup>78</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507213-DISCUSSAO-DO-IMPEACHMENT-MANTEM-O-PLENARIO-NA-SESSAO-MAIS-LONGA-DA-CAMARA.html>. Acesso em: 8 jun. 2018.

cometida pelo governo e defendia o *impeachment* como um clamor popular<sup>79</sup>. O advogado da presidente rebateu o relatório, mostrando inconsistências e acusando o processo como um julgamento político. O Partido dos Trabalhadores considerava a cassação de Dilma como um golpe de Estado e o vice-presidente Michel Temer um traidor do País. Inclusive, no mesmo dia, um áudio de WhatsApp “vazou” com uma mensagem de Temer como se Dilma já estivesse cassada. Ele defende uma pacificação entre os cidadãos do País e um projeto de reunificação nacional. Sinalizava que iria manter os programas sociais e uma linha de diálogo com os partidos. Pregava um governo de salvação e união nacional. Afirmava-se preparado para assumir o governo e saudava os deputados pelo amplo debate que ocasionou o processo de *impeachment*. Ainda discursava que somente “a mudança pode gerar a esperança” para tirar o país da crise econômica<sup>80</sup>.

No dia seguinte, com a aprovação do *impeachment* pela comissão, o Mercado reage bem e a Bovespa apresentava o maior patamar do ano. A alta das *commodities* e a aprovação do parecer pela cassação de Dilma são apontadas como pontos centrais para os ânimos dos investidores. A Reuters informava a valorização de ações de empresas como a Vale, com aumento de 10,94% e a Petrobras de 7,63%. Os bancos foram lembrados, com o Itaú Unibanco com 4,52% e o Bradesco com 4,11%<sup>81</sup>.

No mês de abril aconteceram manifestações em vários municípios pelo País. As ruas estavam sendo tomadas por favoráveis e opositores ao *impeachment*. No Ceará, houve um ato na sede da OAB com mais de 500 assinaturas apoiando a cassação<sup>82</sup>. O início dos trabalhos para a votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados estava marcado para acontecer nas sessões dos dias 15, 16 e 17.

Uma última tentativa da defesa de Dilma para suspender a votação do dia 17 foi tentada pela Advocacia-Geral da União (AGU)<sup>83</sup>. Questionavam a ordem que Cunha teria estabelecido para a votação, começando com as bancadas do Norte alternando com as do Sul. Existia um pedido de deputados do PCdoB e PDT para que a votação fosse por ordem alfabética. Outra questão levantada foi a que Dilma não teve direito de defesa na audiência

---

<sup>79</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/comissao-do-impeachment-de-dilma-frases-dos-deputados-sobre-o-parecer.html>. Acesso em: 8 jun. 2018.

<sup>80</sup> Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/poder/225213/Vaza-conversa-em-que-Temer-fala-como-se-golpe-j%C3%A1-tivesse-passado.htm>. Acesso em: 9 jun. 2018.

<sup>81</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/04/bovespa-fecha-em-alta-com-cena-politica-e-commodities-no-foco.html>. Acesso em: 9 jun. 2018.

<sup>82</sup> Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/politica/2016/04/13/noticiaspoliticas,3602415/juristas-entregam-manifesto-a-favor-da-posicao-oab-ce-sobre-impeachment.shtml>. Acesso em: 9 jun. 2018.

<sup>83</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/stf-rejeita-pedido-da-agu-e-mantem-votacao-do-impeachment-no-domingo.html>. Acesso em: 9 jun. 2018.

que Janaína Paschoal e Miguel Reale Jr. apresentaram o pedido. Assim como na leitura do parecer de Jovair Arantes, o advogado da AGU não pôde se pronunciar. O STF, no voto do ministro Edson Fachin, negou o pedido e argumentou que o rito do *impeachment* votado pelo Supremo possibilitou momentos para a defesa.

### 2.3 *IMPEACHMENT* JÁ X VEM PRA DEMOCRACIA: BRASIL CONTRA O GOLPE

A sessão foi aberta com o pronunciamento do jurista Miguel Reale Jr. Seu discurso acusava a presidente Dilma de praticar um golpe no País contra as contas públicas. Imputou à mandatária a quebra da economia do Brasil e que teria mascarado as finanças para favorecer sua reeleição. No pronunciamento do advogado José Eduardo Cardoso, a defesa alegava que o processo saiu de um ato “viciado”, fruto de uma retaliação do presidente da Câmara contra a presidente. O direito de fala dos parlamentares seguia uma ordem de maior bancada. O líder do PMDB na casa, Leonardo Picciani, (RJ) afirmou que, por decisão da maioria do partido, a bancada iria votar a favor do *impeachment*. O deputado peemedebista, Lelo Coimbra (ES), argumentou que Dilma não teria mais condições de governar, e o deputado, também peemedebista, Osmar Serraglio (RS), alegou que o País não aguentava mais um governo do PT. Os parlamentares petistas seguiram na tribuna afirmando o golpe de Estado que se concretizava no Brasil. Paulo Teixeira (SP) acusou a imprensa e o empresariado de arquitetarem, juntamente com a oposição, um golpe parlamentar. Denunciou que a oposição não ganhava eleições e que esse seria o único meio de chegar ao poder. A deputada Benedita da Silva (SP) defendeu os programas sociais do governo e a honestidade da presidente. Arlindo Chinaglia (SP) falou da obrigatoriedade do crime de responsabilidade para afastar um presidente do exercício do mandato. O PSDB, representado pelo parlamentar Carlos Sampaio (SP), focou o seu discurso na desclassificação da defesa de Dilma, definindo como “imprestável”. Jutahy Junior (BA) citou a legalidade do processo e ainda comparou constitucionalmente com o *impeachment* de Collor em 1992. Outros partidos, como PP, PR, PSD, DEM, PSB, PRB, PTB, SD, PSC, PPS, PHS, PV, PTB, PSL, PEN e PMB, apoiaram o *impeachment* de Dilma com diferentes argumentos, desde pedaladas fiscais, corrupção, desgoverno até similaridades com países comunistas. O PCdoB, o PSOL e o PT foram críticos ao processo, chamado de “golpe”, “farsa”, “engodo” e “conluio de traidores e golpistas”<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/no-plenario-partidos-fazem-discursos-contras-e-pro-impeachment.html>. Acesso em: 9 jun. 2018.

Determinado por Eduardo Cunha, o processo de votação para a cassação da presidente Dilma seria num domingo. O dia 17 de abril ficou marcado como um evento que mobilizou o País. Parecendo uma final de Copa do Mundo, a Esplanada dos Ministérios estava tomada pelo verde amarelo de um lado e pelo vermelho do outro. A divisão do País era representada por um muro que foi colocado para separar os manifestantes em Brasília. Com uma sessão que se prolongou até a noite, o resultado deu a vitória aos apoiadores da cassação. Com 367 favoráveis e 137 contrários, o processo foi encaminhado ao Senado para o seu trâmite legal. Havia sete abstenções e duas faltas. A fala dos parlamentares em defesa da família, dos filhos, dos netos, de Deus e da pátria fugia das argumentações jurídicas que um processo dessa magnitude necessitava. Um fato de puro sadismo foi quando o deputado Jair Messias Bolsonaro (PSC-RJ) homenageou o coronel Brilhante Ustra, um militar denunciado como torturador durante a Ditadura Militar, insinuando que seria o “terror de Dilma”<sup>85</sup>. Apesar dos argumentos na votação demonstrarem uma representação parlamentar muito ruim em termos de qualificação técnica, o processo seguiu o caminho estipulado pelo STF. No caso, dos deputados cearenses, nove votaram a favor e onze contra a cassação de Dilma Rousseff. Além de uma abstenção e uma ausência<sup>86</sup>.

O Senado também formou uma comissão para analisar o processo na Casa. O relator da comissão ficou a cargo do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). Ex-governador de Minas Gerais, aliado de Aécio Neves, o senador foi muito hostilizado pela base do governo em aceitar o cargo pela falta de imparcialidade necessária ao processo. Formado por 21 senadores, o colegiado aceitou o parecer de Anastasia, tendo 15 votos pela continuidade e 5 contrários. O presidente do colegiado, Raimundo Lira (PMDB-PE), absteve-se, alegando que votaria só em caso de empate. O relatório aprovado foi encaminhado para a votação no Senado e a presidente Dilma começava a ver a sua deposição ser realizada no Congresso<sup>87</sup>.

Apesar das negociações nos bastidores estarem ocorrendo desde a votação na Câmara Legislativa, liderando de um lado o ex-presidente Lula e do outro o vice-presidente Michel Temer, a derrota da presidente Dilma Rousseff se efetivou<sup>88</sup>. Com 55 votos a favor do *impeachment* contra 22, a mandatária do País foi afastada por 180 dias até a votação final. O governo foi derrotado e Dilma destituída do cargo, sendo colocado no poder o presidente

---

<sup>85</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762082-veja-frases-dos-deputados-durante-a-votacao-do-impeachment.shtml>. Acesso em: 9 jun. 2018.

<sup>86</sup> Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/politica/2016/04/17/noticiaspoliticas,3604403/veja-como-votaram-os-deputados-cearenses.shtml>. Acesso em: 9 jun. 2018.

<sup>87</sup> Disponível em: <https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKCN0XV2KN>. Acesso em: 10 jun. 2018.

<sup>88</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/09/politica/1460166122\\_568182.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/09/politica/1460166122_568182.html). Acesso em: 10 jun. 2018.

interino Michel Temer<sup>89</sup>. A chance de um retorno era vista pelos apoiadores da presidente como remota, mas ainda existiria a última votação em agosto. Os senadores do Ceará se posicionaram no processo de cassação da presidente com dois votos a favor do *impeachment*, Tasso Jereissati (PSDB) e Eunício Oliveira (PMDB), e um voto contrário de José Pimentel (PT)<sup>90</sup>.

Nessa parte do processo, seria o momento para elucidar pontos questionáveis, autorizar perícias e auditorias para definir um novo relatório a ser examinado pelos senadores. No mês de junho, o advogado da presidente Dilma apresentou a sua defesa em 570 páginas. Cardozo argumentou, mais uma vez, que crime de responsabilidade sem dolo é golpe. Alegava que o processo seria fruto de chantagem e que o direito de defesa teria sido cerceado. Um fato novo no processo foi a anexação da gravação de Romero Jucá (PMDB-RR) com o diretor da Transpetro Sérgio Machado. Nas conversas gravadas, o receio entre os dois era principalmente em relação à atuação da força tarefa da Lava Jato. O senador falava de uma aliança nacional para derrubar a presidente e encerrar as investigações do Ministério Público, da P.F. e da P.G.R. O plano era “mudar o governo e estancar a sangria”. Defendia um grande acordo, tendo num “eventual governo Temer um grande pacto nacional” com o apoio do Congresso e até do Supremo Tribunal Federal<sup>91</sup>. Com isso, Cardozo afirmava que o motivo real do *impeachment* era barrar a operação comandada pelo juiz Sérgio Moro por causa da inoperância de Dilma em salvar seus antigos aliados da justiça.

Durante as sessões, os argumentos que centraram os debates foram justamente as “pedaladas fiscais”. A defesa de Dilma considerava a posição do TCU contraditória por mudar o entendimento numa posição casuística. A acusação incriminava a presidente, responsabilizando-a de ter quebrado o País mediante a maquiagem das contas públicas. Numa perícia a pedido do Senado, os técnicos alegaram que não existia uma ação direta da presidente para atrasar os pagamentos aos bancos públicos, com a finalidade de pagamento do plano Safra. Contrariando, portanto, o argumento das “pedaladas fiscais”. Entretanto, defenderam a existência de provas de Dilma na emissão de créditos complementares sem autorização do Congresso.

---

<sup>89</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-e-afastada-pelo-senado-por-55-votos-contrario-temer-assume>. Acesso em: 10 jun. 2018.

<sup>90</sup> Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/politica/2016/08/31/noticiaspoliticas,3654813/saiba-como-cada-senador-votou-no-impeachment.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2018.

<sup>91</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2018.

A presidente Rousseff mandou uma carta ao Senado em defesa de seu mandato. Definia que o pagamento do Plano Safra era responsabilidade do Ministério da Fazenda. Reiterou que os créditos complementares eram previstos na meta fiscal e que estavam relacionados a uma previsão de gastos e não ao aumento de despesas. Dilma defendia que o processo de cassação era uma “vingança” de Cunha para barganhar com o Executivo. Ponderava o desvio de função do *impeachment* e conclamava que estaria sendo vítima de um golpe de Estado<sup>92</sup>. Um documento de 524 páginas também foi apresentado, posteriormente, pelo advogado de defesa, reafirmando a inexistência do crime de responsabilidade nas pedaladas fiscais e na edição dos créditos complementares, considerando o *impeachment* um julgamento meramente político.

Após ouvir testemunhas, pareceres técnicos, perícias, advogados de acusação e defesa, o relator Antonio Anastasia votava um parecer favorável à continuidade do processo de *impeachment*. O parlamentar reafirmou o crime de responsabilidade pelo ato de maquiagem as contas públicas mediante as pedaladas fiscais. Insistiu no desastre financeiro ocasionado pelos créditos complementares sem autorização do Congresso. O relatório foi aprovado pela comissão por 14 votos a 5. No mesmo mês de agosto, o relatório foi aprovado pela casa com 59 votos contra 21<sup>93</sup>. A partir de então, a presidente Dilma Rousseff tornava-se ré e o processo seria levado em plenário para ser votado pelos senadores.

O julgamento seguiu alguns ritos presentes na Câmara e no Senado. Nelson Barbosa insistia na ausência de crime de responsabilidade e atentou novamente para a mudança de entendimento do TCU. A acusação afirmava a gravidade que Dilma colocou o País, gerando uma das maiores crises econômicas da nossa história. Entretanto, um novo fato no julgamento ocorreu na fase final do processo: a presença da presidente no Congresso Nacional. No dia 29 de agosto, Dilma Rousseff compareceu ao Senado para entonar que estaria sendo destituída do cargo por um golpe de Estado. Falou da importância da democracia e que estava sendo cassada pelas conquistas sociais dos governos petistas. Chamou Temer de “usurpador” e alegou que o processo foi aberto por Cunha por motivos pessoais. Como alguns parlamentares a acusavam pelo “conjunto da obra” para efetivarem sua cassação, Dilma defendia que isso era prerrogativa do povo, exercido pelo voto<sup>94</sup>. Ainda

---

<sup>92</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/leia-integra-da-carta-de-dilma-populacao-e-aos-senadores>. Acesso em: 10 jun. 2018.

<sup>93</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senadores-aprovam-parecer-dilma-vira-re-e-vai-julgamento-em-plenario.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.

<sup>94</sup> Disponível em: <http://jornal.usp.br/atualidades/o-funcionamento-da-democracia-e-o-processo-de-impeachment/>. Acesso em: 11 jun. 2018.

resgatou os efeitos da crise de 2008, que prejudicou o Brasil, e defendeu a Petrobras mostrando os investimentos em pesquisa e na produção do Pré-Sal<sup>95</sup>.

Comandado pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski, o julgamento de cassação de Dilma Rousseff chegava ao fim. No dia 31 de agosto de 2016, com 61 votos a favor e 20 contrários, o Brasil presenciou mais uma vez em sua história um *impeachment* de um presidente da República. Nessa sessão, ainda foi julgada a questão da perda de direitos políticos de Dilma. Num fatiamento do processo, a ex-presidente teria recebido a favor da inabilitação a cargos públicos 42 votos contra 36. Como não teve os dois terços obrigatórios na constituição, Rousseff teria preservado o direito de concorrer a qualquer função pública<sup>96</sup>.

#### 2.4 IMPEACHMENT OU GOLPE

Escrever sobre um processo histórico em que seus desdobramentos estão no calor dos acontecimentos é um grande desafio. Várias questões referentes ao *impeachment* de Dilma ainda estão obscuras e que somente o distanciamento do fato poderá trazer olhares mais apurados. Verificar os diferentes interesses de classe e a dinâmica que foi imposta ao Brasil no pós-*impeachment* podem trazer algumas pistas dos acordos que foram costurados com a cassação da presidente do Brasil. Algumas discussões já estão sendo feitas por especialistas do Direito, da Sociologia, da História, do Jornalismo e de várias áreas do conhecimento.

O primeiro ponto é entender o que se denomina como *impeachment*. A etimologia da palavra acaba remetendo à própria aplicabilidade do termo. A sua origem inglesa, “to impeach”, denota um ato de duvidar, incriminar, acusar, ou seja, impedir que interesses de um indivíduo que ocupe uma função no Estado possam se sobressair ao interesse público. Na Inglaterra, foi usado numa perspectiva de criminalização do agente público, diferente dos Estados Unidos, que usa como uma punição política. Entretanto, deve-se ter um crime de responsabilidade para destituição do cargo:

Preliminarmente, não restam dúvidas de que o procedimento de impeachment surgiu na Inglaterra Absolutista marcada por um caráter empiricamente criminal. Em congruência com os anseios da época, o instituto nasceu como uma forma de limitar os poderes da autoridade máxima do reino. No entanto, em meio a sobreposição do impeachment sobre a evolução política da sociedade, o instituto teve que se moldar para atender às necessidades que foram surgindo com os novos

---

<sup>95</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/30/dilma-fala-ao-senado-e-diz-temer-a-201cmorte-da-democracia201d-1>. Acesso em: 11 jun. 2018.

<sup>96</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dilma-rousseff-mantem-direito-de-exercer-funcao-publica>. Acesso em: 11 jun. 2018.

sistemas de governo. Na sequência, o procedimento fundamentou-se no sistema jurídico norte-americano como uma figura mais politizada, traçando um momento histórico onde foi possível visualizar uma separação entre a esfera política de responsabilização do Estado e a pretensão punitiva criminal. Nos Estados Unidos a instauração do processo de impeachment criou bases e serviu como objeto de inspiração para instituir o se conheceria por impeachment no Brasil (BRANDALISE, 2015, p. 74).

O que se denomina como crime de responsabilidade são infrações cometidas por agentes públicos. No caso brasileiro é a lei tipificada no artigo 85 da Constituição de 1988<sup>97</sup>. Esse poder de controle é dado ao Legislativo, que tem como função abrir ou arquivar um processo de cassação presidencial.

No Brasil, esse procedimento constitucional está presente desde 1950 na lei 1079<sup>98</sup>. Esse mecanismo legal chegou a ser aplicado, em 1992, no *impeachment* de Fernando Collor de Mello. Na época, o presidente teria sido denunciado pelo recebimento de benefícios provenientes de práticas ilícitas cometidas entre empresários e seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias. A prova cabal, que acabou levando ao seu afastamento, teria sido o recebimento de um carro Elba como fruto de propina. O *impeachment*, com forte clamor popular, foi referendado pelo Congresso Nacional. Collor estava sem apoio parlamentar, sem o respaldo da mídia e com uma crise econômica sem solução. Mesmo renunciando ao cargo, acabou sendo julgado e destituído de seus direitos políticos por oito anos<sup>99</sup>. Interessante notar que o ex-presidente seria absolvido, posteriormente, no STF. Inclusive, PC Farias, que estava sendo investigado e poderia causar embaraços a Fernando Collor em depoimentos futuros, foi encontrado morto em casa, junto com a namorada. Os dois foram alvejados por arma de fogo sem os seguranças de sua casa terem notado o assassinato. A investigação apurou como crime passional. O empresário PC Farias foi morto pela namorada Suzana que, em seguida, teria cometido suicídio, apesar de existirem muitos questionamentos e perguntas em aberto<sup>100</sup>.

Em 2016, o País vivenciava outra cassação de um presidente da República. Com uma crise econômica séria e várias denúncias de corrupção entre empresários e agentes do Estado, o governo Dilma se via cada vez mais sem legitimidade. A forte oposição no

---

<sup>97</sup> Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%20950>. Acesso em: 12 jun. 2018.

<sup>98</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1079-10-abril-1950-363423-normaatuizada-pl.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

<sup>99</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459370703\\_082305.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459370703_082305.html). Acesso em: 12 jun. 2018.

<sup>100</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1783266-morte-de-pc-farias-completa-20-anos-sem-ser-esclarecida.shtml>. Acesso em: 12 jun. 2018.

Congresso Nacional e a pouca habilidade política da presidente não mostraram saídas para o desgoverno que se instalava no País. A própria base de apoio que votou em Dilma Rousseff estava desapontada pelos rumos que o Brasil tomava após a sua reeleição. O ajuste fiscal imposto pelo ministro Joaquim Levy foi criticado como estelionato eleitoral<sup>101</sup>. Na campanha, o PT não transparecia a necessidade de cortes de programas sociais e em investimentos estatais. Aliás, o contrário era proposto, e o corte de recursos públicos era sempre associado ao candidato adversário. Talvez, por isso, houve o imobilismo de seus eleitores em defendê-la nas ruas durante as discussões para a abertura do *impeachment*. Entretanto, mesmo sem apoio parlamentar e o aprofundamento das investigações de corrupção contra seu partido e sua base aliada, essas ações não possibilitavam a destituição de um presidente.

Outro fator era a baixa popularidade de Dilma nas pesquisas de opinião. Como a economia não deslanchou, a rejeição a seu governo só aumentava. Esses fatores mencionados serviram de argumentos acusatórios para a justificativa do *impeachment* da presidente. Era chamado o “conjunto da obra”, argumentação que alimentou muitos discursos que associavam o PT com o desastre econômico no País<sup>102</sup>. Refutada pelos parlamentares governistas e contrários ao processo, esses insinuavam que essas falas eram um artifício demagógico para justificar a fragilidade da denúncia das “pedaladas fiscais” e da abertura de créditos suplementares.

Legitimar essas narrativas seria essencial para os diferentes grupos políticos em disputa. Passos e Baptista analisaram os discursos antagônicos entre *impeachment* e golpe que se disseminaram na sociedade. Elas verificaram o seguinte:

Observamos que os grupos que defendiam o impeachment o faziam, portanto, com argumentos pautados especialmente em bases legais e constitucionais, e justificavam a necessidade de impedimento da então presidenta Dilma em função de desvios de leis causados pela gestão petista. Por outro lado, os grupos que discursavam em prol da narrativa do golpe alinhavam seus argumentos a cerceamento de direitos civis e democráticos. Além disso, os grupos legitimadores da narrativa do golpe recorreram a outros acontecimentos políticos históricos com o objetivo de induzir o entendimento do impeachment como um acontecimento negativo para a política brasileira (PASSOS; BAPTISTA, 2018, p. 120).

---

<sup>101</sup> Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/especialistas-convidados-pela-oposicao-dizem-que-dilma-cometeu-estelionato-eleitoral-0>. Acesso em: 12 jun. 2018.

<sup>102</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472343210\\_362254.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472343210_362254.html). Acesso em: 15 jun. 2018.

Entretanto, chegaram à conclusão que os crimes de responsabilidade não tiveram o peso esperado na condenação, o que realmente estava em jogo era o julgamento dos governos petistas:

Com base nas observações discorridas ao longo do artigo, concluímos que a principal argumentação da narrativa do impedimento, legitimada pelos juristas responsáveis pela denúncia, pela imprensa, pelo principal partido de oposição, o PSDB, e pelos grupos organizadores das manifestações pró-impeachment, baseia-se, principalmente, nos erros cometidos pelo “lulopetismo” e que acabaram por gerar a impopularidade e a ingovernabilidade de Dilma Rousseff, bem como – e em menor medida – nos supostos crimes de responsabilidade fiscal que teriam sido praticados pelo governo Dilma (PASSOS; BAPTISTA, 2018, p. 120).

Como o processo de cassação tinha duas prerrogativas como fundamentação legal, no caso as pedaladas fiscais e a edição de créditos suplementares, é importante verificar os pontos apresentados e questionados. Em relação às “pedaladas fiscais”, Lukic e Afonso demonstraram o desastre que foi o mecanismo utilizado pelo governo. Além do desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, o artifício teria sido usado para enganar os eleitores nas eleições de 2014:

Para melhorar artificialmente o superávit primário, em 2014, o governo federal recorreu como nunca à prática de “pedalar” os gastos. Uma forma especial foi pedalar com a bicicleta dos outros: no caso, bancos públicos pagaram os gastos do Tesouro no lugar dele, em especial, benefícios de programas sociais – como seguro-desemprego e bolsa família. O TCU demonstrou que, em 2014, foram sacados a descoberto volumes expressivos e por um período de tempo inédito no caso dos pagamentos de benefícios realizados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES, sem a posterior e imediata cobertura pelo Tesouro Nacional. [...] “Como qualquer outro correntista, quando a conta bancária fica negativa, a instituição financeira cobra juros de modo que tal operação constitui uma operação de crédito. A Caixa chegou a reclamar na Justiça que não recebeu tais juros. Antes, acionou a Advocacia da União através da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal em busca de um acordo. Logo em seguida, porém, a AGU suspendeu a tramitação do processo e passou a alegar que se tratava de uma mera “prestação de serviços sui generis”. Nunca demonstrou, porém, como e quanto se pagou por estas prestações, nem quanto foi recolhido de impostos sobre tais serviços – ISS, PIS, COFINS. O problema é que a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe o governo de tomar empréstimo junto a um banco que controla (LUKIC; AFONSO, 2017, p. 40).

Os autores deixaram claro, na sua explanação, que os valores que não foram repassados aos bancos públicos, pelo governo, eram exorbitantes. A medida adotada pelo Executivo Federal foi de maquiagem as contas públicas em favor de uma saúde financeira nos cofres governamentais que não existia. E com a mudança de entendimento do TCU, a comprovação de um crime de responsabilidade poderia ser interpretada nessa nova

perspectiva jurídica. A outra relatora do *impeachment*, Janaína Paschoal, reafirmava essa constatação do órgão fiscalizador, alegando que os fatos estão muito bem caracterizados no acórdão do TCU, que foi publicado em abril de 2015. Quando o TCU rejeitou as contas, foi apenas uma confirmação, quase que uma constatação, de que os fatos tinham sido praticados.

Porém, o ex-ministro Nelson Barbosa, na defesa da presidente, chegou a questionar esse casuísmo do TCU em reconhecer essas irregularidades somente agora: “[...] Estavam de acordo com o entendimento do TCU na época em que eles foram praticados. [...] Uma vez mudado o entendimento, também mudaram os atos”<sup>103</sup>.

Segundo Teixeira, Dweck e Chernavsky, o processo do *impeachment* da presidente Dilma foi uma grande surpresa. Questionaram a fragilidade da denúncia e não constataram crime de responsabilidade. Especificamente sobre as pedaladas fiscais e a edição dos decretos, mencionaram:

Tanto as pedaladas fiscais como os decretos que, ao levar em conta projetos de lei já enviados ao congresso para alteração da meta fiscal, realizavam contingenciamentos menores, assim como os decretos de créditos suplementar, que foram as acusações do processo de impeachment, haviam sido utilizados em governos anteriores, sem que houvesse qualquer manifestação em contrário por parte do TCU. Nada há de errado com o órgão de controle mudar de posição e reinterpretar certos atos diante da legislação vigente. O problema no processo de impeachment de Dilma foi usar a mudança de interpretação com caráter retroativo, minando o princípio básico da segurança jurídica por condenar retroativamente condutas que, conforme vários técnicos do governo relataram na defesa, eram vistas até então como praxe. As “pedaladas” sequer poderiam ser enquadradas como crime de responsabilidade da presidente, visto que os atrasos nos repasses devidos aos bancos públicos não são ato da presidência da república, mas atos descentralizados dos ministros. A tese de que seriam crime se deveu a outra mudança de interpretação que exigiu enorme e controverso malabarismo jurídico, pela qual os atrasos nos repasses aos bancos públicos configurariam operações de crédito destes ao governo federal, o que é uma atitude vedada pela LRF (TEIXEIRA; DWECK; CHERNAVSKY, 2016, p. 6).

O jurista Ives Gandra Martins, da Universidade Mackenzie, observa a gravidade do caso e legitima o *impeachment*. Chega a argumentar o desastre que as pedaladas causaram ao País e culpa Dilma por negligência e por ser complacente com a corrupção:

Em síntese, a primeira corrente sustentada pelo jurista Ives Gandra Martins, pugna pela existência de elementos jurídicos suficientes para o pedido de impeachment da então atual presidenta. Para ele, os crimes culposos de imperícia, omissão e negligência praticados pela conduta de Dilma, tanto quando foi presidente do Conselho da Petrobras, quanto agora como presidente da República embasaria a denúncia. Ainda, em conformidade com o que se pesa na presente monografia, o

---

<sup>103</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/veja-os-argumentos-pro-e-contra-o-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em: 16 jun. 2018.

ilustre jurista Ives Gandra argumenta que apesar dos aspectos jurídicos, a decisão do impeachment é sempre política, pois cabe exclusivamente aos parlamentares analisar a admissão e o mérito [...] Ao manifestar-se que os atos praticados pela presidente, o jurista insiste que existe a demonstração da lesão ao cidadão, como seria o caso da Petrobras, por exemplo, onde todos os acionistas privados foram lesados, e ainda à sociedade, que como um todo é pagadora de tributos e acionista, através da União, da referida estatal, seriam suficientes para enquadrar a chefe do legislativo pela prática de crime que concerne o artigo 9, III da Lei 1079/50 (BRANDALISE, 2015, p. 71).

Ressaltando o maior peso político do que jurídico no processo, o jurista ainda cita a decisão do julgamento de (o ex-presidente Fernando) Collor. Ele foi afastado pelo Congresso, mas não foi condenado pelo STF.

Com relação à edição dos créditos complementares pela presidente Dilma, as divergências continuam entre a acusação e a defesa. A advogada Janaína Paschoal, no ato do processo, chegou a acusar o desrespeito do PT pela Lei de Responsabilidade Fiscal aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso. A política de gastos irresponsáveis teria comprometido os investimentos do governo e o pagamento de programas sociais. Segundo Paschoal: “[...] Foi necessário baixar decretos não autorizados, abrindo crédito não autorizado, quando já se sabia que o *superavit* não era real (...)”<sup>104</sup>. Assim:

No exercício de 2015 o Governo Federal, segundo apontou o Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1.464/2015 exarado pelo Plenário em 17 de junho de 2015, praticou uma série de irregularidades relacionadas à condução e execução orçamentária e financeira. Sobreditas irregularidades foram executadas ao arpejo dos princípios e regras traçadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tais como, Princípio do Planejamento, da Transparência e Gestão Fiscal responsável.[...] Disto decorre que a atuação do Governo Federal no cenário orçamentário e financeiro das contas públicas da União do exercício de 2015 demonstrou-se a toda evidência desastrosa, culminando na equivocada edição de decretos para abertura de créditos suplementares, quando deveria tê-lo feito mediante prévia autorização legislativa, contrariando princípios e regras relativos ao orçamento público, notadamente, a lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 39, §4º), Lei Orçamentária Anual (art. 4º) e a Constituição da República (art. 167, inciso V) (DUARTE, 2018, pp. 80-84).

Contrário a essa interpretação, Nelson Barbosa refuta a ideia de que os créditos complementares aumentariam despesas e desrespeitaria a Lei Orçamentária de 2015: “No inciso 4º da LOA, há uma série de especificações e regras para abertura de crédito suplementar. E todos os decretos foram amparados por pareceres técnicos do Ministério do Planejamento”. E complementa: “não implica necessariamente, nem gera automaticamente,

---

<sup>104</sup> Disponível em:

[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201\\_impeachment\\_2visoes\\_juristas\\_jp](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_impeachment_2visoes_juristas_jp). Acesso em: 16 jun. 2018.

um aumento de despesa” e que “nenhum dos seis decretos mencionados no pedido do processo de impeachment modificou a programação financeira de 2015”<sup>105</sup>:

Cabe lembrar que a meta fiscal foi cumprida em 2015, ainda que aquela já alterada pelo Congresso no final do ano. A argumentação do processo se deu, portanto, não pelo descumprimento da meta em si, mas porque teria sido descumprido o rito pelo qual se persegue o cumprimento da meta, composto pelos relatórios bimestrais e decretos de contingenciamento. E isto mesmo que, como fartamente argumentado pela defesa da presidente, os decretos de crédito suplementar não aumentem os limites de gastos, que são dados pelo decreto de contingenciamento. Difícil explicar que, com todo esse debate sobre cumprimento de uma regra fiscal, a meta fiscal foi cumprida e mesmo assim a presidente foi deposta. Isto ilustra ainda mais que se tratou a todo custo da procura de um suposto crime para justificar uma decisão política já tomada (TEIXEIRA; DWECK; CHERNAVSKY, 2016, p. 12).

A cassação da presidente Dilma dividiu estudiosos e o País. Apesar de o “conjunto da obra” ser sempre lembrado como argumento para o *impeachment*, a ação jurídica e os diferentes atores que tomaram frente desse contexto foram muito questionados. No meio acadêmico, avalia-se muito a contradição de deputados processados e corruptos falando em nome da moral e indignados com a corrupção. Vários estudiosos avaliam interesses elitistas na articulação do *impeachment* em detrimento da vontade popular do voto. Portanto, um ato que deslegitima a limitada democracia brasileira.

Segundo Tiburi, a cassação da presidente Dilma é vista como a renovação de um projeto colonizador no País. Todo presidente eleito democraticamente estaria refém de um Legislativo, que por motivos fúteis poderia ameaçar um dos pilares da democracia que seria o voto. O poder econômico impõe sua vontade em prejuízo da escolha popular:

Tecnicamente, no sentido estrito do ato técnico aplicado para afastar Dilma Rousseff do seu cargo, trata-se de “impeachment”, mas no sentido prático, tornou-se evidente, algumas vezes nas palavras dos próprios perpetradores da ação, que não havia crime algum, sequer aquele de responsabilidade, e que a presidenta deveria ser afastada de qualquer maneira, pois não havia condições políticas para que se mantivesse. Ora, que condições ausentes eram essas? Aquelas que justificam o golpe contra ela. Dilma Rousseff era carta fora do baralho neoliberal, ou peça incômoda no jogo de xadrez dos poderes que servem ao capitalismo que assistimos desde sua reeleição. O golpe é neoliberal. Por isso, dá-se em nome do poder do capital nas mãos de poucos, do capitalismo financeirizado, da prática de rentismo na lógica de quem pode mais chora menos. No estágio cínico em que se encontra a política brasileira, dizer impeachment foi também um eufemismo para a violência contra a democracia, a eleição. Mas isso não foi algo abstrato. O interesse em jogo é econômico, o Brasil é paraíso fiscal e natural. Sua condição de colônia se renova e o povo que não pensa nas formas contemporâneas de escravização segue dócil (TIBURI, 2016, p. 201).

---

<sup>105</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/veja-os-argumentos-pro-e-contra-o-impeachment-de-dilma>. Acesso em: 18 jun. 2018.

Seguindo o raciocínio sobre o sistema democrático brasileiro, Lopes e Silva expõem a cassação de Dilma da seguinte forma:

O impeachment de Dilma Rousseff recolocou o debate sobre a institucionalidade democrática e seu funcionamento. O processo de disputa política em torno do impedimento da presidenta foi (e tem sido) bastante intenso. As narrativas produzidas por ambos os lados da disputa acerca do processo resvalam também na produção sociológica e politológica. O elemento central que perpassa boa parte da produção, e os textos por nós escolhidos para análise, é a preocupação com o cenário de instabilidade que se produziu com o impeachment (LOPES; SILVA, 2017, p. 594).

Kasahara e Marsteintredet afirmam que a consequência da destituição de um presidente sem crime de responsabilidade geraria uma instabilidade na ordem democrática do país sem precedentes:

Enquanto defensores do impeachment argumentam que a remoção da presidente Dilma é necessária para solucionar a crise econômica, sua saída efetivamente contribuirá muito pouco para arrefecer a crise de legitimidade do sistema político brasileiro. [...] Porém, o uso de instrumentos como o impeachment, que não foram pensados originalmente para o afastamento de presidentes por motivações claramente políticas, tem sérios problemas de legitimidade e não levam necessariamente à solução de impasses (KASAHARA; MARSTEINTREDET, 2017, pp. 48-51).

Em contraponto a essa análise, outros especialistas defendem que foi um processo democrático e legal, pois todos os ritos constitucionais foram seguidos e presididos pelo presidente do STF. Inclusive, as manifestações “populares” e as pesquisas de opinião refletiam nas ações dos congressistas uma vontade do povo a favor do *impeachment*. O respeito à defesa foi mantido e a Constituição Brasileira garante o ato de cassação pelo crime de responsabilidade. O ex-presidente do STF, Carlos Velloso, chegou a defender a legalidade do processo e divergiu com a ideia de um possível golpe de Estado no Brasil<sup>106</sup>:

Espera-se que o impeachment não seja mais considerado uma “peça de museu” como muitos o conotam, e que possa ser aplicado sempre que houver necessidade, sem recuar, garantindo o Estado Democrático de Direito e o cumprimento do artigo 1º da Constituição de 1988. O que nos preocupa é ainda existirem lacunas em nosso ordenamento jurídico que impossibilitam este instituto de ser aplicado integralmente, visto que, assim como o político é democraticamente eleito, o impeachment também é uma ferramenta democrática, utilizada para que a democracia do país não seja violada ou ameaçada (CARVALHO; TORRES, 2017, p. 13).

---

<sup>106</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/juristas-pro-impeachment-defendem-legalidade-do-processo-19084377>. Acesso em: 19 jun. 2018.

Glaserapp e Farias defendem inicialmente os caminhos constitucionais que foram seguidos no *impeachment* pelos diferentes atores, mas questionam algumas questões do rito no processo de *impeachment*:

Num primeiro momento, o processo de impeachment de Dilma Rousseff foi realizado cumprindo com todo o ordenamento jurídico existente, não só a Constituição Federal como também a legislação ordinária cabível e os regimentos internos das Casas do Congresso Nacional. Todavia, é de se afirmar que a inovação jurídica do STF de haver um juízo de admissibilidade no Senado Federal para aceitação da abertura do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados é flagrantemente inconstitucional. Como dito anteriormente, o Texto Constitucional é muito claro ao afirmar, em seu art. 86, que uma vez “admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade (GLASENAPP; FARIAS, 2016, p. 98).

E ainda citam um outro ponto que ganhou repercussão na cassação da presidente Dilma. A divisão do processo entre a perda de mandato e a inelegibilidade de cargos públicos. Esse procedimento adotado pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski, foi um afronte às normas constitucionais. Dilma deveria ficar inelegível por oito anos, conforme a Constituição:

Outra inconstitucionalidade foi observada quando do julgamento do processo de impeachment de Dilma Rousseff, mais precisamente no particionamento do julgamento em dois momentos; um para aplicar a sanção de perda do cargo e outro para aplicar a sanção de inabilitação por oito anos para o exercício de função pública. Ora, novamente o Texto Constitucional é muito claro ao determinar uma única sanção ao Presidente da República condenado por impeachment, qual seja, a perda do cargo com inabilitação por oito anos para o exercício de função pública. Não há qualquer possibilidade jurídica do particionamento do julgamento como foi realizado pelo Senado Federal, sob a presidência do Presidente do STF, Ricardo Lewandowski (GLASENAPP; FARIAS, 2016, p. 99).

O presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), José Horácio Rezende, enfatiza o crime de responsabilidade cometido por Dilma. A edição de créditos suplementares sem o aval do Congresso é ilegal e passível de cassação de mandato. Segundo o advogado: “Não é culpa dos juristas nem da Constituição que haja fatos enquadrados como crime”<sup>107</sup>.

Carvalho e Torres defendem o *impeachment* como uma arma democrática do eleitor. Assim como ele desfruta do direito do voto, é legítimo também o cidadão clamar aos

<sup>107</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507012-JURISTAS-PRO-IMPEACHMENT-DE-DILMA-DEFENDEM-LEGALIDADE-DO-PROCESSO.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

seus representantes a destituição de um presidente que não atenda aos seus interesses. No entanto, no regime presidencialista, sem um sistema de *recall*, existe a necessidade de um crime de responsabilidade. Diferente do regime parlamentarista, que possibilita a convocação de novas eleições e a escolha de um novo primeiro ministro em casos de ingovernabilidade:

Nosso sistema é de democracia representativa, sendo que a população eleitoral, através de seus representantes por ela designados, atua em seu nome e por sua autoridade, legitimados pela soberania popular. Sendo assim, a população utiliza do voto, direito conquistado com a consolidação da democracia, para escolher seus representantes políticos adequando os aos seus interesses. Deste modo, o povo é soberano, tanto no poder de escolha, quanto no poder de destituição, legitimando o clamor popular inerente ao impeachment (CARVALHO: TORRES, 2017, p. 14).

Nesse ponto, Laurentiis, questionava o papel do STF no processo de cassação de Dilma Rousseff. Reiterou uma preocupação excessiva do Judiciário com os procedimentos processuais e não com a conteúdo da ação, ou seja, a existência do crime de responsabilidade:

Mais grave e perturbadora é a constatação de que a decisão do Supremo Tribunal Federal, que se arrogou ao papel de intérprete último do procedimento de impeachment, só cria maiores inseguranças e dúvidas. E a maior delas ainda está por vir, pois não se sabe por que os integrantes dessa Corte sentem tamanha segurança para regular questões complexas e intrincadas do procedimento e se negam a adentrar na análise do mérito dessa questão. Afinal, como foi antes constatado, problemas e inseguranças existem tanto na forma procedimental do impeachment, quanto na análise de sua questão de fundo. Uma Corte que se sente capaz e competente para a análise das questões procedimentais, não pode se esquivar do enfrentamento da questão de fundo: houve crime de responsabilidade? (LAURENTIIS, 2016, p. 42)

Entretanto, o discurso do “golpe” tem ganhado uma forte aceitação nos meios acadêmicos e em alguns veículos de comunicação. O curso do professor Luis Felipe Miguel, da Universidade de Brasília (UNB), denominado “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, acabou se espalhando pelo País, devido a uma medida desastrosa do ministro da Educação do governo Temer, Mendonça Filho. Com o intuito de barrar na justiça o curso da UNB, o ministro indignou o universo acadêmico numa interferência direta na liberdade de cátedra. Como retaliação e pela ampliação do debate, várias universidades do País começaram a oferecer o curso do “Golpe de 2016”. No Ceará, a UFC, e depois a UECE, também ofertaram essa formação.

A palavra golpe remete a um passado na América Latina de forte repressão e autoritarismo. No Brasil, o golpe militar<sup>108</sup> de 1964 demonstrou claramente como interesses oligárquicos e estrangeiros foram defendidos e ampliados sob as rédeas do militarismo. Inclusive, no dicionário de Norberto Bobbio (1998), o termo golpe é exemplificado da seguinte maneira:

Na grande maioria dos casos, o Golpe de Estado moderno consiste em apoderar-se, por parte de um grupo de militares ou das forças armadas em seu conjunto, dos órgãos e das atribuições do poder político, mediante uma ação repentina, que tenha certa margem de surpresa e reduza, de maneira geral, a violência intrínseca do ato com o mínimo emprego possível de violência física (BOBBIO, 1998, p. 546).

Então, como falar em golpe se as instituições brasileiras parecem funcionar normalmente e os militares continuaram na caserna? Esse é um debate que ganhou destaque tanto na imprensa como nas falas dos parlamentares em Brasília. A imprensa não foi calada, políticos não foram perseguidos e nem presos<sup>109</sup> e a violência sistêmica não foi usada contra os opositores ao *impeachment*. Portanto, o que diferencia esse “golpe” dos golpes auferidos nos anos 1960 e 70 no continente latino? Um ponto levantado sobre essa questão é registrado por Aníbal Pérez-Liñán (2007) sobre esses períodos de crise na América Latina. Segundo o autor, um conjunto de fatores, como falta de apoio parlamentar, da mídia, mobilização popular, crise econômica e escândalos políticos criam um ambiente propício para a destituição de um presidente da República na atualidade. Sem a necessidade de acionar as forças armadas e com as instituições democráticas em funcionamento, o processo figura-se com um ar de legalidade e respeito constitucional. No início dos anos 1990, o *impeachment* serviu para destituir presidentes identificados com projetos neoliberais e, nesse novo século, os governos de esquerda é que estariam sendo cassados por uma articulação jurídico-parlamentar-midiática. Os casos de Honduras (2009), do Paraguai (2012) e do Brasil (2016) seriam tipificados nessa análise. O cientista político Pérez-Liñán afirma:

Este é o principal problema com o impeachment: uma vez que a opinião pública se volta contra o governo e o Congresso quer remover o presidente, é relativamente fácil para os acusadores interpretarem a lei de uma forma conveniente. Isso joga o problema da interpretação legal para o Supremo Tribunal Federal, mas o Judiciário

<sup>108</sup> Apesar de Daniel Aarão Reis ser um dos pesquisadores que defendem o termo ditadura-civil militar, optamos pela análise de João Roberto Martins, que demonstra o protagonismo militar nas decisões de Estado. Disponível em: <https://journals.openedition.org/bresils/809>. Acesso em: 20 jun. 2018.

<sup>109</sup> Os desdobramentos da cassação de Dilma ainda estão ocorrendo no País. A prisão de Lula e o seu impedimento de disputar as eleições, que era favorito, despertam dúvidas. A entrada do juiz Sérgio Moro como Ministro da Justiça no governo Bolsonaro, adversário do petista, levantou duras críticas sobre a judicialização da política e a politização da justiça. Além da promessa pública de Bolsonaro a Moro garantindo uma vaga no STF ao juiz de primeira instância.

não quer ficar refém da disputa política. Chamar esse processo de “golpe” não ajuda, apenas aumenta a confusão em uma sociedade já polarizada. O impeachment é um procedimento tão político quanto jurídico. O seu nome em espanhol, “juízo político”, é revelador. Por esse motivo, o Congresso precisa ser muito prudente quando considera um impeachment. O uso irresponsável desse instituto cria ciclos de instabilidade política, como vimos no Equador e no Paraguai nas últimas décadas<sup>110</sup>.

Bianchi destaca a importância de outras frações do aparelho estatal na realização dos golpes de Estado. Durante o século XX, os militares tiveram um protagonismo nas rupturas democráticas na América Latina. No entanto, recentemente, nota-se uma atuação importante tanto do Legislativo como do Judiciário nas mudanças de governo no continente. No caso brasileiro, os dois poderes se destacaram nessa conjuntura:

O sujeito do golpe de estado moderno é, como Luttwak destacou, uma fração da burocracia estatal. O golpe de estado não é um golpe no Estado ou contra o Estado. Seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser, inclusive, o próprio governante. Os meios são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O fim é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca dos governantes. Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político<sup>111</sup>.

Wanderley dos Santos registra o papel central do Parlamento na cassação da presidente Dilma. Defende o processo como um golpe parlamentar, mas sem deixar de registrar a participação de outros segmentos, como o Judiciário e a mídia. As negociações das elites políticas com o poder econômico ficaram evidentes nos encontros de Temer com a Fiesp. O PMDB se articulou para assaltar o poder e atender os projetos de seus aliados conservadores: “O sequestro do poder constituinte do povo se processa por golpe parlamentar, em colusão tácita com o Judiciário e o empresariado, tendo a unanimidade relevante da imprensa” (SANTOS, 2016, p. 185).

Essa crise de representatividade e governabilidade demonstra alguns aspectos da limitação democrática existente no nosso País. O fim da Ditadura Militar não destituiu do poder os grupos que apoiaram o golpe de 1964. Os arranjos políticos costurados mantiveram os acordos oligárquicos. Os privilégios do capital prevaleceram em detrimento do trabalho e a democracia representativa era tolerada pelas elites, desde que essa não confrontasse suas regalias:

<sup>110</sup> Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2016/04/24/O-g%C3%AAnio-est%C3%A1-solto-e-n%C3%A3o-ser%C3%A1-f%C3%A1cil-control%C3%A1-lo-diz-pesquisador-de-impeachments-na-Am%C3%A9rica-Latina>. Acesso em: 20 jun. 2018.

<sup>111</sup> Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Todo Estado é oligárquico [...] Mas a oligarquia dá à democracia mais ou menos espaço, é mais ou menos invadida por sua atividade. Nesse sentido as formas constitucionais e as práticas dos governos oligárquicos podem ser denominadas mais ou menos democráticas. Toma-se usualmente a existência de um sistema representativo como critério pertinente da democracia. Mas esse sistema é ele próprio um compromisso instável, uma resultante de forças contrárias. Ele tende para a democracia na medida em que se aproxima do poder de qualquer um (RANCIÉRE, 2015, p. 92).

O autor ainda registra a democracia como um “governo de qualquer um”, não legitimada pelo status da riqueza, do nascimento ou da ciência, onde o ódio a sua existência é alimentado por todos aqueles que detêm esses títulos de diferenciação: “Hoje está mais radicalmente fadado a isso do que nunca, porque o poder social da riqueza não tolera entraves a seu crescimento ilimitado e porque seus móveis estão cada dia mais estreitamente articulados aos da ação estatal” (RANCIÉRE, 2015, p. 120).

No caso brasileiro, a complexidade de consolidar a democracia esbarra nas dificuldades econômicas e sociais herdadas de um regime autoritário anterior à promulgação da Constituição de 1988. Um país que se constituiu numa abissal desigualdade social não conseguiu, com o fim da ditadura, cumprir as leis constitucionais propostas na Carta Cidadã. Essa realidade de perpetuação de privilégios oligárquicos acabou sendo a realidade na América Latina e um dos grandes desafios para a governabilidade:

Na maioria das experiências recentes de redemocratização na América Latina, a questão da governabilidade tem sido um dos mais sérios problemas para a consolidação democrática. Tendo de enfrentar o desafio de construir uma prática de governo democrático sob condições econômicas e sociais bastante adversas, essas democracias vivem sob o temor de uma crise de governabilidade que possa comprometer a estabilidade política (KINZO, 2009, p. 9).

Entende-se que a democracia latino-americana tem peculiaridades claras com as democracias dos países europeus e norte-americano. Portanto, o conceito de poliarquia utilizado por O’Donnell para avaliar o nosso sistema democrático demonstra as especificidades da nossa formação política<sup>112</sup>:

A maioria dos países latino-americanos aos quais esses capítulos se referem são poliarquias. Ter alcançado essa condição é, na verdade, um progresso extremamente importante em relação à extrema arbitrariedade e violência dos sistemas autoritários que, na maioria dos casos, precedeu essas poliarquias. Nesse sentido específico, centrado no regime, não partilho a relutância de alguns de nossos autores em chamar esses casos de “democracias”, embora eu prefira nomeá-los poliarquias, ou democracias políticas (O’DONNELL, 1998, p. 56).

---

<sup>112</sup> Entende-se por democracia política, ou poliarquia: realiza eleições competitivas regularmente programadas, os indivíduos podem criar ou participar livremente de organizações, entre elas os partidos políticos, há liberdade de expressão, inclusive uma imprensa razoavelmente livre, e assim por diante.

Com isso, nota-se um conjunto de fatores que possibilitam enxergar essa nova conjuntura política no Brasil. As razões que moveram esse processo de cassação da presidente Dilma ainda trazem mais dúvidas que respostas. Os questionamentos em relação à fragilidade da denúncia colocaram juristas, sociólogos e historiadores reconhecidos nacionalmente em posicionamentos de apoio ou repúdio ao *impeachment* da presidente. Os desdobramentos desses acontecimentos estão mostrando algumas pistas que podem futuramente concretizar um conhecimento mais substancial sobre esse fato histórico. As medidas adotadas no governo Temer começam a trazer reflexões sobre os diferentes interesses de classe que se fizeram presentes nas negociações do *impeachment*. Em outubro de 2015, com o lançamento do documento “Ponte para o Futuro”<sup>113</sup>, pela Fundação Ulysses Guimarães ligada ao PMDB, ensaiavam-se os rumos que seriam impostos ao Brasil.

O custo do ajuste fiscal caindo sobre o trabalho e os programas sociais do governo denotam que a conta não será paga por todos. A reforma trabalhista e o congelamento dos gastos públicos por vinte anos são ações que prejudicam o povo em favorecimento do capital principalmente rentista<sup>114</sup>. O pagamento astronômico de juros da dívida pública é garantido em detrimento dos gastos sociais, como educação e saúde. O fim da obrigatoriedade de determinar recursos para essas áreas agrada acionistas. A reforma da previdência propondo aumento da idade mínima e da contribuição não demonstra muito interesse em acabar com os privilégios de militares, juízes e políticos. A ânsia pela capitalização da previdência é saudada com entusiasmo pelos bancos e investidores. A prioridade dada nas relações externas com EUA e Europa reflete uma antiga relação de subserviência.

A espionagem na Petrobras e da presidente Dilma pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA), num momento de descoberta da maior reserva de petróleo do País, demonstra o fascínio dos norte-americanos por essa riqueza estratégica<sup>115</sup>. A negociação do Pré-Sal, logo depois da destituição de Dilma, em benefício de petroleiras norte-americanas e europeias também suscita desconfiança. O projeto de lei 4567/2016 do senador José Serra (PSDB-SP), em prejuízo do interesse nacional, levanta suspeitas do apoio

---

<sup>113</sup> Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

<sup>114</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574\\_221053.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html). Acesso em: 20 jun. 2018.

<sup>115</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/petrobras-foi-espionada-pelos-eua-apontam-documentos-da-nsa.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

estrangeiro favorável à queda do governo<sup>116</sup>. Inclusive, a lógica de aprofundamento neoliberal em vários países demonstra o modo operacional de uma política econômica que visa um modelo único para o mundo: “No capitalismo da dívida em que vivemos, tudo deve funcionar a partir de um número restrito de axiomas: reembolsar credores, reduzir salários e serviços sociais, privatizar o estado de bem-estar social” (ROQUE, 2016 p. 37).

---

<sup>116</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/30/sancionada-lei-que-revoga-obrigatoriedade-de-exploracao-do-pre-sal-pela-petrobras>. Acesso em: 20 jun. 2018.

### 3 A MÍDIA NA COBERTURA DE CASSAÇÃO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Queria inicialmente de pedir licença a todos os parlamentares dessa casa, ao senhor presidente para reconhecer o trabalho belíssimo que o ex-presidente Lula fez pelo nosso Brasil, dando a oportunidade para aquelas pessoas mais pobres que nada tinha durante governos anteriores. Quero pedir desculpas a ele, quero pedir desculpas ao ex-governador Cid Gomes que consequentemente também muito fez pelo nosso povo cearense. A presidente Dilma, ao governador Camilo Santana. **Mas eu não posso deixar de atender aos pedidos através das redes sociais**, que nós temos uma nova oportunidade ao povo brasileiro. Oportunidade essa, que é tão necessária por essa economia desastrada, desenfreada que causou uma crise. Uma crise política, que causou uma economia desandada. Portanto, eu hoje fazer parte do PP, muito me orgulha e por esse partido ter fechado questão, eu não poderia emitir meu voto de forma diferente. Meu voto é Sim! (Deputado Adail Carneiro (PP-CE), durante a votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, publicado no Youtube no dia 19 de abril de 2016 pelo canal Jornalistas Livres).

Este capítulo tem como proposta estudar a cobertura do processo de cassação da presidente Dilma Rousseff pela mídia. Serão verificadas várias reportagens e artigos analisando diferentes veículos de comunicação, como revistas, jornais, televisão, mídias digitais e redes sociais. Sendo, essa última, uma importante ferramenta de divulgação e mobilização no decorrer do *impeachment*. O acesso à informação nesse conturbado cenário político irá demonstrar a importância e as limitações da imprensa na construção de uma análise crítica para atuarmos conscientes nas decisões do País.

O papel da mídia no processo de cassação da presidente Dilma Rousseff está sendo estudado por várias áreas do conhecimento, principalmente a área de Comunicação. A credibilidade da imprensa, tantas vezes frisada como imparcial, está sendo novamente colocada em xeque por vários artigos e pesquisas científicas. A cobertura do *impeachment* pela mídia tradicional foi criticada por muitos pesquisadores, que denunciavam a parcialidade dos discursos favoráveis à cassação. Sendo, inclusive, tratada como um *player* importante nessa disputa política. Alguns, como Jessé de Souza, alegam que a mídia brasileira, especificamente o grupo Globo, apostou alto na deturpação da informação. A consequência para os empresários da comunicação, segundo o pesquisador, poderia ser a futura perda da confiança e da legitimidade perante sua audiência.

A discussão de uma mídia democrática e plural no Brasil já movimentou debates calorosos na história do País. Com o fim da Ditadura Militar de 1964, a mídia brasileira vivenciou uma democratização limitada. Inclusive, no primeiro governo civil, o presidente José Sarney ofereceu várias concessões de TV e rádio para grupos ligados aos interesses oligárquicos dos Estados e que deram sustentação ao regime dos militares. Tornando-se praticamente filiais das grandes empresas de comunicação. O emblemático Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães (ACM), atendeu aos anseios por mídia dos velhos oligarcas.

A falta de regulamentação do setor acabou levando a um processo de concentração de vários meios de comunicação nas mãos de poucas famílias. A ausência de controle da propriedade cruzada favoreceu que um mesmo grupo empresarial controlasse revistas, jornais impressos, TV aberta e por assinatura, além, atualmente, de provedores de internet:

A ausência de controle da propriedade cruzada dos meios e da formação de redes (de rádio e televisão) deu origem a poderosos oligopólios empresariais multimídia-nacionais, regionais ou locais- que controlam não só a maioria das concessões de radiodifusão como também a mídia impressa (jornais e revistas) e, mais recentemente, os principais provedores de internet (LIMA, 2013, p. 208).

O autor ainda afirma que, mesmo o PT ficando tanto tempo no poder, não conseguiu alterar essa distorção no setor de comunicação no Brasil. Apesar de defender propostas e projetos na busca de uma alternativa para esse problema, o Partido dos Trabalhadores não avançou numa solução democrática e plural: “Fica apenas a constatação de que os dez anos dos governos Lula e Dilma não foram suficientes para alterar o sistema de comunicação oligopolizado e desregulado, dominante há várias décadas no Brasil” (LIMA, 2013, p. 223).

Entretanto, um ponto que deve ser mencionado é a tentativa, a partir do segundo governo Lula, em fortalecer a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). A proposta de construir uma televisão pública consistente e com boa audiência flertava, também, em possibilitar um contraponto à mídia nativa. A oposição ao governo alegava constantemente o aparelhamento da empresa pelo PT. No entanto, é interessante notar que no momento que o governo interino de Michel Temer assumiu o País, ele nomeou outro presidente na EBC,

quebrando com uma norma interna que delimitava o mandato de quatro anos para o executivo da empresa<sup>117</sup>.

O primeiro governo de Dilma Rousseff tinha como promessa a aprovação de um marco regulatório dos meios de comunicação. A proposta de 2010 tentava trazer uma solução para esse tema polêmico, apesar de sofrer forte oposição das empresas de comunicação. Algumas propostas eram:

a) Ampliação da rede de equipamentos, como centros culturais, museus, teatros e cinemas, política que deve estar articulada com a multiplicação dos pontos de cultura, representando amplo movimento de socialização cultural; [...] e) iniciativas que estimulem o debate de ideias, com o fortalecimento das redes públicas de comunicação e o uso intensivo da blogosfera; [...] i) medidas que promovam a democratização da comunicação social no país, em particular aquelas voltadas para combater o monopólio dos meios eletrônicos de informação, cultura e entretenimento (LIMA, 2013, p. 210).

O próprio presidente Lula tinha como projeto de campanha regulamentar esse oligopólio midiático concentrado nas mãos de poucas famílias. Porém, toda vez que esse assunto entrava em pauta, era associado à censura e a um projeto petista de poder para controlar a imprensa no Brasil. Nesse sentido, no Congresso Nacional, existe uma forte representação parlamentar que atua como lobistas para os grupos de comunicação em que muitos são sócios ou mesmo proprietários<sup>118</sup>. A promiscuidade de interesses privados em detrimento do interesse público mostra como o poder econômico anda junto com os recursos do Estado. Um acontecimento que ilustra bem essa discussão aconteceu no primeiro governo Lula. O atual senador Roberto Requião (PMDB-PR) chegou ao Palácio do Planalto, à época, como governador do Paraná, para conversar com o presidente. Um dos temas tratados foi sobre a imprensa no Brasil, e comentou o que ele estaria fazendo no seu Estado. O ex-governador argumentou que estava investindo toda a verba de publicidade que iam para as empresas privadas de comunicação para a TV pública do Paraná. Fortalecendo a TV Educativa do Paraná, ela se posicionava como um contraponto aos veículos tradicionais. Lula pede para Requião conversar com o então ministro da Casa Civil, José Dirceu. O ex-ministro, no entanto, deixava claro para o ex-governador que o Governo Federal já tinha a sua TV, referindo-se ao acordo fechado com a Globo<sup>119</sup>. Atualmente, esse fato pode trazer velhos

---

<sup>117</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/05/1773299-temer-nomeia-jornalista-ligado-a-cunha-e-ao-psdb-para-a-ebc.shtml>. Acesso em: 13 ago. 2018.

<sup>118</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/lobby-contra-as-comunitarias/>. Acesso em: 13 ago. 2018.

<sup>119</sup> Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2015/08/04/jose-dirceu-teria-dito-globo-e-tv-governo/>. Acesso em: 13 ago. 2018.

ressentimentos e o gosto amargo da traição, pois o papel da emissora, no desenrolar da cassação de Dilma, foi extremamente atuante. Essa parceria com o governo Lula e depois com Dilma (2003-2014) rendeu aos Marinheiros uma receita de R\$ 6,8 bilhões, somando TV, jornal, o portal G1 e a revista *Época*, sendo R\$ 6,2 bilhões para a Rede Globo de Televisão, considerando apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Brasília e Recife, sem contar as filiais. A Folha, o Estado e O Globo também pegaram sua fatia do bolo no valor de R\$ 599,7 milhões e a Veja de R\$ 370,9 milhões<sup>120</sup>: “O que fizeram foi investir uma montanha de dinheiro para manter e aprofundar o *status quo* midiático, que acabou por cobrar a democracia como preço de arremate” (LOPES, 2016, p. 124.). Denuncia o jornalista Mauro Lopes no livro publicado com o título *Por que gritamos Golpe?*

A cobertura da rede Globo e da imprensa nacional no processo do *impeachment* foi desaprovada por especialistas e visto com desconfiança pela mídia estrangeira. Os principais veículos de informação do país tomaram um posicionamento de defesa do impeachment de Dilma Rousseff. As famílias que comandam oligopólios midiáticos no Brasil tiveram papel decisivo para representar uma realidade específica de mundo que praticamente anula divergências, contribuindo para que as discussões estivessem em torno de suas pautas. O grupo Globo, da família Marinho, na cobertura do *impeachment* em seus noticiários, como no Jornal Nacional, ou nos jornais da Globo News, tiveram suas matérias criticadas por estudiosos da área de comunicação do País. Com o estudo de reportagens do Jornal Nacional da Rede Globo, Souza (2016) registra a capacidade da emissora em associar a corrupção como uma mazela do governo federal mediante o massacre midiático dedicado à presidente Dilma e ao ex-presidente Lula: “Efetivamente, como mostra o exemplo do Jornal Nacional, a habilidade de distorcer pautas populares espontâneas e conseguir manipulá-las para enfraquecer o executivo, que gozava de amplo apoio popular até então, foi extraordinária” (SOUZA, 2016, p. 96).

Nos jornais do grupo empresarial teve até recusa de convite por parte de professores universitários, que se negavam a comparecer em alguma entrevista da emissora. Alegavam a falta de diversidade de opiniões em suas reportagens e um jornalismo que incitava o ódio e a desinformação. O primeiro a tomar essa medida foi o professor de Relações Internacionais da PUC-SP, Reginaldo Nasser, que publicou no seu *Facebook* o seguinte relato: “Não dou entrevista para um canal que além de não fazer jornalismo incita a

---

<sup>120</sup> Esses dados são da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM).

população ao ódio num grave momento como esse”<sup>121</sup>. A família Frias (Grupo Folha) e a família Mesquita (Grupo Estado) também aderiram a uma cobertura favorável ao *impeachment*. O papel atuante em legitimar o crime de responsabilidade e de favorecer os grupos de rua contrários à presidente mostrava um posicionamento político desses empresários. A família Civita (Abril-Veja) chegou a determinar que o Brasil não aguentava mais um governo petista e alegava o fim melancólico das carreiras políticas de Lula e Dilma. Os outros meios de comunicação acabaram dando uma cobertura muito parecida, sendo exceção algumas revistas e *blogs* de menor circulação, mas em crescimento constante<sup>122</sup>:

Quatro famílias decidiram: Basta! Fora! Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril-Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). A essas famílias somaram-se outras com mídias de segunda linha, como os Alzugaray (Editora Três - Isto É) os Saad (Rede Bandeirantes), ou regionais, como os Sirotsky (RBS), influente no sul do país. Colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontrastável, sob o nome de “imprensa” (LOPES, 2016, p. 120).

Ademais, segundo Moretzsohn, a internet possibilitou um espaço novo de debate em contraponto à mídia convencional, mas ainda está longe de ter a influência que a imprensa hegemônica exerce na sociedade. Afirma também a existência de um golpe de Estado na cassação da presidente Dilma e expõe as limitações da internet como uma voz atuante na informação e formação da opinião pública. A autora relata:

O processo que resultou no golpe também deixou claras as limitações das redes de internet como contrapartida à mídia hegemônica. Isso não deveria causar surpresa, porque, afinal, este é um ambiente que espelha as forças que estão em luta no mundo presencial. Está longe de ser o paraíso libertário e progressista que tantos imaginam quando falam em alternativas: de fato, os mais variados discursos ocupam esse espaço e, além disso, a possibilidade de difusão de uma perspectiva contra hegemônica esbarra na tendência à criação de guetos virtuais, que atraem pessoas de filiação ideológica semelhante e acabam reproduzindo a lógica da pregação para convertidos (MORETZSOHN, 2016, p. 137).

O jornal francês Le Monde chegou a fazer uma autocrítica em seu editorial sobre o *impeachment* e por basear suas análises nas informações produzidas pela mídia brasileira. Reconheceu sua ingenuidade em desconsiderar os interesses empresariais e a parcialidade da imprensa. Chegou a negar o título de um dos seus editoriais “Brasil: isso não é um golpe” e posteriormente deixou claro que o seu entendimento é que a democracia no país latino corria

<sup>121</sup> Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/pig/historiador-se-nega-a-dar-entrevista-a-globo>. Acesso em: 14 ago. 2018.

<sup>122</sup> Podemos citar as revistas Carta Capital, Le Monde Diplomatique, Caros Amigos e blogs como: GGN, Diário do Centro do Mundo, Brasil 247, Blog do Miro, Cafezinho, Tijolaço, Conversa Afiada, entre outros.

risco e o *impeachment* era orquestrado por congressistas enrolados com a justiça<sup>123</sup>. Chegou a mandar um jornalista para o Brasil para entender os motivos da cassação da presidente. O jornal *The Guardian*, numa seção de opinião, afirma a forte concentração dos meios de comunicação do País nas mãos de uma elite conservadora e reacionária. Foi categórico o apoio dado por esses veículos de comunicação ao golpe de Estado em 1964. E registrou que o pretexto da corrupção foi um mecanismo para manipular milhões de pessoas a favor de um projeto elitista, com toques de moralismo e conservadorismo religioso<sup>124</sup>. No dia da votação do *impeachment*, na Câmara dos Deputados, o repórter da BBC traduzia o voto de um dos parlamentares justificando a cassação “pelo futuro do Brasil, pela esposa e pelos filhos”. O canal Al Jazeera registrava que o País estava dividido e que um dos lados afirmam a existência de um golpe de Estado no País. Posteriormente, começou a denominar nos seus editoriais esse processo como golpe. Os jornais *The New York Times*, *The Washington Post* e *The Wall Street Journal* deram bastante ênfase no fato desse processo ser conduzido por parlamentares envolvidos em casos de corrupção, inclusive, o próprio ex-presidente da Casa, Eduardo Cunha. Sendo ainda mais surpreendente que Dilma Rousseff não respondia por nenhum processo de corrupção. O jornal alemão *Der Spiegel* chegou a chamar o *impeachment* de “insurreição dos hipócritas”<sup>125</sup>. O jornalista e responsável pelo site *The Intercept*, Glenn Greenwald, chegou a participar de várias entrevistas em emissoras dos Estados Unidos, denunciando o golpe de Estado que se ocorria no Brasil. Deixava claro um conluio de políticos corruptos contra uma presidente honesta. O jornalista afirmou: “Entendi que o *impeachment* foi desfechado para impedir a Lava Jato. Mas, em última instância, ele visa a aniquilar o PT e mudar totalmente os rumos do País, impondo políticas que nunca seriam aceitas pela população, pelo voto”<sup>126</sup>. Os interesses empresariais nacionais e internacionais, em apoio à cassação, foram denunciados e a cereja do bolo seria a retirada da obrigatoriedade da Petrobras na exploração dos campos do Pré-sal e, posteriormente, sua venda para as multinacionais do petróleo. Segundo o jornal *The Independent*, “a manipulação da mídia” reforça opiniões contrárias à presidente Dilma. “A mídia tem usado o poder das imagens e das palavras para construir uma narrativa desenhada para influenciar a opinião pública”, disse a jornalista Bia Barbosa, responsável pela coordenação do Fórum Nacional

<sup>123</sup> Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2016/04/23/le-monde-admite-ter-ignorado-parcialidade-da-midia-brasileira-no-impeachment-de-dilma/>. Acesso em: 14 ago. 2018.

<sup>124</sup> Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/22/razao-real-que-os-inimigos-de-dilma-rousseff-querem-seu-impeachment>. Acesso em: 14 ago. 2018.

<sup>125</sup> Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=29478>. Acesso em: 14 ago. 2018.

<sup>126</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/904/201ctudo-ficou-mais-claro-e-golpe201d>. Acesso em: 14 ago. 2018.

pela Democratização da Comunicação de Brasília ao jornal americano. O professor de Sociologia da Universidade de Coimbra, Boaventura de Sousa Santos, ouvido também pelo periódico, alegou que “a direita brasileira sequestrou a investigação “Lava Jato” e junto com seus cúmplices da mídia, transformou uma investigação judicial em uma tentativa de golpe institucional”<sup>127</sup>. Entretanto, a Folha de São Paulo chegou a fazer uma matéria alegando que a mídia estrangeira não chama o *impeachment* de Dilma Rousseff de golpe. Citou o diário econômico britânico Financial Times do dia 15 de abril de 2016. A matéria retratava que falar em golpe seria um “exagero”, pois o *impeachment* é conduzido por um judiciário independente e que o processo é constitucional. Cita o Le Monde que no seu editorial teria alegado que a palavra golpe seria uma “retórica infeliz”. Mas, como foi comentado, o jornal fez uma autocrítica e afirmou que o seu editorial não foi equilibrado. A Folha chegou a avaliar onze editoriais de jornais estrangeiros sobre o processo de cassação. No New York Times observou que, apesar de o jornal não dar credibilidade às “pedaladas fiscais”, tratava o processo como um “referendo” contra o governo. Não julgou se o processo é legítimo ou não. No Washington Post de 18 de abril, registrava que “o *impeachment* não é um golpe contra a democracia”. O Wall Street Journal publicou várias matérias sobre a crise política, mas nenhum editorial sobre o *impeachment*. O The Economist destacou no seu editorial “Hora de ir embora”, referindo-se à saída de Dilma da presidência. Ainda citava a falta de credibilidade da presidente no episódio de nomeação de Lula para o ministério. A revista opina que o melhor para o País seria novas eleições e que existe a necessidade de provas para o processo de *impeachment*. O El País não chega a usar a palavra golpe, mas registra que o *impeachment* é baseado numa “tecnicidade fiscal”, e que Dilma não é acusada de enriquecimento ilícito. O jornal The Guardian questiona os fundamentos para o *impeachment*, mesmo fazendo duras críticas ao governo. O Miami Herald alega que o “*impeachment* é uma punição exagerada para quebra de regras na administração do orçamento”. Num artigo de opinião, o jornal norte-americano chega a alegar que o processo tem “contornos golpistas”, mas que a palavra golpe não é “necessária nem adequada”. E o alemão Der Spiegel diz “que partidários de Lula alertam para um golpe não tradicional contra a democracia. Não dá para dizer que essa preocupação seja totalmente descabida”<sup>128</sup>.

---

<sup>127</sup> Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/04/jornal-britanico-critica-manipulacao-da-midia-brasileira-na-cobertura-da-crise.html>. Acesso em: 14 ago. 2018.

<sup>128</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1765921-imprensa-internacional-nao-chama-impeachment-de-golpe.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2018.

Contudo, a percepção do mundo sobre a atuação da imprensa brasileira no processo de cassação de Dilma Rousseff deixava alguns pontos para análise. No início dos trabalhos para a realização do *impeachment*, a imprensa estrangeira não compreendia bem as acusações que pesavam sobre o governo Dilma. A ideia da corrupção e do assalto à Petrobras demonstrava que os crimes eram sérios e a presidente estaria sendo beneficiada diretamente pelos atos criminosos. A confusão do que ficou conhecido como “conjunto da obra” acabou ganhando os noticiários nacionais e a reprodução dessas notícias pela imprensa estrangeira geraram várias dúvidas. Alguns jornais mandaram correspondentes para o País na busca de uma compreensão desse fenômeno que o Brasil passava na sua incipiente democracia. Muitos jornalistas depararam-se com um ato jurídico-político que estava sendo instrumentalizado por muitos congressistas denunciados por atos de improbidade administrativa. O discurso contra a corrupção era proferido por notórios corruptos. Apesar do desgoverno que pairava no País, mediante um Congresso hostil e uma séria crise política e econômica, a presidente Dilma não era processada e nem denunciada por corrupção ou enriquecimento ilícito.

### 3.1 OPINIÃO QUE SE PUBLICA

A imprensa brasileira tem um histórico na política do País bastante criticada na sua defesa de projetos específicos de poder e de interesses de classes. O jornalista Paulo Henrique Amorim denominou a mídia nacional como o Partido da Imprensa Golpista (PIG). No livro *O Quarto Poder: uma outra História*, o jornalista relata conversas de bastidores da política com a imprensa. Casos das relações promíscuas dos donos das empresas de comunicação com o Estado. Anota a enorme capacidade de chantagem da imprensa com o poder político e demonstra a importância da TV, a partir dos anos 1960, como uma ferramenta política a favor desse oligopólio. Segundo Amorim:

Com a melhoria na qualidade da programação e o aumento do alcance da TV, seu poder político se multiplicou. Assim, o P.I.G. e seus donos ficaram imensamente mais fortes, quando passaram a controlar também as emissoras de televisão. Afinal, nas palavras de Assis Chateaubriand, “o jornal, rádio e TV são um instrumento político” (AMORIM, 2015, p. 77).

Segundo o relatório anual Liberdade de Imprensa no Mundo, a organização não governamental Repórteres Sem Fronteira colocou o Brasil em 104º lugar num *ranking* de 180 países em 2016. O relatório registra que um dos maiores problemas para o Brasil na área é a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias. Famílias

extremamente ricas, que detêm o poder de influenciar a política para atender interesses específicos ou de classe<sup>129</sup>.

No ano de 1964, a maior parte da mídia nacional apoiou declaradamente o movimento golpista que se denominou “Revolução de 64”. O jornal Folha de São Paulo, no dia 03 de abril daquele ano, publicou uma matéria de capa com o título “Vitorioso o Movimento Democrático”, em referência à deposição do presidente João Goulart. O jornal O Dia registrou, com letras garrafais, no mesmo dia 03, o seguinte: “Fabulosa Demonstração de Repulsa ao Comunismo”. O jornal O Globo assinou um editorial denominado “Ressurge a Democracia”; o título de capa “Empossado Mazzilli na presidência”, e acima se destacava a seguinte frase: “Fugiu Goulart e a democracia está sendo restabelecida”<sup>130</sup>.

No processo de cassação de Rouseff, a mídia é novamente atacada pelo protagonismo político atuante para depor a presidente da República. O direcionamento das pautas, o enquadramento tendencioso das reportagens, a publicidade favorável para um dos lados do espectro político, a diferença de cobertura em relação aos movimentos nas ruas de apoiadores e contrários ao *impeachment* são fatos criticados por reportagens jornalísticas e por artigos acadêmicos.

Um desses artigos analisou a forma de enquadramento noticioso dado pelo jornal Folha de São de Paulo na cobertura do *impeachment*. Cardoso e Campos (2017) analisaram as reportagens referentes à aceitação do pedido de cassação, à aprovação pela continuidade do processo no Plenário da Câmara, à aprovação do afastamento da presidente pelo Senado Federal e à votação que decidiu pela perda do mandato de Dilma Rouseff. As autoras concluíram que a Folha adotou um enquadramento negativo em relação à imagem da presidente Dilma e sua administração. Dava uma análise negativa sobre as ações do governo e tratava sempre como legítimo e legal o processo de *impeachment*. Registrava a incapacidade do governo em conseguir apoio no Congresso e ressaltava o enfraquecimento do Executivo Federal. A solução para o jornal da família Frias seria um governo forte, com base parlamentar para governar o País. Oliveira (2016) analisou a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo e o G1. A pesquisadora publicou um artigo estudando as reportagens referentes aos dias das manifestações pró e contra ao *impeachment* da presidente Dilma em 2015 e 2016. Em sua conclusão, alegou como a cobertura midiática favoreceu claramente os

---

<sup>129</sup> Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/noticia/43897/concentracao-da-midia-contribui-para-falta-de-liberdade-de-imprensa-no-brasil-aponta-reporteres-sem-fronteiras>. Acesso em: 15 ago. 2018.

<sup>130</sup> Disponível em: <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

movimentos *pró-impeachment*, com recursos de fotos aéreas e enquadramentos favoráveis nas reportagens dos jornais:

Dessas abordagens, tem-se portanto a clara ideia de uma mídia que assume o vergonhoso papel de desinformar, construindo um cenário de opinião pública desfavorável aos próprios interesses da Nação, em detrimento de algo caro ao próprio País, a consolidação da democracia, com riscos de profundos retrocessos para o que ainda se espera nessa imatura república frente ao cenário latino-americano e mundial em pleno século 21 (OLIVEIRA, 2016, p. 12).

Outra análise do jornal Folha de São Paulo foi realizada tendo o mês de agosto de 2016 como foco. Justamente o período da votação final do Senado, marcada para o dia 31 do referido mês. Ferreira, Silva e Guimarães concluem que:

Em síntese diante dos dados apresentados é possível perceber que os motivos que resultaram no Impeachment Dilma Rousseff foram expostos de forma superficial pelo Jornal Folha de São Paulo, sendo tratados de forma rasa e tendenciosa, comprometendo o entendimento do público sobre o desenrolar do processo e veracidade dos fatos. Muitas vezes apoiando-se em discursos favoráveis a determinados grupos políticos (FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2017, p. 13).

Hoffmann (2017) analisou os jornais franceses Le Monde, Le Figaro e Libération, nas suas versões *on-line*, sobre o *impeachment* do dia 31 de agosto de 2016. Na sua avaliação, o enquadramento da mídia estrangeira foi menos apaixonada que na imprensa nacional e o contexto foi visto com sérias “desconfianças com as causas e os procedimentos do julgamento”:

Verificou-se que, embora cada veículo francês tenha dado diferentes enquadramentos ao impeachment da presidenta, todos os três foram unânimes em afirmar o tratamento espetaculoso, nebuloso e parcial dado pelo Legislativo Brasileiro às ditas pedaladas fiscais que culminaram com sua destituição (HOFFMANN, 2017, p. 13).

Inclusive, o artigo das pesquisadoras Monalisa Lopes e Grazielle Albuquerque demonstrou a estratégia que a presidência adotou para criar uma contra narrativa. Dilma, sem espaço na mídia nativa para contrapor aos argumentos *pró-impeachment*, tentou em entrevistas com a imprensa estrangeira denunciar o que chamou de golpe de Estado que se arquitetava no Brasil. A contraofensiva seria de “fora para dentro”, no esforço de criar espaços de debates que denunciasses a ausência de crime de responsabilidade cometido pela chefe do Executivo no devido processo:

Foi a coletiva com os correspondentes internacionais, contudo, que pôs o termo a serviço de uma estratégia clara de repercussão internacional, que continuou mesmo após a presidenta estar afastada do cargo, antes da confirmação do Senado federal (quando Dilma montou uma campanha com viagens, financiamento coletivo e uma série de eventos para denunciar o golpe, e posteriormente, já durante o seu afastamento definitivo). Em relação a essa última etapa, em fevereiro de 2017, Dilma realizou uma série de eventos na Espanha, na Itália e na França falando sobre o golpe. Na sequência, em abril, o roteiro internacional incluiu 14 dias nos Estados Unidos, dando uma série de entrevistas e realizando palestras em Harvard, Columbia e Princeton, também com foco na questão do golpe (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018, p. 305).

O tratamento espetaculoso na mídia nacional foi referendado no jornal Folha de São Paulo, quando convidaram Kim Kataguirí para colunista. Uma pessoa até pouco tempo desconhecida do cenário político ganhava uma notoriedade impressionante durante os protestos favoráveis ao *impeachment*. O seu grupo, o MBL, despontava como um dos grandes movimentos “espontâneos” que ganharam destaque nos atos contrários ao governo petista. Schiavoni e Venera (2017) estudaram os textos publicados por Kataguirí no site do jornal Folha de São Paulo entre 19 de janeiro e 30 de agosto de 2016. Nota-se um discurso que tenta angariar a simpatia de uma parte da sociedade antipetista e liberal em termos econômicos. A extinção do Partido dos Trabalhadores é registrada pelo colunista como racional e importante para o País. A corrupção do Estado é legitimada como fator propulsor para a destituição de Dilma. E os anseios de uma mudança radical são justificados pelo clamor das ruas presentes em várias manifestações populares:

O discurso observado nos textos de Kim Kataguirí, enquanto engrenagem e subproduto de uma relação de poder, atua de modo a negar a determinados partidos ou pensamentos sua legitimidade, ao mesmo tempo em que constrói uma narrativa redentora e inquestionável para alguns atores do impedimento da ex-presidente. Em contrapartida, apesar de legitimada por palavras de ordem dentro da nova realidade elaborada, o autor se distancia da posição discursiva que ocupa, amparando sua causa numa demanda popular (SCHIAVONI; VENERA, 2017, p. 15).

Outra pesquisa realizada foi sobre as reportagens do Jornal Nacional, da Rede Globo. Moreira (2017) analisou 74 reportagens do dia 18 de abril a 12 de maio de 2016, as quais englobam o período da votação na Câmara dos Deputados e a primeira no Senado Federal. A análise deixa explícito o jornalismo tendencioso e parcial. As matérias negativas referentes à Dilma e ao governo sobressaíam-se no noticiário. Inclusive, a própria defesa da existência do crime de responsabilidade era exaltada como elemento jurídico para o *impeachment*. Segundo Moreira:

Após a análise dos nossos dados foi possível identificar que os discursos do Jornal Nacional apresentados nas reportagens do dia 18 de abril a 12 de maio de 2016,

estiveram orientados a apresentar negativamente o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. O telejornal visibilizou de forma significativa o tema e principalmente desfavorável. Embora o processo não houvesse culminado e a votação do Senado não havia acontecido, o JN mostrou negativamente à Rousseff, sugerindo que fosse responsável do crime de responsabilidade. De acordo com a nossa análise discursiva, o JN orientou o seu conteúdo a apresentar desfavoravelmente ao grupo ideologicamente adversário ao canal de televisão, e favoravelmente ao bando endógeno. É possível observar isso na predominância de atribuições negativas sobre Rousseff e o tema do impeachment, comparativamente com as atribuições neutras ou equilibradas quando se falou do Temer ou um possível governo interino. Assim, o Jornal Nacional explícita e implicitamente condenou, frequentemente, nas suas emissões, o juízo político contra Dilma Rousseff e favoreceu a imagem política de um governo de transição. O telejornal, por exemplo, deu uma baixa e quase nula visibilidade à informação sobre a defesa de Rousseff no citado processo e sobre as atribuições negativas dos políticos que conformariam o governo Temer (MOREIRA, 2016, p. 12).

As revistas *Veja* e *Carta Capital* também foram analisadas no período do *impeachment*. Santos e Leal analisaram a cobertura midiática dessas revistas no período de agosto de 2015 a setembro de 2016. São dois pontos de vista contrários ao processo de cassação. Enquanto a *Veja* defendia a existência do crime de responsabilidade e a legitimidade do processo de *impeachment*, a *Carta Capital* denunciava um golpe de Estado arquitetado por interesses elitistas e escusos:

Entretanto, os enquadres “o PT não serve mais para governar” e “corrupção” tiveram a maior parte das aparições na *Veja*. Isso nos permite inferir dois aspectos: o primeiro é de que, independentemente do decorrer do processo, as reportagens da *Veja* já vinham construindo em seus destaques a queda de Dilma e, também, que a corrupção foi utilizada como argumento principal para que Dilma estivesse sendo julgada, seja pelo financiamento de sua campanha ou por estar tentando comprar votos para que fossem contrários ao seu impeachment (SANTOS; LEAL, 2017, p. 8).

Neste outro artigo, registra-se uma análise das revistas *Veja* e *IstoÉ*, nos meses de janeiro e dezembro de 2015. Silva e Jeronimo alegam o silenciamento dado a atores que eram citados na revista. No caso do *impeachment*, a presidente Dilma não foi escutada para rebater os fatos, e as fontes não identificadas geraram dúvidas:

Para além da utilização de recursos como o silenciamento de atores políticos – o mais explícito, o da própria personagem principal da cobertura, a presidente Dilma Rousseff – e da utilização de fontes não identificadas – “assessores próximos a Dilma”, “colaborador próximo ao parlamentar”, entre outras manifestações –, porém, a análise evidencia também o uso recorrente de figuras retóricas de construção textual como a simplificação, a personificação, à amplificação e a dramatização. Levando-se em conta todas as características apresentadas, conclui-se que os dois veículos, apesar de considerados concorrentes no segmento das revistas semanais, constroem um enquadramento bem semelhante na elaboração de seus produtos (SILVA; JERONYMO, 2016, p. 14).

O Estadão, da família Mesquita, em São Paulo, chegou a fazer um jornalismo incisivo em pautar um dos lados da polarização que assombra o País. O apoio à cassação da presidente era incansavelmente demonstrado pela defesa do crime de responsabilidade cometido por Dilma, além dos enquadramentos favoráveis das manifestações pró-*impeachment*. No artigo de Souza, Rodrigues, Medeiros, Silva e Pompeu, as reportagens da *web* do Estado de São Paulo foram analisadas referentes às manifestações do dia 13 e 15 de março de 2015. Segundo os autores:

Foi observado, principalmente, a colocação de um fato como polarizado em relação ao outro. O momento político do Brasil se traduz em um grande clima de inflamação radical, a tendência é que se escolha um dos “dois lados” (a favor ou contra o governo), o que é endossado e explorado pelo Estadão nas duas matérias (SOUZA; RODRIGUES; MEDEIROS; SILVA, 2015, p. 10).

Nessas análises, a atuação da mídia na construção de uma narrativa para a cassação de Dilma Rousseff foi importante para legitimar as forças oposicionistas. A formação de uma opinião pública para o *impeachment* era crucial para a sua efetivação. Interessante notar que esse posicionamento de partido político, duramente criticado pelas pesquisas retratadas, foi proferido na fala da presidente da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Judith Brito, ainda em 2010. Segundo a jornalista, “os meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada”<sup>131</sup>.

O discurso da imparcialidade e da defesa do interesse público pela grande mídia acabou sendo seriamente questionado nesse processo de cassação da presidente Rousseff. O papel de informar, apresentar diferentes projeções e pontos de vista acabou não se realizando como elemento importante numa sociedade democrática. As críticas recebidas por trabalhos acadêmicos e por jornalistas nacionais e estrangeiros macularam um jornalismo que se dizia pautar pela isenção e pela ética. Segundo Assis (2016): “A mídia [...] mentiu, desidratou o governo, jogou a população contra a presidente que ela própria elegeu”. Miguel (2016) registrou o poder da imprensa em influenciar as eleições no País e os momentos de crise política:

A mídia possui influência política porque forma um sistema capaz de impor sua agenda ao público. Esse sistema exclui as vozes dissonantes – Veja, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Rede Globo se pautam mutuamente, mas as matérias publicadas em Carta Capital ou Caros Amigos tendem a ser ignoradas por eles (MIGUEL, 2016, p. 109).

---

<sup>131</sup> Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/a-imprensa-como-partido-politico/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

Berger produziu um artigo registrando a percepção de estudiosos sobre a análise do jornalismo referente aos acontecimentos contemporâneos. No caso específico, os textos e entrevistas relacionadas ao processo de cassação da presidente Dilma Rousseff. A crítica ao procedimento de cobertura da imprensa foi denunciada pela pesquisa tanto pelo partidatismo como pela total ausência de equilíbrio nas reportagens que favoreceram os apoiadores do *impeachment*:

Se o tempo do agora é dos jornais e o tempo do depois é da história, o que inferimos a partir destes textos é que agora e depois se confundem e interagem nas análises dos intelectuais. Tanto é que Ednei de Genaro, mestre em sociologia, e Robson Gabioneta, mestre em filosofia, já podem adiantar que no depois o *impeachment* da grande mídia será denominado pela história, com certeza, de golpe. Ao jornalismo cabe contribuir para a democracia. É esta a expectativa de quem aposta no jornalismo honesto, como diz Greenwald. Perspectiva que diz mais do senso comum do que da análise histórica do funcionamento do jornalismo. Lendo nossos jornais e as análises de intelectuais nas mídias alternativas, concluímos que o jornalismo brasileiro é o inimigo íntimo da democracia, constatando, infelizmente, a “descoberta” de Todorov (BERGER, 2018, p. 19).

Cileide Alves (2017) chegou a analisar os editoriais da Folha, do Estado de São Paulo e do Globo sobre as cassações de João Goulart em 1964, Fernando Collor em 1992 e Dilma Rousseff em 2016. A pesquisadora chegou a registrar uma semelhança entre as coberturas de 1964 e 2016, pois no *impeachment* de Collor existia um apoio consistente da sociedade, da mídia e da classe política:

A atuação da imprensa em 2016 em nada lembra a de 1992. Diferentemente, há vários elementos que a aproxima da de 1964. O contexto internacional mudou. Não há mais o fantasma do comunismo da Guerra Fria. A disputa ideológica agora acontece nas Américas, com os governos esquerdistas e populistas na Venezuela, Equador, Bolívia e Argentina, este até a posse do novo presidente em dezembro. Daí surgiram os novos “perigos” a assombrar os setores conservadores da sociedade brasileira. Trocam-se as palavras comunismo e totalitarismo de 64 e por lulopetismo e bolivarianismo. Formou-se, assim, o novo quadro ideológico que novamente uniu jornais, empresários, parte da população e políticos contra esta ameaça moderna representada no governo de Dilma Rousseff<sup>132</sup>.

O *impeachment* de Collor, em 1992, demonstrou a capacidade da mídia em eleger o presidente e depois pautar a sua cassação. Num período sem redes sociais, as grandes corporações midiáticas realmente eram preponderantes como um quarto poder:

No *impeachment* de Collor as narrativas midiáticas se enunciam como um “discurso testemunhador e autorizador”. No de Dilma Rousseff, já no contexto da internet, é operado segundo cruzamentos de novas estratégias entre campos e atores sociais. Sofre, de modo específico, os impactos das afetações da midiáticação em

<sup>132</sup> Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/jornais-apoiam-o-impeachment-de-dilma/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

curso. Se no impeachment de Collor, as mídias foram, grosso modo, lugar de insuflamento dos demais campos sociais – como o jurídico e o político – no impeachment de Rousseff (na primeira e segunda fase) as mídias rivalizaram com os campos político e judiciário operações de protagonismos. Com referência ao impeachment da presidente mesmo que as competências e as modalidades de produção discursivas de cada um deles se manifestem de modo heterogêneo, são convergentes do ponto de vista dos seus objetivos (FAUSTO NETO, 2016, p. 79).

Um fato que também contribuiu para o debate desse processo histórico foi o festival de Cannes, em 2016. Olhares do mundo inteiro se voltaram para toda a equipe do filme “Aquarius”, a qual protestava contra o ataque à democracia no Brasil; cartazes denominando o episódio político como um golpe de Estado<sup>133</sup>. Lopes (2016) alegou que a mídia brasileira ficou horas sem publicar o fato. A capa do The Guardian registrando o acontecimento com destaque e foto acabou impulsionando a imprensa brasileira a noticiar o ato. Enquanto a mídia estrangeira relatava a palavra golpe e escrevia o protesto como um ato contrário ao que chamavam de golpe de Estado no Brasil, a mídia nativa registrava como um protesto contra o *impeachment*.

Portanto, a cassação da presidente Rousseff teve vários autores que possibilitaram a sua concretização, tendo na imprensa um verdadeiro aliado político. A mídia legitimou o processo de *impeachment* perante a opinião pública. Uma representação da realidade que possibilitou que determinados segmentos da sociedade brasileira ocupassem as ruas do País, acreditando numa mudança política que acabasse com a corrupção e com o “perigo comunista” representado pelo PT. Não é por acaso que a mídia tradicional acaba sendo acusada de partido ideológico dos grupos dominantes do País:

Os meios de comunicação de massa não cansam de referir-se à recente situação do Brasil com as palavras: desastre econômico, corrupção, ameaças à democracia, traição do Partido dos Trabalhadores / PT, escândalo financeiro, crise política, recessão, inflação etc. Os exemplos mais evidentes são a revista Veja e a rede de televisão Globo, grandes beneficiárias da ditadura civil-militar (1964-1985), que atuando como o principal partido ideológico da burguesia brasileira, pretendem exercer um papel de orientação política e formação das massas. Nesse sentido, vale lembrar o que dizia Gramsci (1968:23) sobre a ação da imprensa no mundo moderno enquanto força dirigente superior aos partidos e, o mais preocupante, reconhecida como tal pela opinião pública: ‘um grupo de jornais ou de revistas são também eles partidos (MARTINS, 2018, p. 286.).

---

<sup>133</sup> Disponível em: <https://www.dn.pt/artes/interior/elenco-de-aquarius-denuncia-golpe-de-estado-no-brasil-5180546.html>. Acesso em: 15 ago. 2018.

### 3.2 MÍDIAS DIGITAIS E REDES SOCIAIS

O mundo está vivendo uma transformação impressionante nos meios de comunicação no século XXI. A forma de consumir e produzir informações está mudando nessa época “*on-line*”. A sociedade se insere num novo formato de interações que se expande para a produção, a comercialização e o consumo. A política não ficou de fora dessa inovação tecnológica, que modificou as relações entre candidatos e eleitores. A internet criou um espaço que ampliou os debates e conseqüentemente as convergências e divergências: “Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias” (CASTELLS, 2005, p. 17).

O processo de cassação da presidente Dilma foi uma boa inflexão desse cenário. A atuação dos internautas no processo do *impeachment* foi importante para organizar manifestações e dialogar com outras pessoas sobre os caminhos que o País tomava naquele momento. No Brasil, ficou claro como as redes sociais tornaram parte do jogo político depois das manifestações de 2013. Para analisar a relevância das mídias sociais no processo do *impeachment* de 2016, é interessante verificar sua atuação em outros contextos no mundo político.

Nas eleições presidenciais nos Estados Unidos em 2008 começava um protagonismo importante das redes sociais. A campanha do candidato Barack Obama conseguiu arregimentar, via rede social, milhões de seguidores e militantes para discutir e disseminar as propostas dos democratas pelo país. A possibilidade de informar e determinar as pautas a serem discutidas, sem depender totalmente dos grandes meios de comunicação, possibilitava uma nova forma de se fazer política. Essa experiência foi decisiva para mudar os rumos que os políticos e a sociedade passariam a interagir com essas ferramentas digitais. A possibilidade de uma relação interativa com os eleitores será a grande novidade e o desafio para as futuras eleições e colocará em discussão o papel dos meios tradicionais de comunicação nessa nova conjuntura tecnológica.

Um outro momento que teve grande atuação das mídias sociais foi em 2011, nos acontecimentos históricos que ficaram conhecidos como “Primavera Árabe”. Essas manifestações de rua que se espalharam pelo Oriente Médio e principalmente para o norte da África tinham como questionamento os governos ditatoriais que perpetuavam no poder há décadas. Vários países, como Tunísia, Egito e Líbia, se revoltaram pelas condições de desemprego, pobreza, concentração de renda e impossibilidade de mudança do regime

político vigente. O acesso às redes sociais fomentou os movimentos de contestação, impulsionando seus habitantes a discutirem sua realidade sem o controle e o filtro das mídias tradicionais. A ocupação dos espaços públicos era combinada por vários grupos de *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*. A facilidade de interagir com diferentes pessoas com essas ferramentas de comunicação possibilitou arregimentar multidões que tomariam as ruas para protestar contra governos que não satisfaziam os anseios populares.

A produção de reportagens sobre as manifestações no mundo árabe era extremamente vigiada. Com uma imprensa controlada em diferentes níveis, as redes sociais é que possibilitaram aos jornalistas estrangeiros informações do que estava acontecendo nesses países. A internet começou a furar o controle imposto por esses governos autoritários. O canal Al Jazeera chegou a pautar suas reportagens através das redes sociais, demonstrando um novo fluxo de agendamento, como retratou Lopes (2013).

No Brasil, as redes sociais tiveram seu protagonismo nas manifestações de junho de 2013. Milhões de pessoas saíram às ruas com o intuito de protestar e exigir melhorias em vários serviços públicos no País. Inicialmente, o movimento começou com a reivindicação do Movimento Passe Livre contra o aumento das passagens em São Paulo. O ato político era contra os vinte centavos incorporados nas passagens. Com o uso desproporcional da força para dissipar as passeatas, a Polícia Militar acabou indignando parte da sociedade brasileira. A própria mídia muda sua cobertura e as pautas sobre os eventos. Um movimento local tomou proporções nacionais. Várias cidades e capitais aderiram às manifestações e as exigências acabaram se diversificando. O clima era de festa que lembrava os jogos de futebol da seleção brasileira. Todavia, entre uma de tantas demandas dos manifestantes, somavam-se os gastos com a Copa do Mundo no Brasil em 2014.

A efervescência das massas trazia nos cartazes o que demonstra um novo modo de se fazer política no Brasil. Sem uma liderança clara ou partido político, os manifestantes aderiram aos chamados das redes sociais para exercerem a cidadania nas ruas. Vários cartazes diziam que “Saímos do *Facebook*”, “Somos a Rede Social”, “Vem pra Rua”, “O gigante acordou”, “Globo 50 anos manipulando você”, “Pela democracia na mídia” etc. Um ponto interessante é que entre tantas reivindicações que mudaram durante o percurso dos protestos, a mídia era sempre lembrada nessa jornada de junho. O papel da internet mudou totalmente a forma de organização e de mobilização no País. A hegemonia da mídia tradicional tinha agora uma nova realidade pela frente. Mesmo pautando as manifestações conforme suas perspectivas e visões de mundo, uma nova linguagem comunicacional colocava em xeque algumas interpretações da velha mídia. Notícias filmadas e divulgadas em tempo real criavam

um novo olhar sobre matérias que tradicionalmente passavam pelo filtro da edição e do editor. A informação era saudada como uma nova ferramenta de combate para se desvincular do exclusivismo da grande mídia. Entretanto, isso não significa que a mídia tradicional teria perdido seu poder de informar e formar opinião, mas, sim, estaria experimentando uma concorrência nova pelo exclusivismo da notícia.

Numa entrevista que tentou coagir em vários momentos os entrevistados, o programa Roda Viva demonstrava como a mídia tradicional não reconhecia como jornalismo o que se fazia nas ruas do País naquele ano com a utilização da internet. O Mídia Ninja foi convidado pela Rede Cultura para comentar a sua atuação e cobertura nas manifestações de 2013. Os jovens Pablo Capilé e Bruno Torturra defenderam uma mídia plural e colocou em xeque a imparcialidade da imprensa quando se posicionaram progressistas. Alinhados com pautas ligada à esquerda, não se viam representados nos meios tradicionais. Com essa afirmação, demonstraram que a questão da imparcialidade acaba sendo só um discurso sem fundamento da mídia no Brasil. Com a descrença na isenção e na objetividade dos meios de comunicação, eles propõem a multiparcialidade em vez da crença de uma mídia imparcial. A mediação seria entendida na sua complexidade, de agentes que tomam posições e demonstram sua visão de mundo em suas análises. A questão da neutralidade seria colocada em xeque por um cenário mais realista e menos fantasioso, possibilitando ao receptor se informar por diferentes perspectivas de análises, questionando construções da realidade que, na verdade, atendem diversos interesses econômicos, políticos e de classe:

A noção de multiparcialidade como abordagem pluralista e de superação do paradigma da neutralidade em processos de mediação tem tradições paralelas em estudos de direito, pedagogia social, psicanálise e administração, sobretudo nas perspectivas de diálogo intergrupal, negociação e solução de conflitos. A definição do termo varia conforme seu contexto de uso, incluindo noções como a da posição de um mediador que toma partido não em favor uma (parcialidade) ou nenhuma das partes envolvidas (imparcialidade), mas sim de múltiplas partes, ou, de modo mais amplo, como uma ação de diálogo que visa um balanceamento entre as múltiplas vozes ou identidades envolvidas na interlocução, visando equalizar suas potencialidades de representação (CARVALHO; BETA, 2017, p. 238).

Mesmo sendo um movimento recente na história do Brasil, as manifestações de 2013 despertam mais perguntas do que respostas. A ausência de um projeto específico de reivindicação acabou se perdendo em várias propostas que priorizavam tanto ampliar a democracia como destruí-la. Um ponto sempre lembrado pelos manifestantes era o propósito de estarem na rua. Deixavam claro em vários cartazes que não era só pelos vintes centavos, mas era para mudar o Brasil. Nesse ponto, as pautas se multiplicavam: uma “educação e saúde padrão Fifa”; “Japão, eu troco nosso futebol pela sua educação”; “obrigado por lutar

pelo meu futuro”; “se a roubalheira não acabar, o Brasil vai parar”; “desculpe o transtorno estamos mudando o país”, entre outras. Apesar das reivindicações serem tantas, não existia um consenso de como transformar esse mar de ideias em projetos políticos. Até o fim da própria política também apareceu nas passeatas com dizeres “SOS Forças Armadas” ou até “Intervenção Militar Já”.

O que as jornadas de junho de 2013 deixavam transparecer era que segmentos de diferentes correntes ideológicas começaram a se organizar dentro das redes sociais e da internet. Mesmo tendo pautas ligadas mais à esquerda no início do movimento, grupos ligados à direita e à extrema direita se fizeram presentes nas ruas do País, algo que não se via desde a década de 1960, com a implementação da ditadura militar no Brasil:

As manifestações que tomaram as ruas de várias cidades do Brasil em junho de 2013 articularam-se nas redes sociais, inicialmente entre grupos militantes autônomos e de esquerda. A expansão dos protestos trouxe a multiplicação das pautas e pôs nas ruas grupos diversos, alguns ligados à direita, com defesa de pautas conservadoras, “moralizadoras”, defesa da intervenção militar e outras bandeiras presentes no conservadorismo brasileiro. A esses, juntaram-se movimentos vinculados à ideologia de partidos que sustentam ideais liberais em oposição a uma concepção de Estado do bem-estar social (LERNER; RIBEIRO, 2017, p. 36).

Nas eleições de 2014 a internet e as redes sociais tiveram um papel importante. Tanto militantes, como os próprios candidatos usaram essas ferramentas para se comunicarem com seus apoiadores. Os discursos de ódio ao PT e à esquerda ganhavam um ar de guerra fria. A esquerda começava a sentir o peso de ser governo por tanto tempo. A radicalização dos discursos ideológicos levou várias pessoas ao enfrentamento de ideias e a brigarem com amigos e familiares nas redes sociais<sup>134</sup>. O clima no País era de disputa e os posicionamentos políticos tornaram-se inconciliáveis. As redes sociais disseminavam essas divergências, justificadas na liberdade de expressão, que, muitas vezes, ultrapassava o bom senso. A direita é tratada como fascista e a esquerda como o símbolo da corrupção. O PSDB e o PT acabam se mostrando como partidos totalmente antagônicos. A política começava a passar por um processo que iria levar a sua própria negação por uma parcela expressiva da sociedade brasileira:

As eleições presidenciais de 2014 no Brasil apresentaram uma grande mudança na forma de fazer campanha, tanto por políticos quanto por militantes. Candidatos e partidos políticos tiveram de se adaptar a um novo tipo de campanha, a feita pelos próprios eleitores. As militâncias políticas sempre existiram, construídas de forma organizada por comitês dos partidos, que, com o apoio de seus filiados,

<sup>134</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/10/discussao-politica-no-facebook-abalacoes-de-internautas-com-amigos.html>. Acesso em: 15 mai. 2019.

conquistavam uma pequena parcela da população que os ajudava no dia a dia de militância. Porém, após as manifestações de junho de 2013, redes políticas se conectaram e passaram a construir suas ideologias pelas redes sociais. As mídias sociais, principalmente o *Facebook*, tornaram-se fortes dispositivos de formação ideológica que permitiram a proliferação ideológica polarizada dentro da rede (BRUGNAGO; CHAIA, 2015, p. 24).

Com a derrota do candidato tucano Aécio Neves, o partido passa por uma transformação que o levaria para um posicionamento mais radical, desestabilizando a governabilidade de Dilma Rousseff. Constantemente, o candidato do PSDB aparecia em suas redes sociais conclamando o povo a reivindicar nas ruas o direito de não ser mais governado por um “Partido Corrupto”. Várias manifestações mobilizadas pelas redes sociais por grupos como “Movimento Contra a Corrupção” e “Movimento Brasil Livre” eram apoiados pela oposição ao governo, como PSDB, DEM, entre outros. Aécio Neves sempre fazia postagens demonstrando a importância das manifestações para mudar o Brasil e acabar com a corrupção. A intolerância era percebida em várias manifestações que não aceitavam pessoas com camisas vermelhas ou símbolos partidários<sup>135</sup>. Grupos contra ou a favor do governo, digladiavam-se nas ruas em passeatas que tomaram um rumo de divisão no País. Os nervos estavam à flor da pele e a oposição via que a permanência dos manifestantes nas ruas poderia enfraquecer muito o governo petista.

A posição radical do PSDB de não reconhecer o resultado eleitoral de 2014 foi fundamental para que alguns grupos “apartidários” se fortalecessem nas mobilizações nas redes sociais. Organizações começavam a ganhar visibilidade na produção de conteúdo na internet e visavam tonificar os manifestantes com opiniões e visões de mundo contra o governo de Dilma Rousseff. O MBL chegou a ser patrocinado pela oposição ao governo para organizar as manifestações de rua, tendo ajuda em carros de som e apoio logístico<sup>136</sup>.

As grandes passeatas de 2015, que naturalmente remeteriam a uma festa da democracia, trazia elementos sombrios que iriam refletir no *impeachment* de 2016 e, principalmente, nas eleições de 2018. O ódio ao pensamento crítico se fez presente com cartazes como “Chega de doutrinação Marxista, Basta de Paulo Freire” e “Escola Sem Partido”. Além do anticomunismo, agora disfarçado de antibolivarismo ou antipetismo, eram registradas em cartolinas mensagens do tipo: “eu não quero viver num país comunista”<sup>137</sup>.

---

<sup>135</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/politica/1439769515\\_800304.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/politica/1439769515_800304.html). Acesso em: 15 mai. 2019.

<sup>136</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/partidos-puseram-%E2%80%9Cmaquina%E2%80%9D-a-servico-de-movimentos-pro-impeachment/>. Acesso em: 15 mai. 2019.

<sup>137</sup> Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160311\\_danca\\_impeachment\\_rb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160311_danca_impeachment_rb). Acesso em: 15 mai. 2019.

Um sentimento conservador e moralista começava a ganhar corações e mentes no País. Uma outra pauta que se apresentava era o discurso liberal, que associava a corrupção desenfreada como um problema do Estado e dos políticos. A mínima intervenção estatal na economia virava um discurso mobilizador contrário às políticas públicas que oneram de forma expressiva as finanças do País. No entanto, nada era dito dos juros exorbitantes pagos ao mercado financeiro todos os anos. O Brasil passava por um turbilhão de anseios que iriam refletir no jogo político.

Um outro movimento interessante que ganhou força foi a luta contra a corrupção. Uma página da internet conhecida como “Movimento Contra a Corrupção” começava a mostrar a importância da Lava Jato e do juiz Sérgio Moro no combate à corrupção no País. Várias postagens enalteciam o juiz de Curitiba, que estaria numa guerra contra o Estado surrupiado pela atuação do PT no poder. Uma postagem que viralizou na página foi a cara do juiz Moro sendo estampada no Maracanã e um pedido aos presentes nos jogos Olímpicos de 2016 para gritarem em coro o nome do juiz. Nos comentários dos internautas o ódio ao Partido dos Trabalhadores, ao ex-presidente Lula e à presidente Dilma eram constantes. A política começava a ser questionada como elemento do diálogo e do consenso para ser demonizada:

A página Movimento Contra Corrupção convocou manifestantes para os atos pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff. Com 2,6 milhões de curtidas (em setembro de 2016), a página não tem descrição no *Facebook*; no lugar, estão links para o site e outras mídias sociais do grupo. Sua data de criação consta como janeiro de 2010, mas as postagens mais antigas no *Facebook* datam de julho de 2012. No período analisado, entre 25 e 31 de julho de 2016, a página publicou 976 postagens. Os dez posts mais curtidos da página Movimento Contra Corrupção somaram ao todo 133.569 reações, em sua maioria curtidas, 129.853. Destacam-se as postagens que enaltecem o juiz federal Sérgio Moro, responsável pelo julgamento em primeira instância dos crimes identificados na Operação Lava Jato, e outros juízes de processos contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por crimes de corrupção (LERNER; RIBEIRO, 2017, p. 41).

Nas redes sociais começava a aparecer filmagens de políticos sendo abordados em aeroportos, restaurantes e *shoppings* com extrema agressividade. As imagens são divulgadas com o internauta indagando ou xingando os políticos, em sua maioria do PT ou de algum partido que apoiava o governo. A insanidade dos discursos mostrava que o País estava a cada dia com mais raiva e ódio da classe política. Artistas com algum posicionamento político começavam a ser perseguidos na internet com iniciativas de boicotes aos seus *shows* ou ameaças contra a sua integridade. Entretanto, esse fenômeno não vai ficar restrito só aos políticos de esquerda. Uma cena que ganhou as mídias e as redes sociais foi a

manifestação na avenida Paulista do dia 13 de março de 2016. O senador Aécio Neves, juntamente com o governador Geraldo Alckmin, chegavam para participar da manifestação com vários apoiadores. O senador mineiro, que já tinha participado de algumas manifestações em Belo Horizonte e São Paulo, sendo sempre agraciado pelos presentes, em cima do carro de som e com microfone na mão, não esperava esse tipo de recepção. Os participantes fizeram um corredor humano e começaram a insultá-los de forma agressiva e cada vez mais pessoas se aglomeravam em torno dos políticos. O receio das ações dos manifestantes era visível na cara dos tucanos e eles são expulsos da Paulista. Fogem do movimento que ajudaram a fomentar, onde esperavam um devido reconhecimento como chefes políticos. As câmeras dos celulares registravam a cena e disseminava nas redes sociais. Algo de novo acontecia naquele dia que iria marcar a política no Brasil<sup>138</sup>. Alguns políticos da direita já não eram mais bem-vindos nas manifestações verde e amarelo.

Com a desqualificação da política, os seus representantes, assim como os próprios partidos, não se colocavam como os líderes das vontades populares. As mobilizações das redes sociais criaram uma percepção de um novo direcionamento para se fazer política. A força das ruas era o elemento no qual depositavam a mudança. Todavia, o sistema político é partidário, e sem uma reforma política, a representação seria feita da mesma forma. Talvez essa seja a grande decepção com os rumos do Brasil após o *impeachment*, pois os próprios políticos é que decidiram os direcionamentos para o País, alimentando uma frustração com a democracia e levando muitos a flertarem com os extremismos. A extrema direita se fazia presente nas manifestações com o intuito de destruição da própria representação democrática, com direito a *selfs* com militares, conclamando esses segmentos a derrubarem a presidente da República.

Em termos de participação pelas redes sociais, os segmentos que se declaravam de direita tiveram maior protagonismo e atuação do que os de esquerda. A disseminação de conteúdos que combatiam a corrupção e o governo ganharam espaço em vários compartilhamentos nas redes sociais. Apesar da mobilização “Povo Sem Medo” ter se organizado com forte influência dos movimentos sociais, contrários ao *impeachment*, o desempenho nas redes não teve a mesma força. A onda favorável à cassação era visível nesses meios. O *impeachment* da presidente Dilma já era o foco de várias postagens e, no entanto, não se via na política um caminho que pudesse orientar um norte para o Brasil. Figuras que ganhavam destaque, como o juiz Sérgio Moro, era alçado como herói nas redes e mídias. O

---

<sup>138</sup> Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,alckmin-e-aecio-sao-hostilizados-e-nao-discursam-na-paulista,10000021027>. Acesso em: 15 mai. 2019.

magistrado era defendido como o grande responsável pela limpeza ética e moral no País. Com o desprezo pela política, salvadores da pátria eram sempre glorificados nas redes sociais. A própria instituição das Forças Armadas era lembrada pela sua seriedade e pelo patriotismo. Entretanto, não era unanimidade entre os apoiadores da cassação de Dilma ser governado por militares novamente. O Brasil caminhava para um desfecho político imprevisível, que se articulava com várias frentes e tendo na internet um elemento importante de interação com os manifestantes:

A partir desse estudo empírico comparativo pretendemos lançar luz sobre as novas formas de engajamento político no Brasil contemporâneo. Em primeiro lugar, notamos que a página Movimento Contra Corrupção consegue angariar muito mais curtidas do que a página Povo Sem Medo, o que demonstra um uso muito mais intenso das RSIs por parte dos conservadores. A direita se mobiliza através de afetos alegres que promovem a identificação do coletivo. Porém, mesmo esses afetos trazem a marca dos afetos tristes, pois o coletivo é construído a partir do ódio a um inimigo comum (LERNER; RIBEIRO, 2017, p. 48).

Assim como a internet teve uma atuação importante para os que defendiam a cassação da presidente Dilma, ela também foi usada como ferramenta de informação por aqueles que questionavam o posicionamento da grande mídia nesse processo político. A atuação da Mídia Ninja no percurso do *impeachment* foi muito importante para observar outras interpretações de mundo de uma específica realidade. A mídia independente, como foram chamados esses grupos, tentava trazer a notícia sem os filtros da grande mídia, comprometida com interesses corporativos. Os vídeos produzidos conseguiam furar as coberturas dos grandes veículos de comunicação que acabaram tendo um papel tendencioso no processo de cassação da presidente. Como foi analisado neste capítulo, os tradicionais veículos de comunicação tiveram uma postura de defesa do *impeachment* e não aberto a outras interpretações que estavam correndo no mundo digital. Vários *blogs*, *sites* e redes sociais começaram a questionar o posicionamento da grande mídia. O The Intercept chegou a publicar vários vídeos do jornalista Glenn Greenwald, ganhador do prêmio Pulitzer de 2014, defendendo um golpe de Estado no Brasil. O jornalista, que mora no País, chegou a fazer diversas reportagens sobre a crise política brasileira e acabou virando fonte de informação para outros jornalistas estrangeiros. O *blog* Brasil 247 chegou a classificar a cassação de Dilma como um processo ilegal. Várias personagens do mundo político e artístico do País eram retratados como apoiadores do *site*, sendo apresentado como um veículo que refletisse a diversidade de opiniões numa sociedade democrática, mesmo tendo em suas reportagens um viés de esquerda, assim como o Diário Centro do Mundo e o Blog do Miro. Em suas pautas era impressa uma dura crítica ao conluio montado por interesses

elitistas para derrubar a presidente Dilma. A trama de um golpe de Estado também era defendida pelos *blogs*, afirmando que o *impeachment* era um processo “viciado” e que representava projetos de grupos econômicos e políticos, privilegiando o mercado financeiro.

Um *blog* que teve repercussão nesse contexto foi do jornalista Paulo Henrique Amorim. O *Conversa Afiada* chegou a fazer reportagens com ironia e humor para denunciar os rumos para onde o *impeachment* levava o País. Várias vezes fazia críticas ácidas contra o papel da grande mídia no desenrolar do processo. O nome dado à mídia brasileira de PIG demonstra o olhar que o jornalista tem em relação à imprensa. A posição, principalmente da Globo, na cassação da presidente, era sempre lembrada por Amorim como uma aberração na democracia brasileira. A defesa irrestrita do *impeachment* pela emissora deixava transparecer na forma que eram noticiados os fatos e nas rodas de debates com entrevistadores que pensavam quase de forma homogênea. Amorim explorou também as entrevistas com várias personalidades do mundo político e acadêmico para se contrapor à visão favorável ao *impeachment*.

Outro que ganhou destaque pelas análises foi o GGN do jornalista Luis Nassif. Com uma crítica mais acentuada na Operação Lava Jato, Nassif alegava uma conspiração que envolvia setores do Judiciário, da mídia, do Departamento de Justiça norte-americano e de políticos corruptos. Várias reportagens eram associadas ao teatro que se realizava entre o Ministério Público e a mídia nativa. Os vazamentos seletivos de processos judiciais contra políticos do governo enrolados em corrupção ganhavam quase um roteiro de novela. Tudo cronometrado com o calendário político e eleitoral, segundo o jornalista. Existiam também *sites* como O Antagonista, que fez duras críticas ao PT e à corrupção institucional administrada pelo partido. Defendiam o *impeachment* e eram críticos à forma de governar da esquerda. Inclusive, um dos seus jornalistas, Diogo Mainardi, chegou a trabalhar na revista *Veja* por muitos anos com críticas contundentes ao projeto petista.

Esse é um ponto interessante de reflexão. Muitos dos *blogs* e redes sociais citados são escritos por jornalistas de profissão que trabalharam ou trabalham na imprensa tradicional. No artigo de Bittencourt e Maia (2016), verificou-se que na internet os meios mais consultados para saber sobre política eram *blogs* e páginas sociais de jornalistas de formação. Podendo citar: Leonardo Sakamoto, Rachel Sheherazade, Ricardo Boechat, Luis Nassif, Jean Wyllys, Paulo Henrique Amorim, William Bonner, Eliane Brum, Reinaldo Azevedo, Marcelo Tas e Juca Kfourri. Isso talvez fosse um bom argumento contrário aqueles que acreditam no fim do jornalismo com as mídias digitais. Entretanto, nas eleições de 2018 um novo olhar dessa realidade se fez presente, ganhando relevância as redes sociais.

Muito das pautas, inclusive defendidas pelos respectivos jornalistas, tinham sido referendadas pela mídia tradicional. As redes sociais e a internet são formas de se conectar com o mundo que estão muito interligadas com as formas tradicionais de comunicação. A apresentadora do jornal “SBT Brasil”, Rachel Sheherazade, defendia o *impeachment* na sua página do *Facebook* e fazia duras críticas aos partidos de esquerda como o PT, o PCdoB e o PSOL. Outro que ganhou destaque nas mídias digitais foi o jornalista Reinaldo Azevedo, à época empregado da revista *Veja* e da rádio *Jovem Pan*. No site da revista *Veja* criou termos que ganhariam sonoridade nas falas dos brasileiros favoráveis ao *impeachment*. Expressões como “petralha”, que associavam o PT aos irmãos Metralha dos desenhos animados da Disney. Muito das pautas da grande mídia eram colocadas de uma maneira mais ácida e irônica em *sites*, *blogs* e mídias sociais para atacar o governo e principalmente o Partido dos Trabalhadores. Interessante que logo depois que foi exposto pela Operação Lava Jato, num telefonema entre o jornalista e a irmã de Aécio Neves, Azevedo muda sua percepção da operação e de sua tática destrutiva de reputações via mídia<sup>139</sup>. Instrumento copiado, segundo o juiz de Curitiba, da Operação italiana “Mãos Limpas”, que visava combater a corrupção entre empresas e políticos através da exposição de pessoas pela imprensa sem, no entanto, serem julgadas ou condenadas:

De acordo com a pesquisa empírica, podemos afirmar que os jornalistas e os veículos de comunicação não foram e parece que nem serão substituídos, mesmo com a ascensão da comunicação via redes sociais, blogs e Youtube, espaços que não exigem nenhuma regulamentação profissional para publicações. Eles seguem ocupando um espaço privilegiado de informações, seja na rede, seja fora dela, pois, “mesmo o leitor mais ativo ainda é passivo na percepção da luta para produzir a informação capaz de transformá-lo em um sujeito com atividade e autonomia”. Assim, os jornalistas continuam sendo os comunicadores nos quais os utilizadores depositam confiança em larga escala. Os veículos de comunicação, de igual maneira. Ambos possuem expertises próprias da área, que são capazes de atribuir maior confiabilidade às informações (BITTENCOURT; MAIA, 2016, p. 13).

Entretanto, os autores indagaram a importância dessas matérias jornalísticas na formação de opinião de muitos brasileiros. Muitos desses jornalistas foram contrários à cassação da presidente. Mesmo sendo referências para muitos internautas, isso não significa que a recepção é passiva em relação ao conteúdo. Como será visto no próximo capítulo, a recepção é fator essencial para a construção da mensagem:

Já no que tange à linha editorial e política dos conteúdos produzidos, podemos dizer que não foi por influência dos comunicadores de internet que se efetivou o

<sup>139</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/reinaldo-azevedo-pede-demissao-da-veja-apos-divulgacao-de-grampo-com-irma-de-aecio-sem-indicio-de-crime-21383556>. Acesso: 20 de mai. 2019.

processo de impedimento da presidenta, visto que, três, dos cinco comunicadores com maior incidência, tinham posições declaradamente contrária ao Impeachment, Luis Nassif, Jean Wyllys e Leonardo Sakamoto; Ricardo Boechat, não manifestou posicionamento; e Rachel Sheherazade mostrou posicionamento favorável (BITTENCOURT; MAIA, 2016, p. 13).

Um aspecto que também está sendo estudado nas redes sociais é o ódio que virou parte do debate político. Um estudo de Frigo e Dalmolin (2017), sobre as postagens de Jair Messias Bolsonaro no *Facebook* no período do *impeachment*, demonstra como a liberdade de expressão é colocada sob tensão, já caminhando para crimes contra os direitos humanos. Na página do parlamentar, a homenagem ao Coronel Ustra, aos militares de 1964 e à ditadura militar é exaltado sendo uma reprodução de seu discurso no dia do *impeachment*. O que demonstra perplexidade são os comentários de seus apoiadores. Elogios à conduta do capitão no processo político da cassação presidencial era alimentado com insinuações favoráveis à tortura e a métodos autoritários. O apoio ao seu comportamento era alimentado pelo ódio, visto com bom agrado pelos seus seguidores que compartilhavam as visões de mundo do militar. Argumentos de defesa da família heteronormativa, da moral cristã e da defesa de uma posição conservadora e de direita eram vistos também entre os internautas que seguiam Bolsonaro. Sem falar dos discursos racistas e homofóbicos, que eram expostos como valores que tinham que ter espaço na política.

Como as redes sociais espalham rapidamente as posições dos internautas, os discursos de ódio ganhavam uma velocidade impressionante de propagação. Durante o processo de *impeachment* da presidente em 2016, a página do *Facebook* de Bolsonaro cresceu quase 40% em três meses. O parlamentar já era conhecido pelo seu posicionamento conservador, favorável à tortura e à ditadura. Era apresentado como a antipolítica, apesar de viver dela por quase 30 anos. No entanto, quando ele defendeu o coronel Ustra, militar reconhecido judicialmente como torturador na ditadura de 1964 a 1985, muitos dos seus seguidores o elogiaram e o saudaram pela coragem, sendo que muitos ainda defenderam a tortura contra todos aqueles que não estivessem alinhados com os pensamentos do capitão. Talvez, por isso, o conforto do então candidato a presidente, em um comício no Acre, ter defendido o fuzilamento da “petralhada” do Estado<sup>140</sup>. Com o crescimento do conservadorismo e da extrema direita no mundo, o Brasil não ficou imune a essa força que disseminou um sentimento de ódio e de negação da própria política:

---

<sup>140</sup> Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-set-06/bolsonaro-dez-dias-explicar-frase-fuzilar-petralhada>. Acesso: 20 mai. 2019.

No que tange ao campo midiático, percebeu-se que, embora os discursos de ódio sempre estiveram presentes – sejam eles explícitos ou velados –, com as mídias digitais houve uma propagação ainda maior e mais rápida desses discursos. No exemplo analisado, a página oficial do deputado Jair Bolsonaro no *Facebook* cresceu quase 40% em três meses no ano de 2016 durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Sendo o parlamentar alguém já conhecido midiaticamente por suas posições conservadoras e discursos baseados na intolerância política e religiosa. Após a homenagem feita ao Ustra, os seus seguidores virtuais não o questionaram, pelo contrário, manifestaram-se favoráveis à tortura contra aqueles que não estavam alinhados politicamente a eles e, contraditoriamente, diziam isso em nome da liberdade (FRIGO; DALMOLIN, 2017, p.14).

Entretanto, não só posicionamentos ideológicos disseminaram as redes sociais nesse período do *impeachment*. Como o uso das mídias digitais é algo relativamente novo no Brasil e que ainda não conseguiu chegar a todos os cidadãos, o seu manuseio ainda é um desafio para muitas pessoas. A imagem inicial de ser um local para debates ou de encontros com visões de mundo similares abriu caminho para outro problema que ganhou visibilidade no *impeachment* de 2016 e principalmente nas eleições de 2018. As notícias falsas, também denominadas de *fake news*, ganharam um espaço impressionante nas redes sociais. Muitas pessoas utilizam as redes sociais como um local confiável de informação e às vezes o único. Com isso, muitos colaboradores da política acabaram presenciando um método eficiente de combate a opositores e pensamentos divergentes através da viralização de informações falsas. A verdade não é priorizada, mas sim a notícia vinculada e compartilhada milhões de vezes. O importante não é o convencimento através de ideias e de discussões. Priorizou-se um método de divulgar mentiras sobre pessoas, partidos, posições políticas mediante o compartilhamento em massa. A dificuldade de rebater as *fake news* demonstrou um grande desafio para o mundo e para a política. Debates acadêmicos sobre bolhas digitais e pós-verdade ganharam força no século XXI. Várias vozes que não conseguiam aparecer nas mídias tradicionais começavam a fazer parte desse novo cenário. A comunicação de rede ganha espaço e diferentes discursos se espalham numa velocidade impressionante. A credibilidade das informações acaba ficando em segundo plano na ânsia de divulgar a notícia que defende posições e questões ideológicas pessoais ou partidárias. A experiência que a política está vivenciando nas redes sociais acabou ganhando proporções de guerra pela verdade. O apoio de robôs, para ampliar os compartilhamentos, favoreceu um cenário com fortes impactos nos resultados eleitorais. Mecanismo criado para encaminhar mensagens para milhões de pessoas, tornou-se uma importante ferramenta de persuasão. Como esse novo modo de se fazer política é alimentado muitas vezes pelo ódio nas redes, o que se presencia não é mais o debate entre adversários, e sim inimigos. O principal projeto desse novo sistema

é destruir visões divergentes e reputações com o único propósito de homogeneizar o debate. Os discursos visam desqualificar pensamentos diferentes, levando a um nível de polarização entre os campos da esquerda e da direita. As apreensões e a agressividade ultrapassaram as redes sociais e fazem parte do cotidiano das pessoas na vida social. O medo, a intolerância e o ódio chegaram como ingredientes de um contexto político alimentado desde as manifestações de 2013. O processo eleitoral de 2014 e o *impeachment* de 2016 acabaram acirrando as diferenças entre as pessoas nas mídias digitais e redes sociais, que demonstravam interpretações de mundo como uma realidade inquestionável:

Nesse sentido, o que se vê nas redes é uma tentativa de homogeneização do discurso político como forma de eliminação e descrédito de outros posicionamentos, como se todo o resto pudesse ser apagado ou esquecido. A eliminação do “inimigo” passa então por uma estratégia política de comunicação desempenhada por quem a domina, ou seja, a grande imprensa. Daí o apontamento de que há uma inter-relação entre a cobertura jornalística e a força de difusão das redes sociais como palco do ódio no cenário político brasileiro, em que os afetos extremados transbordam por todos os lados dando vazão a perigosas polarizações, radicalismos e fundamentalismos não só nas redes, mas também no território do mundo social (PIGNATON; REIS, 2018, p.14).

Esse cenário desperta muitas dúvidas em relação aos rumos da democracia no Brasil e no mundo. As novas ferramentas de informação e comunicação remetiam a um acesso importante para exercer uma maior conscientização e conseqüentemente um fortalecimento da cidadania. No entanto, o que tem sido fonte de diferentes estudos é que a internet, mediante as mídias digitais e as redes sociais, acabaram criando nichos onde as pessoas se situam para confirmar suas ideologias e visões de mundo. A rede amplia a exposição e o número de interações, favorecendo um maior agrupamento de pessoas com pensamentos ideológicos convergentes.

O estudo das mídias digitais é algo que desperta a curiosidade de como essa nova ferramenta de comunicação está mudando paradigmas na antiga sociedade industrial. A dinâmica que a internet propiciou aos níveis de produtividade é impressionante. A informatização da produção, os contatos comerciais em escala global e as transações financeiras entre vários países foram extremamente beneficiados por essa revolução tecnológica. Além do contato de indivíduos que tenham interesses em comum no campo político, econômico, cultural e social.

No entanto, a subversão desses meios de comunicação também atende outros interesses. O seu uso pode beneficiar sujeitos ou projetos políticos através da desinformação e mentiras em volume e velocidade impensáveis há algumas décadas. A denúncia de venda de dados do *Facebook* para campanhas políticas foi algo que a boa-fé dos usuários talvez não

imaginasse nos seus compartilhamentos virtuais. As suas preferências, gostos, tendências, visões de mundo, modo de vida viraram mercadoria. Aliás, como tudo no mundo capitalista. A “nova política” mostra a sua cara como farsa.

As denúncias relacionadas à compra de dados de redes sociais para manipular e convencer eleitores foi um problema inusitado no mundo virtual. Na eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos, a saída da Inglaterra da zona do euro, o *Brexit*, e a eleição de Bolsonaro para presidente no Brasil foram alvos de várias denúncias de dados sequestrados das redes sociais para direcionar preferências e inverdades. As mensagens eram enviadas para determinados perfis suscetíveis a aceitar ou repudiar informações que defendiam posições políticas e ideológicas a favor dessas candidaturas. Através do método da mentira e dos direcionamentos tendenciosos, o ato de debater e convencer pelos bons argumentos fica agora à mercê do convencimento a qualquer custo. O importante não é a veracidade dos fatos, mas a condução do eleitor para o objetivo proposto. A forma de criar factoides que exacerbam o medo e a desconfiança das pessoas gera um meio de se fazer política, já vivenciado em outros tempos:

Assim, a questão não é como chegar à sociedade em rede, um autoproclamado estádio superior do desenvolvimento humano. A questão é reconhecer os contornos do nosso novo terreno histórico, ou seja, o mundo em que vivemos. Só então será possível identificar os meios através dos quais, sociedades específicas em contextos específicos, podem atingir os seus objetivos e realizar os seus valores, fazendo uso das novas oportunidades geradas pela mais extraordinária revolução tecnológica da humanidade, que é capaz de transformar as nossas capacidades de comunicação, que permite a alteração dos nossos códigos de vida, que nos fornece as ferramentas para realmente controlarmos as nossas próprias condições, com todo o seu potencial destrutivo e todas as implicações da sua capacidade criativa (CASTELLS, 2005, p. 19).

Atualmente, o grande desafio da política é legitimar a sua existência para a sobrevivência da democracia. O descrédito da população com a representação política no Brasil levou o País a conviver com discursos salvacionistas e de desprezo pelos partidos. A falta de projetos concretos para a nação mudou as discussões para o campo do moralismo e do conservadorismo. A total falta de diálogo que se desenvolveu no processo do *impeachment* em 2016 levou a classe política a tomar atitudes egoístas e de classe em detrimento dos interesses do povo brasileiro. Numa reportagem no jornal Folha de São Paulo, o ex-presidente do PSDB, o senador Tasso Jereissati, chegou a questionar a postura do partido no processo de cassação da presidente. O tucano alegou que o partido não poderia ter questionado o resultado eleitoral de 2014, pois a tradição do PSDB não é de questionar as instituições, mas sim de respeitar a democracia. Ficou inconformado do partido ter votado

contra princípios básicos que sempre defenderam, inclusive na economia, só para ser contra o PT. E afirmava que o grande erro foi entrar no governo Temer com o então presidente da legenda da época, o senador Aécio Neves, enrolado com a justiça. Segundo Jereissati, eles acabaram engolidos pelo poder<sup>141</sup>. A legenda teve um resultado desastroso nas eleições de 2018, sendo que o candidato Geraldo Alckmin não conseguiu nem chegar ao segundo turno. Isso não acontecia desde as eleições de 2002, sendo que eleições presidenciais de 1994 e 1998 os tucanos ganharam no primeiro turno. Outro dado foi o encolhimento expressivo de sua bancada no Congresso Nacional<sup>142</sup>.

Os caminhos da democracia atualmente é um grande desafio no mundo e no Brasil. Com a eleição a presidente de Jair Messias Bolsonaro em 2018, a política acabou se reinventando num novo cenário. A prisão de Lula e a ausência do capitão nos debates, por causa de uma facada no abdômen, criou um ambiente nos meios digitais totalmente importante para sua eleição. As redes sociais não foram só lugares de debates, mas de disseminação de notícias falsas com forte conotação moralista e conservadora. O famoso “kit gay” ou “mamadeira de piroca”, que teoricamente seriam distribuídos nas escolas pelo PT, eram compartilhados entre os eleitores de Bolsonaro, possivelmente buscando atingir o público evangélico<sup>143</sup>:

Uma vez que a política é largamente dependente do espaço público da comunicação em sociedade, o processo político é transformado em função das condições da cultura da virtualidade real. As opiniões políticas e o comportamento político são formados no espaço da comunicação. Não significa isto que tudo o que se diga neste espaço determine o que as pessoas pensam ou fazem. De facto, a teoria da audiência interativa, apoiada por investigações em várias culturas, determinou que os receptores de mensagens processam essas mensagens nos seus próprios termos (CASTELLS, 2005, p. 24).

A dimensão e importância que as mídias digitais ganharam na política impressionou pela sofisticação e pela instrumentalização de seus conteúdos. O agradecimento público de Bolsonaro ao filho Carlos pela vitória presidencial demonstra o papel que as redes sociais ganharam no campo político. Carlos foi responsável pela campanha de Bolsonaro em diferentes mídias digitais, principalmente nas redes sociais. Entender esse processo pelo qual passa a política e sua interação com as novas ferramentas de comunicação

---

<sup>141</sup> Disponível em : <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nosso-grande-erro-foi-ter-entrado-no-governo-temer,70002500097>. Acesso em: 20 mai. 2019.

<sup>142</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/conflagrado-psdb-sofre-pior-derrota-de-sua-historia-23138722>. Acesso em: 20 mai. 2019.

<sup>143</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547\\_146583.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html). Acesso em: 20 mai. 2019.

é fundamental para o avanço democrático. A possibilidade de ampliar o debate e o diálogo não pode ser transformado em um mecanismo de manipulação e alienação. Sem compreender todo esse contexto pelo qual passa o mundo político e a mídia digital, a democracia pode ficar a reboque de políticas vazias e moralistas, fundamentada no aprofundamento de um projeto neoliberal com traços autoritários e sem perspectivas de desenvolvimento econômico, mantendo o País como um paraíso do mercado financeiro e atrelado a alianças que remetem aos privilégios elitistas.

#### 4 A RECEPÇÃO DO PROCESSO DE CASSAÇÃO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Para que a esperança possa vencer o medo. Em nome de mais de 10 milhões de brasileiros desempregados, em nome do meu estado do Ceará, dos verdadeiros golpistas que não cumpriram a refinaria e nem o metrô, em nome do meu povo de Fortaleza, um abraço a todos vocês que estão na Praça Portugal, meu voto é Sim! Fora PT! (Deputado Pedro Valim (PMDB-CE) durante a votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, publicado no *Youtube* no dia 18 de abril de 2016 pelo canal Brasília Connection).

“Aldeia, Aldeota, estou batendo na porta pra lhe aperriar, pra lhe aperriar, pra lhe aperriar...” (Música Terral do disco “Pessoal do Ceará” de Ednardo, Amelinha e Belchior).

Outubro de 2018. Eu caminhava pela Universidade Estadual do Ceará para a aplicação do questionário proposto na minha pesquisa. Entre os blocos dos cursos uma mistura de sentimentos se apresentava com vozes que enunciavam diversos pensamentos. Passando pelo pátio da Geografia, presenciei uma manifestação com vários palestrantes discursando sobre a Ditadura Militar instalada em 1964, a ascensão do fascismo na Europa nos anos 1930 e a sua propagação atualmente no mundo. Era uma apreensão imensa dos participantes pelos rumos que o Brasil poderia tomar nas eleições de outubro daquele ano. A presença de estudantes e professores preocupados com a democracia brasileira alimentava os debates e as insatisfações com alguns acontecimentos que se realizavam no País. Entre tantos citados, um era destacado. Várias Universidades Públicas tinham sido invadidas por forças policiais amedrontando e reprimindo ações que alegavam propaganda política de militantes de esquerda. Apesar de vários universitários estarem com adesivos do candidato Fernando Haddad, as discussões na UECE ganhavam um ar de apreensão e luta por tempos ruins que se delineariam com a vitória de Bolsonaro. A retórica acalorada de um pastor progressista trazia esperança naqueles debates. No entanto, a apresentação de uma agenda de aprofundamento neoliberal com o futuro ministro Paulo Guedes remetia às incertezas sobre o País.

Quando fui aplicar o questionário nos cursos de Ciências Sociais e de História, o ar de contrariedade com a cassação da presidente Dilma era acentuado pelas conversas de corredor. Muitos se diziam decepcionados pela precariedade das provas do processo de *impeachment* e outros, além de marcarem no questionário como golpe de Estado, ainda acentuavam a palavra, circulando ou escrevendo. Muitos se declaravam de esquerda ou

centro-esquerda. Entretanto, em outros cursos, como Ciências Contábeis e Administração, presenciei pessoas que se posicionavam de direita ou centro-direita, mas que também defendiam como farsa o *impeachment* da presidente. Observei, nas conversas que os estudantes tinham entre eles, uma necessidade de falar sobre esse fato histórico. Na aplicação dos questionários, ficava escutando os jovens universitários que, mediante a leitura das perguntas, buscavam expor suas ideias e opiniões, às vezes, com um ar de perplexidade e euforia. Lembro de uma indignação imensa por vários alunos do curso de Letras. A sala estava cheia e as falas eram de golpe e misoginia no processo de cassação. Ao mesmo tempo, uma indiferença sobre o assunto era notada tanto nos cursos de Ciências da Computação, de Educação Física e de Medicina. Um fato interessante ocorreu no curso de Música. Entrei em sala, convidado por um aluno, e estavam presentes três estudantes e a professora do curso. A aula tinha acabado e discutiam sobre os caminhos políticos no País. Depois que responderam o questionário, ficamos conversando sobre política e o avanço da intolerância e do ódio no mundo. Estavam ávidos por informações e pediam referências de leitura sobre a cassação da presidente. Não sabiam o que representava o *impeachment*, mas ficaram dispostos a me escutar por quase uma hora.

Fiquei pensando como o discurso hegemônico da grande mídia, defendendo a cassação como um processo legal, não teve aceitação entre a maioria entrevistada. Mesmo assim, presenciava uma indignação com o Partido dos Trabalhadores e uma desilusão com a política partidária. Esse último dado ficou claro pela porcentagem de 98% não ser filiada a nenhum partido político.

A cisão que desencadeou o processo de *impeachment* ainda deixava feridas inflamadas na sociedade brasileira. Um fato isolado que aconteceu na área do curso noturno da Administração remete um pouco a essa divisão que presenciamos no Brasil. Um estudante, com vários colegas, esperava na porta da sala a chegada do professor. Ele estava com uma camisa preta com o rosto e o nome do presidenciável Bolsonaro. No momento que aplicava o questionário, ele conversava com os colegas sobre uma atitude que considerava como ousada. Ele constantemente falava em aparecer na área da História, com a camisa do presidenciável, para demonstrar a intolerância que desencadearia por, segundo ele, “aquele povo da esquerda”. Acabou não indo, pois preferiu entrar na sala com a chegada do professor. Uma outra situação inusitada foi durante a aplicação do questionário dentro do diretório acadêmico da Administração. Eram quatro jovens que conversavam sobre as perguntas ao mesmo tempo que defendiam o liberalismo econômico. O discurso remetia ao papel do

Estado na economia, reverenciado por citações de sites do MBL e do Instituto Mills. Com certeza, a diversidade de opiniões era um fato concreto dentro do *campus* universitário.

Essas declarações iniciais demonstram um pouco do ambiente no início de outubro que passava não só a UECE, mas o País. Não vejo a cassação da presidente Dilma como algo perdido no passado e sem ligação com a situação atual. Estamos ainda entendendo o que representou aquele ato político-jurídico, o qual tirou uma Presidente da República mediante um processo frágil e sem apoio de uma parte significativa da população brasileira. O que será analisado nesta pesquisa é justamente como essa recepção aconteceu entre os universitários da UECE. Analisar o nosso público amostral será essencial para compreender quem são esses universitários e como se posicionaram em relação ao *impeachment* de 2016. A Teoria da Recepção servirá de apoio teórico para amparar os dados examinados nessa pesquisa.

#### 4.1 TEORIA DA RECEPÇÃO: ASPECTOS CENTRAIS

No início do século XX, os estudos da comunicação de massa priorizavam o emissor como elemento principal em suas análises. O poder da mensagem era prerrogativa do emissor. Enxergavam o receptor como uma subjetividade passiva e manipulável pelos meios dominantes. As análises focaram na capacidade de alienação e no controle que esses meios podem exercer sobre a sociedade.

A sofisticação dos meios de comunicação, mediante o cinema, o rádio e a televisão, ampliaram a difusão da mensagem pelo emissor. O poder dominante, juntamente com o Estado, teve um instrumento de divulgação nunca visto na História. Entretanto, o propósito de manipulação e padronização foram denunciados por pesquisadores que faziam parte da Escola de Frankfurt. O conceito de indústria cultural, criado por Adorno e Horkheimer, foi importante para a compreensão dessa racionalização técnica instrumental e seus efeitos para a sociedade de consumo. A transformação de bens culturais em mercadoria, com o objetivo de controle e não de emancipação, contribuíram para analisar o poder da propaganda no pós-guerra e seu poder de massificação. A indústria cultural acaba anestesiando o povo, cegos por uma superficialidade incontestável, minando os impulsos para a formação de um sujeito ativo<sup>144</sup>. No entanto, na América Latina, pela própria diversidade e mestiçagem do continente, esses mecanismos de estudo não se mostravam

---

<sup>144</sup> Disponível em: [https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/fil\\_dialetica\\_esclarec.pdf](https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/fil_dialetica_esclarec.pdf). Acesso em: 18 mar. 2019.

eficientes. Durante a década de 1980, o debate tendeu a sair dos meios para entrar na produção de sentidos, mediante a valorização da recepção. Uma intensa troca de intenções no processo comunicacional começava a ser analisada. O indivíduo com sua vivência e sua formação cultural ganha espaço no debate. Segundo Oliveira (1999), os receptores passam a ser vistos como subjetividades negociadas, consentidas e não como dominadas.

A Teoria da Recepção, que começava a se estruturar no continente latino, não desprezava a influência da indústria cultural em seus consumidores. Todavia, não tinham convicção na total passividade das audiências. Sustentada pelo conceito de hegemonia de Gramsci (1978), a teoria registra a desenvoltura do dominador em impor suas visões de mundo, inclusive na reprodução do dominador no dominado. A hegemonia não é estática, mas ao contrário, é dinâmica e sempre está em mutação. A transformação ocorre no dominado e no dominante. Desse modo, surge o receptor como um produtor de significados, de sentidos e não um mero reproduzidor. Ao mesmo tempo que existe dominação, brota também a resistência. Com isso, o receptor pode até desprezar discursos que não se reconhecem culturalmente. Essa negociação demonstra um outro papel para o receptor na área da comunicação.

A pesquisa proposta nega justamente a afirmativa de que a mensagem transmitida pelo emissor gera naturalmente domínio sobre o receptor. O papel da grande mídia nacional, defendendo a cassação como um *impeachment* legal, destonou com a maioria das opiniões dos universitários da UECE. A comunicação é algo muito mais complexo que a imposição total da persuasão do emissor ou a total autonomia da recepção. A circularidade proveniente desse processo é que possibilita a construção da mensagem. O que importa é o que está entre os meios de comunicação e o sujeito que recebe esse conteúdo midiático. Barbero (2000) afirma que neste espaço existem crenças, sonhos, medos, costumes, ou seja, tudo o que se denomina como cultura cotidiana. Mesmo sendo histórias individuais, o modo de enxergar o mundo e os gostos não são provenientes de uma percepção individual, mas sim coletiva. Esse sujeito é originário de uma classe social, de uma localidade, de um bairro, distinto por idade, por gênero e por formação cultural. O pesquisador espanhol entende a cultura de uma maneira mais ampla e sem o velho dualismo entre cultura clássica e popular:

Afirmamos que cultura não é apenas o que a sociologia chama de cultura, que são aquelas atividades, aquelas práticas, aqueles produtos que pertencem às belas artes e às belas letras, a literatura. Há uma concepção antropológica de cultura que está ligada às suas crenças, aos valores que orientam sua vida, à maneira como é expressa sua memória, os relatos de sua vida, suas narrações e também a música, atividades como bordar, pintar, ou seja, alargamos o conceito de cultura. [...] Com

uma noção de cultura diferente, começamos a entender que, se era cultura, estava dentro da vida cotidiana (BARBERO; BARCELOS, 2000, p. 157)<sup>145</sup>.

Portanto, mesmo existindo as especificidades da individualidade, ela está impregnada pela dimensão cultural que, resumindo, é coletiva. A mídia, nessa conceituação, entra como um dos agentes desse processo de comunicação, articulando com outros atores. Essa interação existente entre emissor e receptor, Martín-Barbero denominou de mediações:

O espaço da reflexão sobre o consumo é o espaço das práticas cotidianas enquanto lugar de interiorização muda da desigualdade social, desde a relação com o próprio corpo até o uso do tempo, o hábitat e a consciência do possível para cada vida, do alcançável e do inatingível. Mas também enquanto lugar da impugnação desses limites e expressão dos desejos, subversão de códigos e movimentos da pulsão e do gozo. O consumo não é apenas reprodução de forças, mas também produção de sentidos: lugar de uma luta que não se restringe à posse dos objetos, pois passa ainda mais decisivamente pelos usos que lhes dão forma social e nos quais se inscrevem demandas e dispositivos de ação provenientes de diversas competências culturais (BARBERO, 1987, p. 290).

O mérito do conceito de mediações é justamente abordar a complexidade que ocorre no processo de comunicação. Essa relação entre receptor e emissor desenvolve-se num espaço de natureza simbólica, acoplando a mensagem e sendo concebida por diferentes variáveis. É esse espaço simbólico que será fruto das pesquisas de Martín-Barbero. O pesquisador denomina três áreas nas quais ocorrem essas mediações, sendo elas: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. A família torna-se o local do debate, do conflito, de experiências e de conhecimento. O bairro é outro ponto fundamental na construção de identidades, de se reconhecer como sujeito mediante a convivência. O acesso à escola, à igreja, à política, são espaços institucionais importantes nessa formação. Seu próprio acervo cultural e suas visões de mundo, além dos mecanismos tecnológicos que dispõe para se informar, como TV, rádio ou internet.

Martín-Barbero registra a importância de entender a recepção para realmente desfrutar não de uma Teoria da Recepção, mas sim da Comunicação. O receptor não é um ser inanimado, um elemento passivo que recebe a mensagem do emissor e somente reproduz aquilo como a ideia dominante impõe. O estudo que priorizava os meios desloca-se para um contato com a cultura, ou seja, com as mediações. Dessa forma: “Pensar os processos de comunicação neste sentido, a partir da cultura, significa deixar de pensá-los a partir das

---

<sup>145</sup> Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2010/1788>. Acesso em: 18 mar. 2019.

disciplinas e dos meios. Significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias” (BARBERO, 1987, p. 285).

Um outro pensador que fez duras críticas ao modelo linear emissor-mensagem-receptor, essência da escola funcionalista, foi Stuart Hall. Mediante um pequeno artigo denominado codificação-decodificação<sup>146</sup>, Hall propõe um novo olhar referente à comunicação. Nesse modelo, as articulações ganham mais importância que os polos do processo produtivo. Não existe a possibilidade de estudar só a produção sem levar em consideração a recepção. Receptores são também produtores, com capacidade de compreensão e de designação de sentidos, um sujeito fruto de conexões econômicas e sociais. As mensagens ganham utilidade social somente na recepção. Entretanto, defende que a codificação é pensada tendo em vista as audiências. Ideias, signos, sentidos que se transformam em discurso, iniciando o processo da comunicação. Com isso, a decodificação é feita dentro de parâmetros da codificação. Existe a produção na recepção, mas não sustentada no vazio.

Para Stuart Hall (1980), a mensagem passa a ser interpretada pela recepção mediante três categorias. A primeira seria a dominante. O receptor estaria compartilhando as decodificações segundo a ideia inicial do emissor. A ideia original seria decodificada segundo os preceitos dominantes, atendendo aos interesses da mensagem original. A outra seria a negociada. Essa é a mais comum entre as três posições de interpretação da mensagem. A negociação acontece no universo cultural do receptor que o submete à análise. A partir de sua subjetividade cultural, o receptor conseguiria negociar uma interpretação com a ideia original. Por fim, a de oposição, que mesmo entendendo a origem da mensagem, acaba tomando outras referências como elemento de verificação.

Hall parte de Marx para demonstrar que a produção determina o consumo, assim como o consumo determina a produção: “A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente seu contrário. Mas, ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos” (MARX, 1982, p. 8).

Portanto, o receptor participa ativamente dessa interpretação da realidade, não sendo a mensagem algo dado como uma realidade em si. O que difere de algumas interpretações marxistas, que “costumavam tomar como um dado da realidade o poder da mídia, ignorando assim os processos de recepção das suas mensagens” (PORTO, 2003, p. 9).

---

<sup>146</sup> Disponível em: <http://www.felsemiotica.org/site/wp-content/uploads/2014/10/Hall-Stuart-Codificar-y-decodificar.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

A negociação e a oposição se fizeram mais presentes na pesquisa. Nas análises dos questionários verificou-se que muitos dos universitários não apoiavam o *impeachment* como um processo legítimo. E muitos que se identificavam com um viés ideológico de direita alegavam que o processo era um golpe ou era para punir o governo petista. Nesse ponto, é importante analisar como essa nova geração está se informando e como o protagonismo da internet está se consolidando. Mesmo tendo consciência que a internet ainda não tem o poder dos grandes veículos de comunicação, a eleição de 2018 deixou claro que esses novos mecanismos de comunicação merecem um olhar mais apurado dos estudiosos do País. A pesquisa constatou que essa nova geração se informou mais pelos novos meios digitais dos que os tradicionais, como TV, jornal impresso e rádio. O resultado observado demonstra algumas mudanças importantes no ato de consumir notícias dos universitários pesquisados. Vários estudantes se informaram a partir de diferentes meios, abrindo a possibilidade de descobrir as discrepâncias entre as notícias publicadas sobre o tema em foco. Podendo, em vários casos, ser a confirmação das próprias ideias em nichos digitais.

No caso do *impeachment*, os grandes veículos de comunicação acabaram achando um determinado setor da sociedade que se identificava com o discurso da corrupção petista. Apesar de ter sido uma aposta muito alta, ela cumpriu uma função partidária em detrimento de um discurso que se alegava como imparcial. Os oligopólios midiáticos no País desprezaram a diversidade da recepção e legitimaram a derrubada do governo de Dilma.

O receptor é um ser de cultura, proveniente de um ambiente familiar, de uma localidade, de uma classe social, como foi dito. Não podemos desprezar o que o receptor faz com a mensagem proveniente do emissor e nem como ela é transformada e até negada nessa circularidade que acontece entre o processo. Com isso, ressalta-se a importância de o pesquisador propor as mediações como entendimento dessa formação na comunicação. É estudando a mediação entre emissor e receptor que será possível trazer o resultado dessa recepção da mensagem: “Isto é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor” (BARBERO, 1987, p. 287).

## 4.2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em todos os cursos dos *campi* do Itaperi e de Fátima, da Universidade Estadual do Ceará, localizado na cidade de Fortaleza. Com o auxílio de um

questionário, buscou-se compreender como essa recepção do *impeachment* acabou sendo absorvida pelos discentes. O estudo quantitativo se estruturou em doze perguntas que tratavam de alguns dados referentes aos alunos, como: idade, renda, curso, meios de consumo de informações, percepções sobre o processo de cassação etc. A aplicação do questionário era feita de forma preferencial, nas salas de aulas, tanto pela quantidade de estudantes como pela certeza do curso escrito na primeira pergunta. Esse ponto foi pensado no início da aplicação da pesquisa. Estava no corredor com um grupo de estudantes de Medicina que conversavam no final da aula. Todos os questionários respondidos estavam marcados na primeira pergunta como Medicina, exceto um. Um estudante com um jaleco branco na mão e um livro referente ao sistema respiratório se declarava como estudante de História. Denominou-se de extrema-esquerda e classificou a cassação de Dilma como golpe. Na dúvida, esse questionário foi descartado. O acesso aos estudantes era outro ponto trabalhado na pesquisa. Buscando não interferir ou direcionar o processo de marcação do questionário, somente dialogava sobre política ao final, quando os devidos documentos já estavam preenchidos. Visitei também diretórios acadêmicos e rodas de estudantes que saíam das determinadas aulas. O tempo das respostas se limitava ao próprio entrevistado. Em alguns casos as conversas rendiam depois de concluir a pesquisa. Em outros, a pressa era elemento importante nesse mundo sem tempo. Fui sempre muito bem-recebido, principalmente quando o tema era mencionado. Notava uma grande necessidade de muitos jovens verem sua indignação representada de alguma forma nesta dissertação. Vários questionários tiveram escrita, com letras garrafais, a palavra golpe. Circulavam a palavra e conversavam inconformados com esse ato político-jurídico. Escreviam textos me explicando a cassação da presidente. Portanto, a execução desse questionário teve como um ponto comum a interação e os discursos contrários à cassação da Presidente Dilma Rousseff. O questionário segue em anexo.

O uso da estatística determinou uma quantidade desejável de universitários para a realização do projeto. A obtenção da população amostral para análise foi desenvolvida da seguinte maneira:

- Plano amostral
- População

A população foi constituída por todos os 9.809 alunos matriculados na UECE – Fortaleza, *campi* Itaperi e Fátima em 2018.1, conforme informação da PROGRAD/DRH.

## - Amostra

O tamanho da amostra foi calculado pelo professor Dr. Paulo César Almeida da UECE, empregando-se a fórmula para *surveys* de populações infinitas ( $N = 9.809$ ), quando foi fixado o nível de significância de 5%, a proporção  $P = 50\%$  e o erro amostral relativo de 8,2% (erro absoluto de 4,1%). Esses valores empregados na fórmula a seguir proporcionaram o tamanho da amostra de 570 alunos. Fórmula:  $n = z^2_{5\%} \times P \times Q / e^2$ . A amostra foi estratificada conforme a tabela a seguir.

**Tabela 1 – Amostra Estratificada**

Curso	População	Entrevistados
Geografia	601	33
Ciências da Computação	301	16
Matemática	442	24
Física	358	19
Química	464	24
Medicina Veterinária	347	18
Enfermagem	329	20
Medicina	237	12
Nutrição	280	24
Ciências Biológicas	222	13
Educação Física	393	26
Música	239	14
Letras	1190	62
Filosofia	679	43
Ciências Sociais	299	20
Psicologia	217	12
Adm. de Empresas	806	46
Ciências Contábeis	421	22
Serviço Social	748	44
Pedagogia	810	45
História	426	33
Total	9809	570

Fonte: Autor da pesquisa. Arantes, W. T. R.

Gráfico 1 – Número de entrevistados por curso



Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W.T.R.

#### 4.3 DISCUSSÃO DOS DADOS

Gráfico 2 – Faixa etária dos entrevistados



Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W.T.R.

O gráfico 2 retrata a faixa etária dos estudantes universitários da UECE. Podemos constatar que o público em análise é uma população universitária majoritariamente jovem. De 15 a 19 anos temos a porcentagem de 27%, entre 20 a 24 anos a de 56% e de 25 a 29 anos a de 9%. No mais, temos 3% entre 30 a 34 anos e nas faixas etárias restantes, ou seja, de 35 a 39 anos, 40 a 44 anos, 45 a 49 anos e 50 a 54 anos, registrou-se 1% em cada. O percentual de estudantes de 15 a 29 anos, faixa etária classificada como jovem pelo Estatuto da Juventude, na Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, foi de 92%. Representa uma parcela significativa na Universidade, mas quando é analisado o estado ou o país, verifica-se que o

acesso dos jovens ao ensino superior ainda é pequeno. Mesmo com algumas políticas, como o sistema de Cotas e o avanço da qualidade nas escolas públicas no Ceará, o ensino superior ainda não chega à maioria das pessoas. No estado, a porcentagem de estudantes que concluem o ensino superior com idade de 25 a 29 anos é de apenas 13,5%, apesar do crescimento de 53% entre 2012 e 2018<sup>147</sup>.

No Brasil, a juventude representa 25% da população total, sendo uma grande parte moradores de áreas periféricas. O acesso à educação e a cultura são elementos essenciais para que esse segmento supere os desafios que são impostos pelas condições sociais. A porcentagem de jovens nas Universidades no Brasil chega a 19% entre estudantes de 18 e 24 anos<sup>148</sup>. O Estado tem um papel importante de legislar sobre ações que possibilitem proteção, educação e inserção desses jovens no mercado de trabalho. O Plano Nacional da Juventude de 2005 e o Estatuto da Juventude criado em 2013 buscam determinar uma legislação específica para o assunto. No entanto, muitas dessas políticas públicas ainda precisam ser ampliadas ou mesmo efetivadas. O agravamento da desigualdade social e da violência das grandes cidades atingem, principalmente, essa faixa etária. Questões sociais, raciais e de disputas territoriais pelo crime organizado aumentam a vulnerabilidade desses jovens. Isso demonstra a necessidade de ampliação de políticas públicas que aumentem a inclusão social. As Universidades, no caso a UECE, possibilitam a juventude cearense construir novos horizontes. Como 92% da população universitária da UECE são jovens e a maioria de baixa renda (50% de 1 a 3 salários-mínimos e 15% até 1 salário-mínimo), o ensino público desempenha papel fundamental para a formação de cidadãos e profissionais para o mercado de trabalho. No Ceará, um problema sério para o Estado é a mortalidade juvenil. Brigas entre facções criminosas e confrontos com as forças de segurança dizimam parte dessa população nos bairros carentes. Segundo o estudo do IBGE de 2018, o Ceará registrou o maior crescimento de mortes violentas de homens entre 15 a 24 anos nos últimos dez anos. O aumento de 144,1% foi referente aos anos de 2007 a 2017, mesmo acrescentado outros fatores como, por exemplo, acidentes de trânsito, parte significativa das mortes são ocasionadas por homicídio. Os maiores índices de violência estão praticamente em vinte

---

<sup>147</sup> Disponível em:

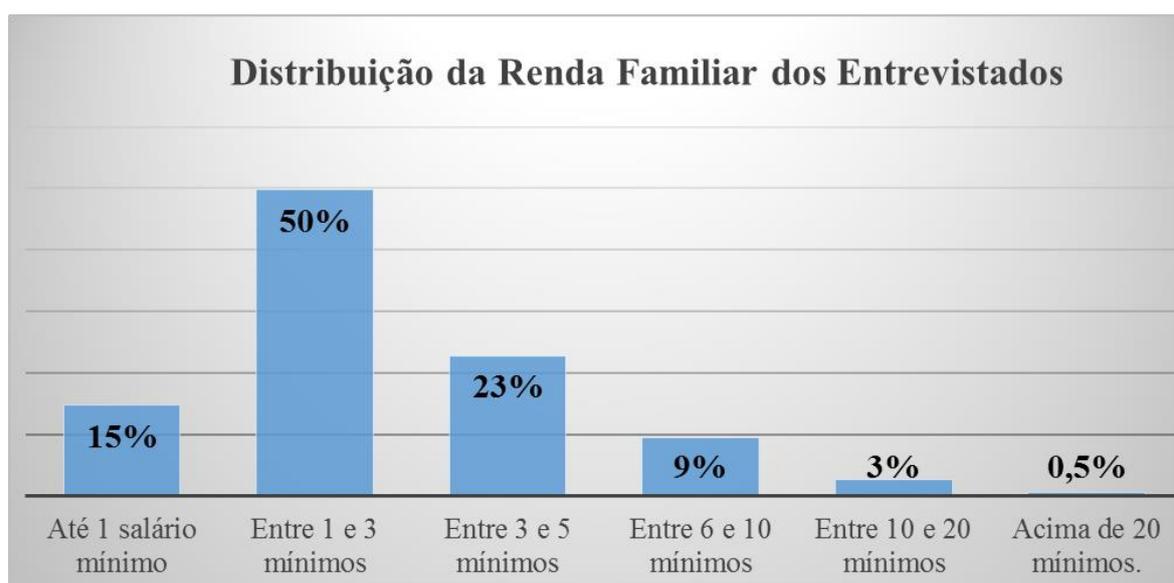
[https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2019/02/Boletim\\_Trimestral\\_N03\\_2018.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2019/02/Boletim_Trimestral_N03_2018.pdf). Acesso em: 15 jun. 2019.

<sup>148</sup> Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9062/1/Juventude%20e%20ensino.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

bairros da capital, sendo o Jangurussu e o Bom Jardim os primeiros dessa lista macabra<sup>149</sup>. No entanto, o ano de 2019 demonstra uma diminuição impressionante nos números de homicídios no estado. O governo alega o resultado como fruto de políticas de segurança pública, como a reestruturação do sistema prisional<sup>150</sup>. Entretanto, muitos estudiosos da violência do Ceará, defendem, na verdade, uma nova conciliação entre as diferentes facções criminosas no Estado<sup>151</sup>.

Outro problema é a falta de perspectivas de estudo ou trabalho para os jovens cearenses. Cerca de 27,7% entre 15 e 29 anos nem estudam ou trabalham no Ceará. Sendo um dos maiores registros do Brasil<sup>152</sup>. Portanto, essa é uma faixa etária que merece cuidados e um olhar especial do governo. Medidas importantes estão sendo tomadas no Estado na tentativa de melhorar o ensino público, como o aumento de escolas em tempo integral e um plano de carreira para o magistério, mas os desafios ainda são enormes.

**Gráfico 3 – Distribuição da renda familiar dos entrevistados**



Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

<sup>149</sup> Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/bom-jardim-e-jangurussu-lideram-o-ranking-dos-homicidios-de-adolescentes-na-capital-1.1942312>. Acesso em: 15 jun. 2019.

<sup>150</sup> Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/03/11/ceara-registra-em-fevereiro-maior-queda-em-mortes-violentas-em-dez-anos/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

<sup>151</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/06/02/record-de-homicidios-e-onda-de-ataques-levaram-ceara-a-ampliar-controle-em-presidios-e-integrar-forcas-de-seguranca.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2019.

<sup>152</sup> Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/02/Boletim\\_Trimestral\\_N03\\_2018.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/02/Boletim_Trimestral_N03_2018.pdf). Acesso em: 15 jun. 2019.

No gráfico 3, o dado examinado foi a renda dos estudantes. O Ceará é considerado um estado com renda baixa, esse índice refletiu na pesquisa. O índice em 2017 registrou a renda domiciliar per capita no Estado, segundo o IBGE, no valor de R\$ 855,00. No caso de Fortaleza, a média salarial dos trabalhadores é em torno de 2,7 salários<sup>153</sup>. O gráfico registra o maior grupo de estudantes justamente entre 1 e 3 salários-mínimos de renda. Outro ponto é em relação aos que ganham até um salário-mínimo. O patamar de 15% demonstra uma situação econômica difícil para esses jovens se manterem na universidade. Por isso, a importância de bolsas e estágios que são concedidos pela UECE para alguns estudantes carentes, sem contemplar, no entanto, a maioria.

Os dados revelam que 65% dos estudantes sobrevivem em cenários de pobreza (50% de 1 a 3 salários-mínimos – classe social D) e extrema pobreza (15% até 1 salário-mínimo – classe social E). Entre 3 e 5 salários-mínimos, classe social C, são 23%. Somente 12,5% ganham acima de 5 salários-mínimos (classes sociais A e B).

Entretanto, um fato curioso diz respeito aos estabelecimentos de ensino onde esses jovens estudaram antes de ingressarem no ensino superior. Analisando o gráfico 4 a seguir, nota-se uma predominância de instituições privadas em relação ao estabelecimento público, com uma diferença de 10%.

**Gráfico 4 – Tipo de estabelecimento em que concluiu o Ensino Médio**



Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

<sup>153</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>. Acesso em: 20 mai. 2019.

Na amostra, observou-se que 53% dos estudantes concluíram o ensino médio em escola particular. Outros 43% em escola pública. Tendo 2% confirmado a conclusão do ensino médio, majoritariamente, em escola pública. Outros 2% concluíram o ensino médio, a maior parte da formação, em escola particular. Observa-se que essa predominância de escolas particulares é contraditória pelas condições sociais dos discentes. Muitos estudantes de renda de até 1 salário ou de 1 a 3 salários marcaram a conclusão do ensino médio no ensino privado. Algumas justificativas estavam relacionadas ao benefício de bolsas de estudos. Outra, talvez, seriam as famílias se sacrificando financeiramente para matricular seus filhos na rede privada. Uma inflexão para esse fato seria talvez o ensino privado ser considerado, por muitas pessoas, superior pela qualidade, em comparação à escola pública. Um dado observado em Fortaleza foi a existência de colégios particulares com mensalidades mais modestas em contraponto às escolas de prestígio da cidade. Essas instituições se adaptaram às condições locais em bairros periféricos e até carentes, mediante a exploração da hora-aula do professor, que é baixíssima. Inclusive, sendo visto essa prática até em instituições educacionais mais elitistas. Sem um sindicato atuante dos professores da rede privada, os docentes ficam à mercê da própria sorte e dos donos de colégio. Apesar dessa diferença de 10% em referência aos estudantes ingressos na UECE da rede privada, são as escolas estaduais do Ceará que absorvem a maior parte dos discentes do ensino médio<sup>154</sup>. Com o agravamento da crise econômica, atualmente existe uma forte transferência de alunos das escolas particulares para a pública. Podendo ainda colaborar com esse fato o aumento da qualidade do ensino no Estado. Entre as 100 melhores escolas públicas do País, 77 estão no Ceará<sup>155</sup>.

O bairro também foi perguntado na pesquisa. Dimensionado o tamanho da capital cearense, o estudo priorizou agrupar essas localidades em regionais. Fortaleza tem 119 bairros e foi dividida em sete subprefeituras denominada por Secretarias Executivas Regionais (as SERs). São referenciadas como: SER I, SER II, SER III, SER IV, SER V, SER VI e a Regional do Centro. Os devidos bairros são agrupados nas regionais conforme número

---

<sup>154</sup> Disponível em:

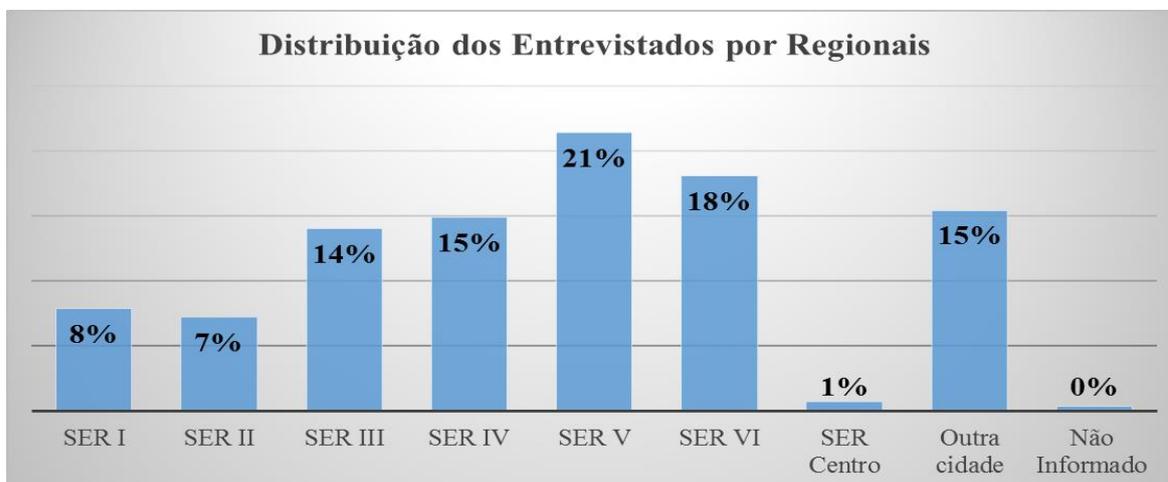
[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf). Acesso em: 15 jun. 2019.

<sup>155</sup> Disponível em:

<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/09/09/noticiasjornalcotidiano,3657675/77-das-100-melhores-escolas-do-pais-estao-no-ceara-mostra-ideb.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2019.

de habitantes e renda média, segundo o Plano Municipal de Saúde de 2017 realizado pela prefeitura<sup>156</sup>. Esses dados seguem em anexo.

**Gráfico 5 – Distribuição dos Entrevistados por Regionais**



Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

Os estudantes da UECE são provenientes de todas as regiões de Fortaleza. Sendo a regional V representada por 21%, a regional VI com 18%, a regional IV com 15% e a regional III com 14%. Essas quatro regionais simbolizam 68% dos estudantes da universidade. A regional II com 7%, a regional I com 8% e o Centro com 1% refletem as menores populações. Sendo que 15% declararam morar em outras cidades, sendo Caucaia, Eusébio e Maracanaú as mais citadas.

Segundo o IPCE, dos dez bairros mais pobres de Fortaleza, ou seja, Conjunto Palmeiras, Parque Presidente Vargas, Canindezinho, Siqueira, Genibaú, Granja Portugal, Pirambu, Granja Lisboa, Autran Nunes e Bom Jardim, seis estão na Regional V<sup>157</sup>. Justamente a que representa 21% dos estudantes da UECE. Essa regional tem uma população de 541.511 habitantes com renda média de R\$ 471,70. Na regional VI, o IPCE analisou um pequeno núcleo de bairros com renda pessoal de até dois salários-mínimos, apesar de que, pela diversidade socioeconômico da Regional VI, a renda média foi de apenas R\$ 715,40. Essa Regional representa 18% dos discentes da UECE e 22% da população de Fortaleza. Inclusive, junto com a Regional V, as duas são as maiores da capital, somando 37 bairros e uma população de 1.082.671 habitantes. Com esse tamanho geográfico e populacional,

<sup>156</sup> Disponível em: [https://saude.fortaleza.ce.gov.br/images/planodesaude/20182021/\\_Plano-Municipal-de-Saude-de-Fortaleza-2018-2021\\_.pdf](https://saude.fortaleza.ce.gov.br/images/planodesaude/20182021/_Plano-Municipal-de-Saude-de-Fortaleza-2018-2021_.pdf). Acesso em: 15 jun. 2019.

<sup>157</sup> Disponível em: <https://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/fortaleza/renda-dos-10-bairros-mais-ricos-de-fortaleza-e-igual-a-dos-44-bairros-mais-pobres/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

diferentes realidades se fazem presentes nessas localidades. A Regional com menor porcentagem de alunos foi a do Centro (1%). O Centro é a Regional com a segunda melhor renda média R\$ 1.062,93, perdendo só para a Regional II, outra regional com baixo índice de alunos (7%). Interessante notar que entre os dez bairros mais ricos da cidade, nove encontram-se na Regional II. Sendo que o único bairro que não está nessa Regional é o bairro de Fátima, situado na Regional IV. Com uma população de 363.406 e com renda média de R\$ 1.850,10, a Regional II se destaca pelos maiores rendimentos em comparação com outras regionais. Impulsionada, principalmente, por bairros como Meireles, Aldeota, Parque do Cocó e Mucuripe<sup>158</sup>, esse dado reflete a atuação da Universidade Estadual na inserção de populações de áreas mais vulneráveis ao ensino superior.

**Gráfico 6 – Números de meios de comunicação utilizados pelos entrevistados para se informar sobre a cassação da presidente Dilma**



Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

Entrando especificamente sobre a cassação da presidente, podemos averiguar que os universitários estavam atentos ao assunto. Cerca de 88% dos entrevistados acompanharam o andamento do processo de deposição de Dilma Rousseff e utilizaram diferentes meios para se informar sobre os acontecimentos políticos. Os 12% restantes não acompanharam o processo de cassação. Dois gráficos serão analisados nessa questão. O gráfico 6 registra a quantidade de meios de comunicação que foram acionados para terem referências sobre o *impeachment*. As opções eram: Internet (*blogs, sites* etc.), Redes Sociais (*Facebook, WhatsApp* etc.), Televisão, Jornais impressos ou digitais, Revistas impressas ou digitais e

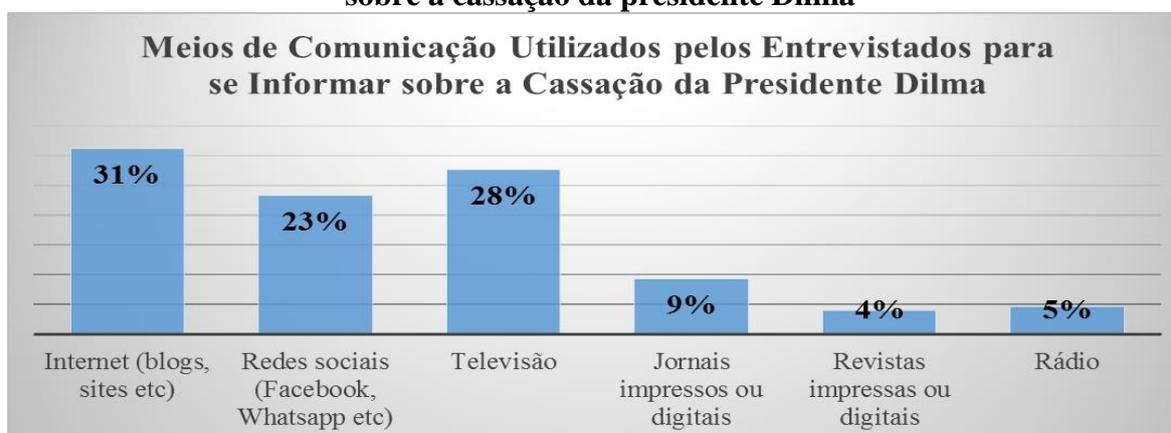
<sup>158</sup> Disponível em:

[https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2012/12/Ipece\\_Informe\\_43\\_05\\_novembro\\_2012.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2012/12/Ipece_Informe_43_05_novembro_2012.pdf). Acesso em: 15 jun. 2019.

Rádio. O gráfico 7, em sequência, especificará os meios de comunicação utilizados pelos discentes.

Nesse sentido, o gráfico 6 demonstra a busca por várias fontes de conhecimento, sem dependerem de um único veículo de comunicação. A maioria dos entrevistados se posicionou adepta de mais fontes para se informar sobre o *impeachment*. Sendo que 16% utilizaram dois meios, 20% optaram por três meios, 7% por quatro meios, 4% por cinco meios e 2% por seis meios. Somando 49% aqueles que usaram mais de um meio de informação. Enquanto 40% se posicionaram somente por um único meio de comunicação. Esses dados demonstram como o consumo de informações está mudando no País. O público jovem universitário, representado por 92%, acessa diferentes veículos de comunicação. O protagonismo da TV está cada dia menor<sup>159</sup>. A internet possibilita ampliar o número de pesquisas e de fontes, além de possibilitar contradições com as mídias tradicionais. No entanto, sabe-se que mesmo acessando várias fontes de informação, não necessariamente esses indivíduos estão buscando fontes alternativas fora de seu meio ideológico. Um dado que deve ser visto com atenção é em relação aos 40% que registraram somente um meio para se informar sobre o *impeachment*. Nesse quesito, a credibilidade dada a uma única fonte pode estar reafirmando crenças e visões compartilhadas em nichos digitais<sup>160</sup>. Com isso, o poder das redes sociais ganha relevância na distribuição de notícias tendenciosas e até *fake news*. No caso, sendo a TV o único meio consultado, o receptor ficou restrito às interpretações favoráveis ao *impeachment*.

**Gráfico 7 – Meios de comunicação utilizados pelos entrevistados para se informar sobre a cassação da presidente Dilma**



Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

<sup>159</sup> Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-20-anos-na-internet/a-geracao-conectada/televisao-perde-espaco-para-as-redes-sociais-entre-jovens.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2019.

<sup>160</sup> Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/gps-ideologico/as-bolhas-na-rede-social/bolha-politica-da-direita-no-twitter-e-mais-fechada-que-a-da-esquerda.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Nota-se que apesar de a televisão ainda ser considerada o meio mais utilizado no País para se informar<sup>161</sup>, as novas possibilidades de comunicação começam a ocupar espaço nessa nova geração. Os 31% declararam a internet (blogs e sites) como uma nova ferramenta para se inteirar sobre o *impeachment*. A televisão foi mencionada por 28% dos entrevistados. No mais, é relevante mencionar o papel das redes sociais nesse processo, 23% as usaram como fonte de informação. Podendo ainda acrescentar que 9% acessaram jornais (impressos ou digitais), 4% revistas (impressas ou digitais) e 5% demonstraram o papel do rádio como fonte de acesso à informação (aparelho específico ou aplicativo). Se somarmos o uso das novas tecnologias digitais, esse percentual alcança 54%, aumentando um pouco mais, se ponderar que 12% marcaram jornais e revistas que podem ter sido acessados via internet, além do rádio por aplicativo. Com essa ferramenta digital, o mundo acabou presenciando novas formas de interação com outras pessoas e notícias. O maior acesso aos recursos digitais demonstra que a TV está a cada dia perdendo espaço para essa juventude, sem desprezar os 28% que são relevantes. O que impressiona são as baixas porcentagens do acesso de jornais, revistas e rádio nesta pesquisa. O papel da internet e das redes sociais estão obrigando as mídias tradicionais a se adaptarem a essa nova realidade ou a desaparecerem no tempo. A revolução tecnológica que vivemos está mudando totalmente a interação entre o homem, a produção e o consumo da notícia.

**Gráfico 8 – Campo político ideológico dos entrevistados**



Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

Um aspecto extremamente importante na cassação de Dilma foi o conflito ideológico, exposto no gráfico 8. O PT, juntamente com as esquerdas, foi muito atacado pelos que apoiavam a queda da presidente. Vários grupos de rua, associados com alguns meios de

<sup>161</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/tv-e-o-meio-preferido-por-63-dos-brasileiros-para-se-informar-e-internet-por-26-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 18 mar. 2018.

comunicação, chegaram ao ponto de ressuscitar a retórica comunista dos períodos de Guerra Fria e a demonizar o Partido dos Trabalhadores e seus militantes. Mesmo o partido tomando uma posição social-democrata, conciliando com o capital financeiro. No entanto, verificou-se na UECE uma percepção majoritária a favor de um posicionamento mais à esquerda e centro-esquerda.

Os entrevistados que se assumiram de esquerda foram 31,2% e de centro-esquerda 21,2%. A direita foi representada com 8,9% e a centro-direita com 8,1%. Um dado relevante é o desgosto de 13,3% com a política e de 14,4% não saberem se posicionar no campo ideológico. Outro posicionamento foi o de 1,9% à extrema-esquerda e de 0,2% como extrema-direita. Mesmo não tendo a opção anarquismo ou monarquia no questionário, elas foram citadas por 0,5% e 0,2%, respectivamente, apesar de a pergunta referente ao campo ideológico dos estudantes ter gerado dúvidas e questionamentos sobre os conceitos.

A divisão que se presenciou no Brasil durante o *impeachment* ficou externada nos posicionamentos que muitas pessoas afirmavam nos seus discursos. O ódio à esquerda e a tudo o que ela representava ficou marcante tanto na internet como nas manifestações de rua. Mesmo sem entender o conceito, muitos o associavam aos radicalismos das revoluções socialistas do século XX. Até dentro do meio acadêmico definir-se de direita ou de esquerda gerou mais perguntas do que certezas. Mesmo sendo um termo que remete aos primórdios da Revolução Francesa, numa disputa entre girondinos e jacobinos, atualmente esses conceitos são indagados por não responderem aos problemas atuais. No entanto, num mundo financeiro que se constrói pela desigualdade social e pela grande concentração de renda, a explosão da pobreza é um problema político. A esquerda liberal, geralmente, assume a defesa dessas pautas voltadas para as questões sociais, além de um compromisso com a conciliação de classes. A direita liberal prioriza a política econômica. Todavia, as duas vertentes continuam pensando nos marcos do capitalismo. Bobbio (1994) divide a direita entre liberal (tecnocrática e elitista) e uma fascistoide (populista e plebiscitária). Sendo as duas direitas favoráveis a desmantelar acordos construídos no século XX entre capital e trabalho, com o objetivo de totalizar os poderes empresariais. O que difere as duas são os meios para se chegar a esse ponto. A direita liberal aceita o jogo democrático mediante “a união da grande indústria e dos *grands commis* do declinante capital público” (BOBBIO, 1994, p. 20). Já a direita fascistoide aceita a ruptura institucional. Porém, um fato curioso é que o antiestablishment é defendida pelos dois extremos do campo ideológico, tanto pela extrema-direita como pela extrema-esquerda. Apesar de muitos jovens não entenderem bem os termos conceituais, não os fazem negar a realidade que se construiu em torno da cassação de Dilma Rousseff.

Entende-se como esquerda e direita, ideia exposta por Bobbio (1994), a concepção que os dois conceitos fazem da relação entre igualdade e desigualdade:

Creio que a questão está mal posta. A diferença entre direita e esquerda não se manifesta sob a forma de tensão entre uma igualdade de direita e uma igualdade de esquerda, mas com base no diverso modo que é concebida, respectivamente pela direita e pela esquerda, a relação entre igualdade e desigualdade. Partindo do pressuposto, como eu fiz, de que a pessoa de esquerda é aquela que considera mais o que os homens têm em comum do que os divide, e de que a pessoa de direita, ao contrário, dá maior relevância política ao que diferencia um homem do outro do que ao que os une, a diferença entre direita e esquerda revela-se no fato que, para a pessoa de esquerda, a igualdade é a regra e a desigualdade, a exceção. Disso se segue que, para essa pessoa, qualquer forma de desigualdade precisa ser de algum modo justificada, ao passo que, para o indivíduo de direita, vale exatamente o contrário, ou seja, que a desigualdade é regra e que, se alguma relação de igualdade deve ser acolhida, ela precisa ser devidamente justificada. Dando o costumeiro exemplo do comportamento diante dos que são diferentes, sejam eles as mulheres com respeito aos homens, os extracomunitários com respeito aos cidadãos europeus, não se pretende dizer que a esquerda inclui todos e a direita exclui todos, mas sim que a regra da esquerda é a inclusão, salvo exceções, e a regra da direita é a exclusão, salvo exceções. Também é verdade que, diante das três questões tradicionais – igualdade entre quem, igualdade em relação a que, igualdade com base em qual critério – a esquerda, com respeito à primeira, tende a dar uma resposta mais extensiva (senão “todos” contra “poucos”, os “mais” contra os “menos”); com respeito à segunda, dá preferência aos direitos humanos fundamentais contra os bens de consumo e patrimoniais; com respeito à terceira, tende-se a considerar como mais de acordo com a esquerda os critérios de necessidade e trabalho, e mais de acordo com a direita os critérios do mérito e da posição social (BOBBIO, 1994, p. 24).

A forte presença de estudantes se definirem de esquerda ou centro-esquerda na UECE talvez se deva às questões socioeconômicas desses jovens e de uma realidade extremamente desigual na capital cearense. Como foi retratado, a maioria está presente nas classes C, D e E. Sendo que o ensino superior no Brasil, até pouco tempo atrás, era frequentado majoritariamente pelas classes A e B. Esse fato pode reforçar o desprezo de alguns segmentos elitistas, principalmente fundos de investimento da educação, pela existência das universidades públicas. Recentemente esses espaços acadêmicos abriram suas portas para pessoas de menor renda, alimentando retóricas condenatórias ao ensino público superior. Primeiramente, alegavam a queda do rendimento universitário por causa dos alunos cotistas<sup>162</sup>. Depois, acusações de ser um local de doutrinação de alunos por professores de esquerda<sup>163</sup>. No dia 26 de maio de 2019, cartazes foram vistos na Praça Portugal em Fortaleza, pedindo o fim das universidades públicas. Inclusive, muitos pesquisadores da UFC

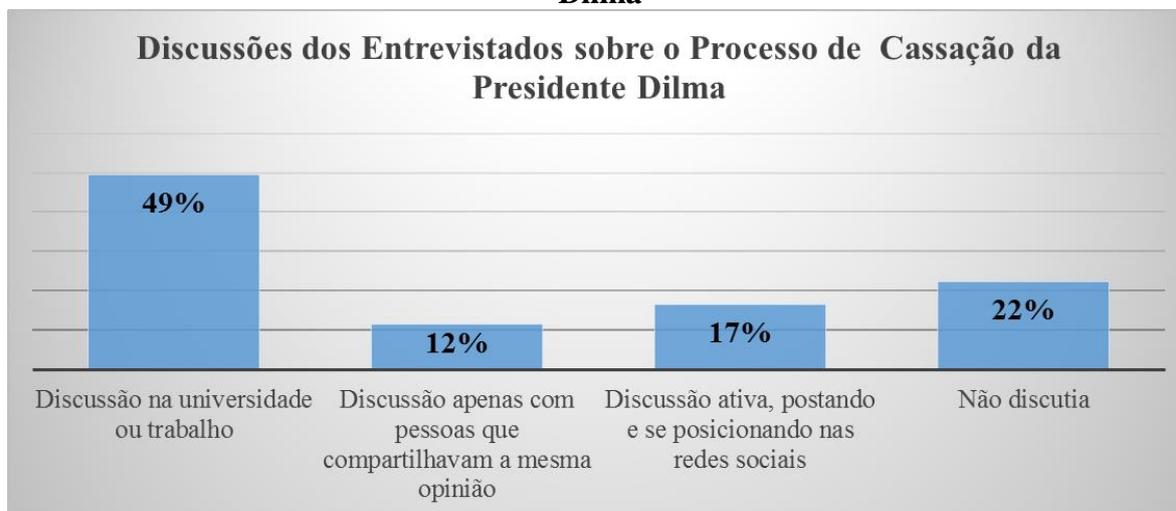
<sup>162</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. Acesso em 15 jun. 2019.

<sup>163</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/13/professores-e-alunos-enfrentam-ameaca-da-universidade-sem-partido/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

foram hostilizados nessa manifestação e no microfone do carro de som pediam para não responderem a pesquisa que estava sendo realizada. Alguns foram chamados de doutrinados pelos manifestantes<sup>164</sup>. O presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, definiu os estudantes universitários de “idiotas úteis” ou “doutrinados”. Essa declaração foi referente às manifestações contra os cortes na Educação do dia 15 de maio de 2019<sup>165</sup>.

Mesmo os discentes se definirem de direita ou esquerda, isso não significa que sejam partidários, pois uma maioria absoluta não é filiada a nenhum partido político. Esse foi um dado no qual refletiu o descrédito da democracia liberal pelos discentes. Somente 2% dos entrevistados se posicionaram como filiados a algum partido político. Sendo nove pessoas ligadas ao PT, três ao PSOL e uma ao PV, tendo 98% nenhum vínculo partidário. Acrescentando ainda que 27,7% não sabiam ou não se definiram em nenhum campo ideológico. Portanto, definir a universidade como representante de um projeto político partidário é uma falácia que na verdade atende a outros interesses políticos e econômicos.

**Gráfico 9 – Discussões dos entrevistados sobre o processo de cassação da presidente Dilma**



Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

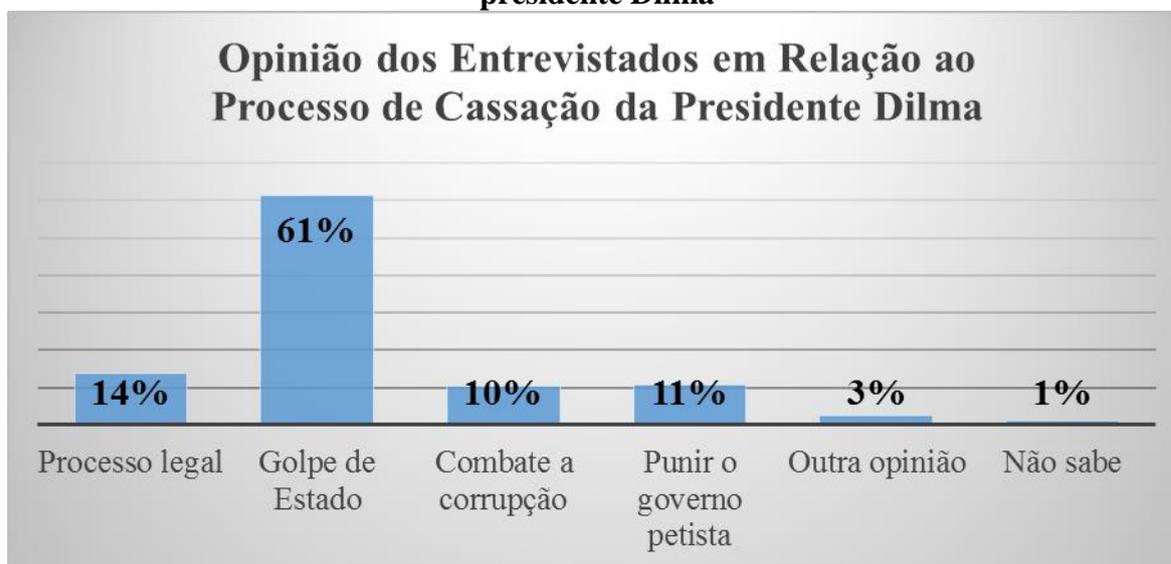
O gráfico 9 relaciona a interação desses discentes com outras pessoas sobre o processo do *impeachment*. Como presenciamos muitos momentos de intolerância política no País, a discussão sobre a cassação de Dilma foi acompanhada de períodos tensos na sociedade brasileira. Deste modo, observou-se que as discussões políticas fizeram parte do espaço

<sup>164</sup> Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2019/05/26/pesquisadores-sao-hostilizados-na-manifestacao-pro-bolsonaro-em-fortaleza.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

<sup>165</sup> Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2019/05/15/bolsonaro-chama-alunos-de--idiotas-uteis.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

acadêmico e dos locais de trabalho. Para 49% dos entrevistados, o seu posicionamento sobre o *impeachment* deveria ser debatido nesses círculos de interação. Interessante registrar que esse tipo de assunto no ambiente de trabalho poderia causar problemas, pois os ânimos para a destituição da presidente estavam acirrados. Ainda mais com uma porcentagem significativa de estudantes (61%) denunciando um golpe de Estado no País. Outro dado é a apatia de 22% sobre o assunto e de 12% que se posicionavam somente com aqueles que compartilhavam sua opinião. O não interesse pelo *impeachment* da presidente Dilma demonstrou uma parte da juventude universitária alheia ao mundo político. Somando ainda aqueles que não saem de seu nicho de discussão, pode definir que 34% não se interessam pelo debate político. Talvez uma parcela suscetível a discursos salvacionistas, pela descrença na democracia partidária. Por fim, 17% demonstraram a importância das redes sociais como um local de debate e de posicionamento político<sup>166</sup>. Esse dado é relevante pela importância e o crescimento que as redes sociais tiveram nesse contexto e nas cenas políticas pós-*impeachment* no País. O gráfico demonstra que mesmo vivendo num mundo de protagonismo das redes sociais, os espaços de convivência, como o trabalho e a universidade ainda são espaços importantes para se fazer política.

**Gráfico 10 – Opinião dos entrevistados em relação ao processo de cassação da presidente Dilma**

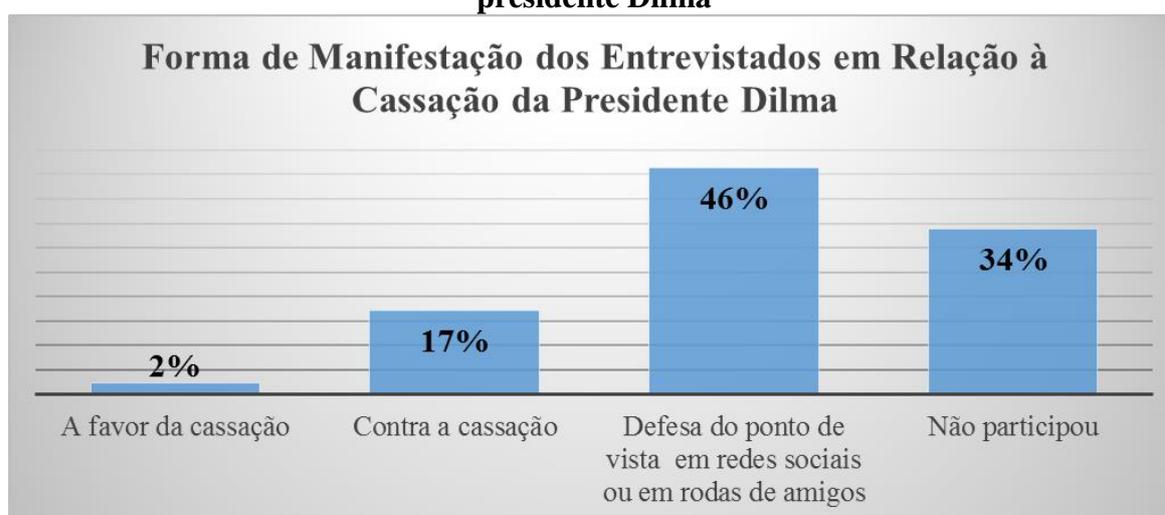


Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

<sup>166</sup> Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/as-midias-sociais-e-o-impeachment/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

O gráfico 10 revelou a opinião dos entrevistados em relação ao processo de cassação da presidente Dilma Rousseff. Uma parte majoritária (61%) manifestou como golpe de Estado e apenas 14% como um processo legal. Um fator de punição ao governo do PT foi a preferência de 11%, e como exemplo ao combate à corrupção foram 10%. Outra opinião 3%, e que não sabiam 1%. Essa análise da recepção do *impeachment* demonstrou total descompasso com a mídia tradicional, que defendeu a legalidade do processo. Uma justificativa para o *impeachment* que ganhou projeção foi o fenômeno da corrupção. Várias manifestações no País colocavam a Operação Lava Jato no centro das atenções. A prisão de políticos e empresários era algo raro no Brasil. Com a visibilidade da imprensa, a Operação ganhava projeção nacional, juntamente com a figura do juiz Sérgio Moro. No entanto, essa justificativa na UECE foi baixa (10%), demonstrando que a recepção acabou não aceitando a categoria dominante. O ato de punir o governo petista (11%) acabou sendo outro discurso disseminado para justificar o “conjunto da obra”, que se referia à crise econômica, à falta de apoio do governo no Congresso, à corrupção na Petrobras e à desarticulação política da presidente Dilma. No entanto, a existência de um golpe perpetrado no País acabou ganhando força no meio acadêmico. Sendo que essa perspectiva não ficou restrita apenas ao campo da esquerda. Vários estudantes que se declaravam de direita ou centro-direita também defenderam o ato como ilegal (10% e 27%, respectivamente), demonstrando que a cassação da presidente Dilma não estava só relacionada a motivações ideológicas.

**Gráfico 11 – Forma de manifestação dos entrevistados em relação à cassação da presidente Dilma**



Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

As manifestações de rua ganharam notoriedade na cassação da presidente. Alguns universitários tomaram iniciativas de ocupação dos espaços públicos e participaram

tanto contra como a favor do *impeachment*. Várias cidades do País foram tomadas pelas cores verde e amarelo presentes nos uniformes da seleção “canarinho” e nas bandeiras dos manifestantes. Em Fortaleza, a Praia de Iracema foi tomada por carros de som, barraquinhas, ambulantes e pessoas caracterizadas com os símbolos da pátria. Lembrava uma final de copa do mundo, com direito à música, telão e vista para o mar. O juiz Sérgio Moro era muito lembrado com cartazes e um boneco inflável, que o representava como super-homem<sup>167</sup>. O vermelho não era bem quisto naquelas redondezas, mas ganhou representação em outros pontos da cidade. A Praça do Ferreira era o palco dessas vozes que denunciavam o *impeachment* como golpe. As manifestações, com a participação de milhares de pessoas, defendiam o mandato de Dilma e o respeito às regras democráticas<sup>168</sup>.

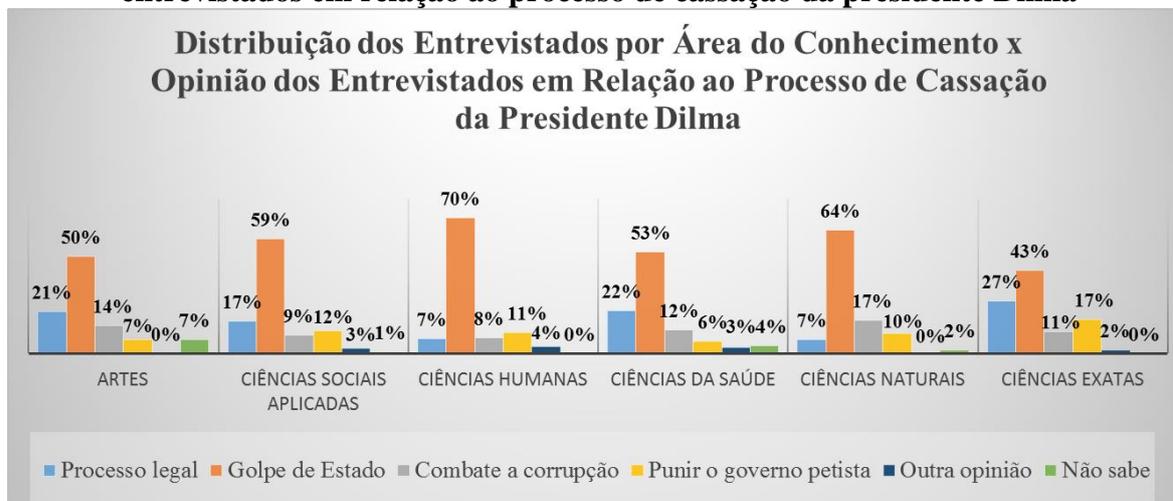
Contudo, foi nas redes sociais e nas rodas de amigos que a maioria protestou e defendeu seu ponto de vista e suas escolhas (46%). Tendo ainda 34% que não participaram de forma alguma. Isso representa que 80% dos estudantes não se manifestaram nas ruas. A descrença nos partidos políticos e na própria democracia liberal talvez explique parte do problema, somado à enorme rejeição de eleitores da presidente com os rumos tomados pelo governo. Na UECE a participação partidária é de 2%, ou seja, 98% não são filiados a nenhum partido. A crise de representação nas democracias está sendo um dos grandes problemas para o mundo atual. A decepção da juventude universitária com a política partidária remete à busca por novos caminhos de participação democrática. As ruas foram ocupadas por mudanças, apesar da baixa participação dos discentes da UECE. Mesmo assim, 19% dos estudantes participaram das manifestações de rua. Os 17% eram contrários ao *impeachment* e cerca de 2% a favor da cassação.

---

<sup>167</sup> Disponível em: <https://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/politica/praiadeiracema-e-palco-da-maior-manifestacao-contrario-ao-pt-ate-hoje-em-fortaleza/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

<sup>168</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/04/praca-do-ferreira-tem-ato-favor-do-governo-federal-em-fortaleza.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

**Gráfico 12 – Distribuição dos entrevistados por área de conhecimento X Opinião dos entrevistados em relação ao processo de cassação da presidente Dilma**



Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

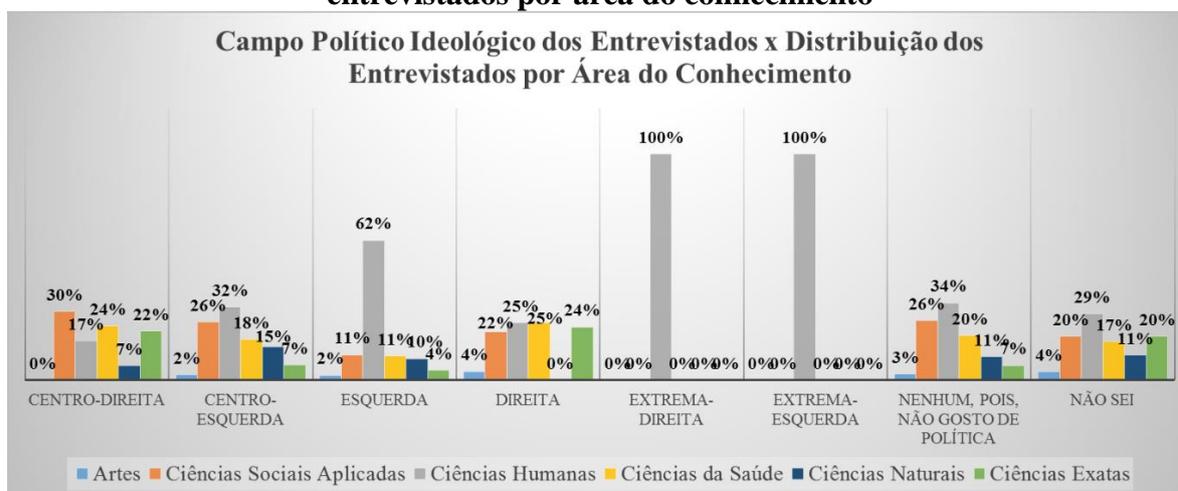
A compreensão do processo de cassação da presidente Dilma foi percebida de diferentes formas pelos discentes dos cursos analisados. Assim, no gráfico 12 distribuíram-se os cursos em áreas específicas do conhecimento. Delimitou-se como Artes o curso de Música. As Ciências Sociais Aplicadas aos cursos de Ciências Contábeis, Serviço Social e o de Administração de Empresas. Os cursos de História, Geografia, Letras, Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais como Ciências Humanas. As Ciências da Saúde englobam os cursos de Medicina, Psicologia, Educação Física, Enfermagem e Nutrição. As Ciências Naturais são os cursos de Biologia, Medicina Veterinária e Química. Finalizando, as Ciências Exatas com os cursos de Matemática, Física e Ciências da Computação.

Nas Artes, o golpe de Estado foi marcado por 50% dos entrevistados. A cassação do mandato presidencial visto como um processo legal representou a vontade de 21%. O combate à corrupção foi lembrado por 14%. A punição ao governo petista foi a opção de 7%. Os que não sabiam somou também 7%, sendo o maior nesse quesito em comparação com outras áreas. As Ciências Sociais Aplicadas tiveram 59% declarantes que confirmaram um golpe de Estado. A posição de 17% era de defesa do *impeachment* como um procedimento legal. Visto como mecanismo de combate à corrupção foram 9%. Como punição ao governo do PT foram 12%. Outra opinião foi frisada por 3%, e que não sabiam foi 1%. Na área de Ciências Humanas a denúncia de um golpe foi marcada por 70%, o maior índice entre as diferentes áreas do conhecimento. Como um processo legal foi o menor índice, com 7%, empatado nesse quesito com as Ciências Naturais. O combate à corrupção foi marcado por 8%. Uma punição ao governo petista foi apoiada por 11%. Outra opinião foi a opção de 4%. As Ciências da Saúde tiveram 53% de discentes que indicaram o golpe de Estado contra 22%

que assinalaram o processo como legal. O combate à corrupção foi lembrado por 12% e 6% viam como uma punição ao governo petista. Não souberam opinar foi de 4%, e outra opinião apontou 3%. As Ciências Naturais registraram 64% os que assinalaram a cassação como golpe. O processo visto como legal teve 7%. Combate à corrupção foi a sentença de 17%. Para punir o governo foi de 10%, e que não sabiam ficou em 2%. Por fim, as Ciências Exatas tiveram o maior índice em relação ao processo de cassação como legal. Essa opção foi lembrada por 27% dos entrevistados. Os 43% que defenderam a cassação como golpe, refletiu também na menor porcentagem em comparação com as diferentes áreas. A punição ao governo petista foi lembrada por 17%, esse foi o maior índice em confronto com os outros dados sobre o tema. Os que viram como um combate à corrupção somam 11%, e os que tinham outra opinião foi de 2%.

Um ponto relevante é que todos os cursos reconheceram de forma expressiva a cassação da presidente Dilma como um golpe de Estado. Sendo significativo nas Ciências Humanas (70%), Ciências Naturais (64%) e Ciências Sociais Aplicadas (59%). Tendo, inclusive, os menores índices para o *impeachment* como processo legal, sendo estes 7% tanto para as Ciências Humanas como Naturais e 17% para Ciências Sociais Aplicadas. As Ciências Exatas (43%), as Artes (50%) e as Ciências da Saúde (53%) tiveram os menores índices a favor do golpe e os maiores em relação à legalidade do *impeachment*, com 27%, 21%, 22%, respectivamente. Interessante que o discurso da corrupção não ganhou muito espaço entre os universitários. Mesmo a grande mídia usando a corrupção como o problema central nos governos petistas, somente as Ciências Naturais (17%), as Artes (14%), as Ciências da Saúde (12%) e as Ciências Exatas (11%) ganharam alguma representatividade, assim como punir o governo petista. As que se destacaram foram as Ciências Exatas (17%), as Ciências Sociais Aplicadas (12%), as Ciências Humanas (11%) e as Ciências Naturais (10%). Portanto, a rivalidade dos discursos ficou entre o golpe e a legalidade da cassação da presidente Dilma. Existindo, entre as diferentes áreas do conhecimento, um maior consenso na defesa de um golpe de Estado no Brasil.

**Gráfico 13 – Campo político ideológico dos entrevistados X Distribuição dos entrevistados por área do conhecimento**

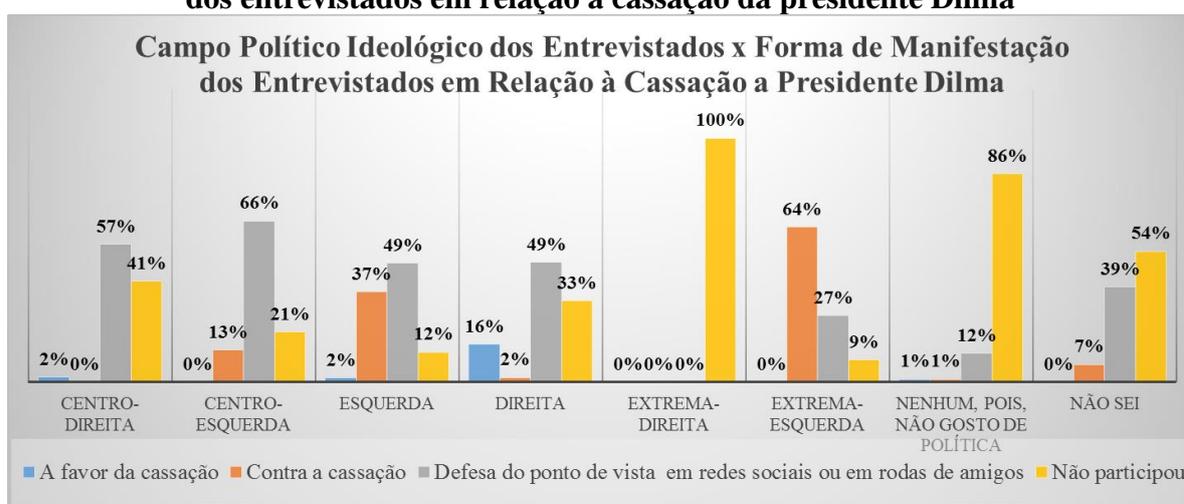


Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

A análise do gráfico 13 demonstra o viés ideológico dos entrevistados e sua distribuição por área do conhecimento. Os estudantes que se declararam de direita se dividiram assim: Ciências da Saúde e Ciências Humanas, cada uma com 25%. Ciências Exatas aparecem com 24% e Ciências Sociais Aplicadas com 22%. Ciências Naturais com 0% e Artes com 4%. Os de esquerda nas Ciências Humanas foram predominantes, com 62%, aparecendo depois as Ciências da Saúde e as Ciências Sociais Aplicadas, cada área com 11%. Ciências Naturais com 10%, Ciências Exatas com 4% e Artes com 2%. Os declarantes de centro-direita tiveram as Ciências Sociais Aplicadas com 30%, Ciências da Saúde com 24% e Ciências Exatas com 22%. As Ciências Humanas com 17%, as Ciências Naturais com 7% e Artes com 0% fecham esse campo ideológico. Na centro-esquerda, as Ciências Humanas ficaram com 32%, as Ciências Sociais Aplicadas com 26%, as Ciências da Saúde com 18%, Ciências Naturais com 15%, Ciências Exatas com 7% e Artes com 2%. A extrema-esquerda e a extrema-direita se situam 100% na área das Ciências Humanas. Os que não se posicionaram ideologicamente: as Ciências Humanas ficaram com 34%, as Ciências Sociais Aplicadas com 26%, as Ciências da Saúde com 20%, Ciências Naturais com 11%, Ciências Exatas com 7% e Artes com 3%. Os que não souberam: as Ciências Humanas ficaram com 29%, as Ciências Sociais Aplicadas com 20%, as Ciências da Saúde com 17%, Ciências Naturais com 11%, Ciências Exatas com 20% e Artes com 4%. Observa-se, nas Ciências da Saúde e nas Ciências Exatas, uma maior predominância de discentes na direita (25% e 24%) e na centro-direita (24% e 22%, respectivamente). Nas Artes, um total desinteresse pelo viés ideológico. Sendo as maiores porcentagens na direita (4%) e não sabe (4%). Um fato que chama a atenção é a área das Ciências Humanas. Apesar de uma maioria se declararem de

esquerda (62%), na análise do gráfico, percebeu-se muito mais um conflito ideológico na área do que um pensamento hegemônico de esquerda. Exceto na centro-direita, em todas as áreas do conhecimento as Ciências Humanas se destacaram em primeiro. A porcentagem de alunos no campo da direita empata com as Ciências da Saúde como a maior entre as áreas (25%). Os extremismos de direita e de esquerda estão representados somente nas Ciências Humanas. Na centro-esquerda também liderou com 32%. Somente na centro-direita não conseguiu o primeiro lugar, assumindo a quarta posição com 17%. Fechando com os maiores índices também na opção: não sabe (29%) e não gosta de política (34%). O não engajamento dos estudantes de Humanidades engloba um terço dos discentes das áreas pesquisadas. Um índice alto para uma Ciência que é atacada como local de doutrinação marxista e de formação de quadros partidários para a esquerda. Os indivíduos que se denominaram monarquistas e anarquistas (apesar de não terem essas opções no questionário) também eram das Ciências Humanas. Isso demonstra a complexidade de uma área acadêmica que tem como trabalho a interpretação do mundo e a construção do pensamento. Portanto, acusar as Ciências Humanas de centros de doutrinação de esquerda torna-se uma falácia através da análise dos dados. A área, pela sua bela capacidade de reflexão sobre o mundo em que vivemos e sobre nós mesmos, desperta pessoas de todos os vieses ideológicos, trazendo anseios construídos por diferentes histórias de vida. Gostar das Humanidades é enaltecer o conhecimento como verdade e não os dogmatismos que embrutecem o espírito humano.

**Gráfico 14 – Campo político ideológico dos entrevistados X Forma de manifestação dos entrevistados em relação à cassação da presidente Dilma**

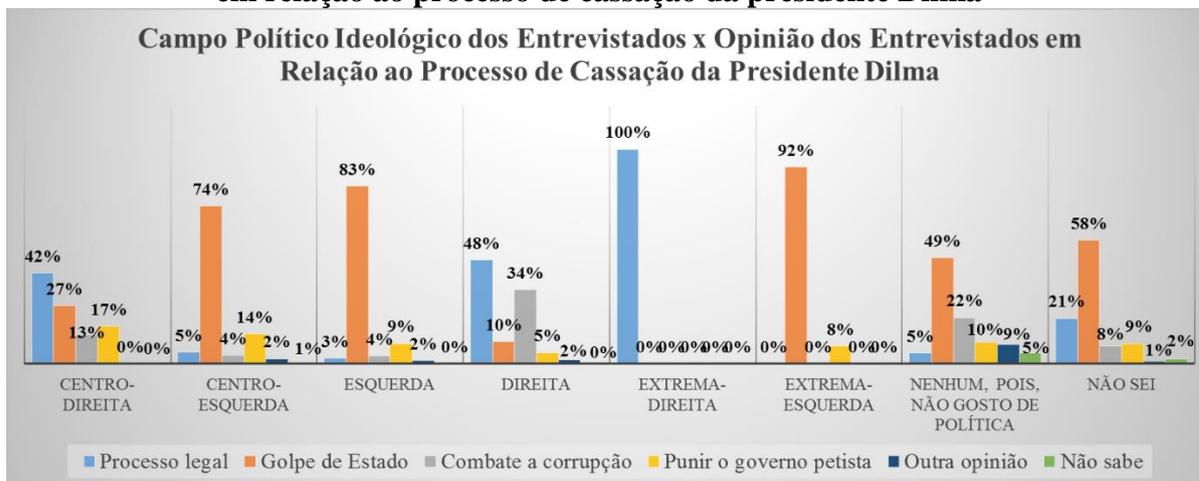


Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

A análise do gráfico 14 demonstra o viés ideológico dos entrevistados e sua presença em manifestações de rua no processo de cassação da presidente Dilma. O primeiro

ponto analisado será aqueles entrevistados que se manifestaram somente nas redes sociais ou nas rodas de amigos. No viés ideológico de centro-direita a porcentagem chegou a 57%, e no de centro-esquerda esse dado foi de 66%. Na direita e na esquerda, 49%. Na extrema-esquerda foi de 27%. Aqueles que não se definiram ideologicamente chegaram a representar 12%. E os que não sabiam, 39%. Os que participaram de manifestações de rua a favor da cassação da presidente Dilma estão 2% se declarando de centro-direita, assim como 2% de esquerda. A posição de direita foi representada por 16%, e os que não tinham um posicionamento ideológico representaram 1%. Aqueles que estavam nas ruas para criticar a cassação como golpe eram de 13% na centro-esquerda e de 37% na esquerda. Os que se denominaram de extrema-esquerda somavam 64%. A direita teve uma representação de 2%. Sem posição ideológica foi de 1%, e os que não sabiam 7%. O último ponto registra os que não participaram de nenhuma forma das manifestações em relação ao *impeachment*. Na centro-direita esse dado chegou a 41%. Na centro-esquerda foi de 21%. Na esquerda registrou em 12% e na direita em 33%. Na extrema-direita foi de 100% e na extrema-esquerda de 9%. Os que não se posicionaram no viés ideológico foi o maior, com 86%, e os que não sabiam com 54%. Alguns entrevistados ligados ideologicamente à direita (2%) participaram em manifestações contrárias ao golpe, assim como alguns identificados com a esquerda (2%) apoiaram o *impeachment*. Uma outra questão em referência às manifestações de rua é a participação da direita com 16%. Apesar de pequena, é representativa, pois com o fim da Ditadura Militar esse segmento não era visto reivindicando pautas próprias nas ruas do País. O ano de 2013 tornou-se um marco importante para esse retorno. Outro ponto interessante foi em relação à defesa do ponto de vista em redes sociais e rodas de amigos. A direita e a esquerda empatam nesse quesito, com 49%. Sendo maioria na centro-esquerda (66%) e na centro-direita (57%). Até os discentes que não se interessam pela política (12%) e os que não sabem (39%) foram representativos. Isso demonstra a importância das redes sociais como ferramenta política nessa era digital. No *impeachment* da presidente Dilma a direita mostrou mais competência que a esquerda no uso das redes sociais. Nas eleições de 2018 outra aula de profissionalismo foi protagonizada pela direita, que expôs a fragilidade da esquerda brasileira em acompanhar as implicações das mídias sociais no jogo político.

**Gráfico 15 – Campo político ideológico dos entrevistados X Opinião dos entrevistados em relação ao processo de cassação da presidente Dilma**

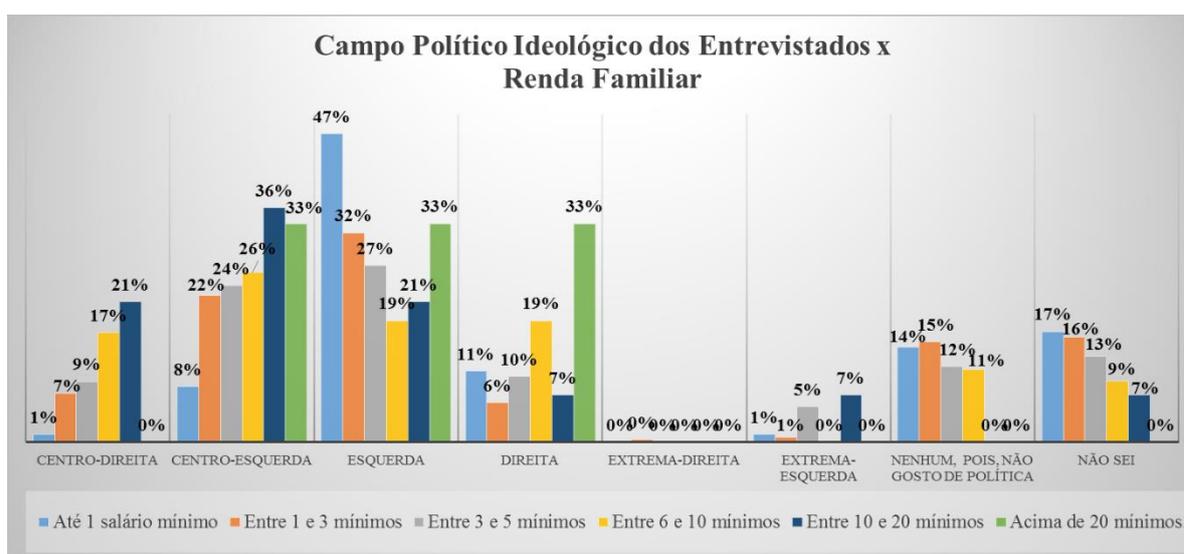


Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

O gráfico 15 cruza os dados referentes ao campo ideológico dos entrevistados e seus posicionamentos em relação ao processo de cassação da presidente Dilma. Assim, o primeiro item verificado foi em relação à cassação da presidente Dilma vista como um processo legal. A centro-direita apoia com 42% e a centro-esquerda com 5%. A esquerda legitima o *impeachment* com 3% e a direita com 48%. A extrema-direita foi 100% favorável. Os que não se posicionaram ideologicamente ficaram em 5%, e os que não sabiam com 21%. O golpe de Estado foi o consenso de 27% da centro-direita e de 74% da centro-esquerda. Na esquerda foi de 83%, e na direita de 10%. A extrema-esquerda foi de 92% denunciando o *impeachment* como golpe. Os que não se posicionaram ideologicamente (49%) ou não sabem (58%) também viram a cassação como um processo ilegal. O combate à corrupção ficou no campo da direita, com 34%, e da centro-direita com 13%. Sem posicionamento ideológico e não sabem ficaram com 22% e 8%, respectivamente. A centro-esquerda e esquerda empataram neste item, com 4%. Como punição ao governo do PT, a centro-direita com 17% e a centro-esquerda com 14% sobressaíram nesse ponto. A esquerda se posicionou com 9% e a direita com 5%. A extrema-esquerda ficou com 8%. Sem posicionamento ideológico com 10% e que não sabem com 9%. A definição da cassação como golpe teve uma porcentagem expressiva na centro-direita (27%), nos que não sabem (58%) e naqueles que não gostam de política (49%). A opinião sobre a ruptura democrática não foi exclusividade das esquerdas, apesar da expressividade tanto na extrema-esquerda (92%), na esquerda (83%) e na centro-esquerda (74%). Uma análise interessante é como o discurso da corrupção ganhou espaço na direita (34%) e nos discentes que não gostam de política (22%). Ficando, ainda, em terceiro nesse quesito a centro-direita com 13%.

Isso demonstra a disseminação do discurso da corrupção em alguns setores ideológicos. Junto com a Operação Lava Jato, a imprensa brasileira protagonizou capítulos diários de vazamentos seletivos das delações premiadas dos envolvidos na corrupção da Petrobras. O presidencialismo de coalizão foi colocado em xeque pelos negócios espúrios realizados entre empresários e políticos. O fantasma da corrupção, que assola o sistema partidário brasileiro, mais uma vez é usado como solução política para destituir outro presidente. A recepção desse discurso na direita ganha muitos adeptos nas classes médias e altas do País. Na esquerda e na centro-esquerda esse discurso foi marcado por apenas 4%. Outro discurso propagado pela mídia era o “conjunto da obra” dos governos petistas para o *impeachment*. A corrupção, a falta de base parlamentar, a desarticulação da presidente eram argumentos usados na cassação. A razão principal para o impedimento de Dilma era punir o governo pelo desastre econômico no País. No entanto, esse discurso só teve uma aceitação mais significativa na centro-direita (17%) e nos estudantes que não gostam de política (10%). E como era mais provável, a direita (48%), a centro-direita (42%) e a extrema-direita (100%) enxergam a cassação da presidente como um ato legal. Tendo, ainda, votação expressiva a legalidade do *impeachment* daqueles não souberam se posicionar no campo ideológico (21%).

**Gráfico 16 – Campo político ideológico dos entrevistados X Renda familiar**



Fonte: Autor da pesquisa. Arantes, W. T. R.

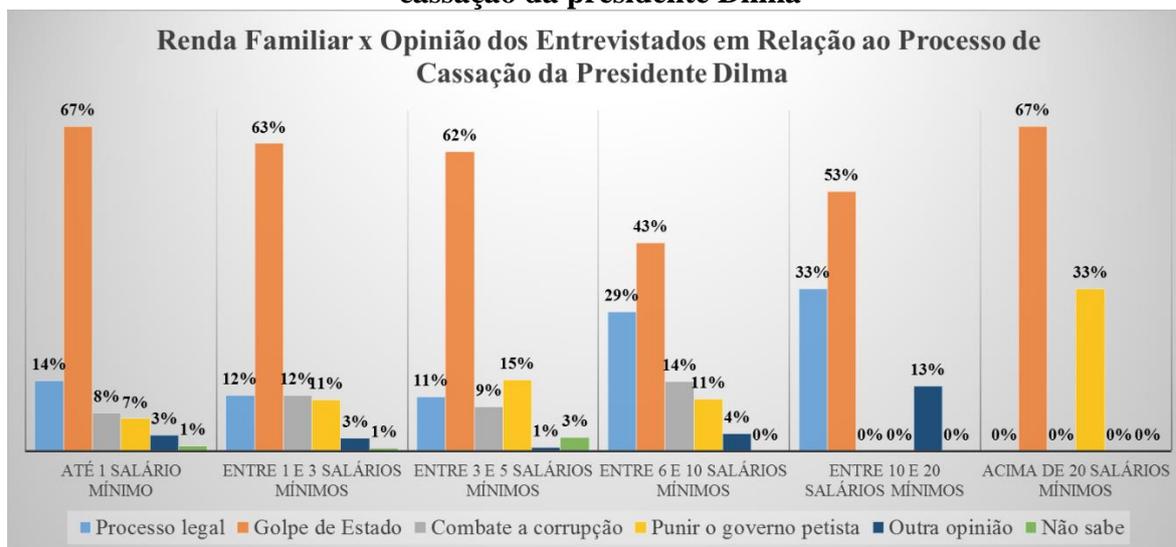
O gráfico 16 analisa o campo político ideológico dos entrevistados com sua renda familiar. Aqueles com renda de até um salário-mínimo: 47% se declararam de esquerda e 11% de direita. A centro-esquerda aparece com 8%. A centro-direita e a extrema-esquerda

com 1%. Os que não sabem e sem posição ideológica despontam com 17% e 14%, respectivamente. Entre um e três salários-mínimos: a esquerda com 32% e a centro-esquerda 22% revelam-se pioneiras. A direita com 6% e a centro-direita com 7%. A extrema-esquerda figura com 1%. Os que não sabem e sem posicionamento ideológico aparecem com 16% e 15%. Entre três e cinco salários-mínimos: a esquerda desponta com 27% dos discentes e a centro-esquerda com 24%. A direita surge com 10% e a centro-direita com 9%. A extrema-esquerda representa 5%, sendo que os que não sabem e os sem posicionamento ideológico apontam com 13% e 12%, respectivamente. Entre seis e dez salários-mínimos: a centro-esquerda tem 26% e a centro-direita com 17% dos discentes. A esquerda e a direita aparecem empatados com 19%. Os que não sabem e os sem posicionamento ideológico estão com 9% e 11%, respectivamente. Entre dez e vinte salários-mínimos: a centro-esquerda tem 36% e a centro-direita com 21% dos alunos. A esquerda desponta com 21%. A direita, a extrema-esquerda e os que não sabem aparecem com 7%. Acima de vinte salários-mínimos: a direita, a esquerda e a centro-esquerda empatadas com 33% dos entrevistados. Na centro-direita observou-se um crescimento de sua porcentagem em razão do aumento da renda. As faixas entre 10 e 20 salários-mínimos (21%) e entre 6 e 10 salários-mínimos (17%) estão as maiores porcentagens desse segmento. No entanto, não existe representação na faixa de renda acima de 20 salários-mínimos. Na centro-esquerda observa-se semelhante progressão. O diferencial é que acima de 20 salários-mínimos existe representantes com 33%. Tendo uma maioria nos setores de renda entre 10 e 20 salários-mínimos (36%) e 6 e 10 salários (26%). A esquerda e a direita estão empatadas com 33% entre a faixa de renda acima de 20 salários, mas na faixa de até um salário-mínimo a disparidade é visível entre elas, 47% e 11%, respectivamente. Outra diferença é entre a faixa de renda de 10 a 20 salários-mínimos. A esquerda aparece com 21% e a direita com 7%, e entre 6 e 10 salários empatam com 19%. Percebe-se segmentos de renda alta alinhados com uma mentalidade de esquerda. Talvez seja reflexo da discrepância da concentração de renda em Fortaleza e da força de segmentos políticos no Estado ligados mais ao campo social-democrata. Podendo ainda ser um reflexo de uma mentalidade de luta entre a cidade e o campo, ou melhor, entre empresários, burocratas, classe média e coronéis do sertão. A ideia de uma modernização conservadora afronta resquícios de uma política clientelista e coronelística. A maior força política do Estado é representada pela mistura desses dois mundos, que tentam se afastar e conciliar. A família Ferreira-Gomes acaba sendo o reflexo dessa relação entre uma política de fraca representação partidária, mas com um projeto de desenvolvimento voltado para um paradoxo que engloba o confronto, a conciliação e a adaptação com a realidade política local. O candidato a

presidente em 2018, Ciro Gomes, teve a maior votação no Estado cearense no primeiro turno<sup>169</sup> e no segundo turno a votação em Haddad foi expressiva, com 71% dos votos<sup>170</sup>.

Mesmo empatado com a esquerda entre a faixa de renda acima de 20 salários-mínimos (33%), a direita está mais concentrada nessa faixa de renda, sendo a esquerda mais representada nas faixas de até 1 salário-mínimo (47%) e de 1 a 3 salários-mínimos (32%). Outro dado relevante é a relação entre os que não se posicionaram ideologicamente com a renda. Quanto menor a renda, maior a porcentagem daqueles que não expressaram suas posições ideológicas, passando de 17% (faixa de até 1 salário) a 0% (faixa etária acima de 20 salários). Isso demonstra que se situar no campo ideológico está diretamente ligado à renda dos entrevistados.

**Gráfico 17 – Renda familiar X Opinião dos entrevistados em relação ao processo de cassação da presidente Dilma**



Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

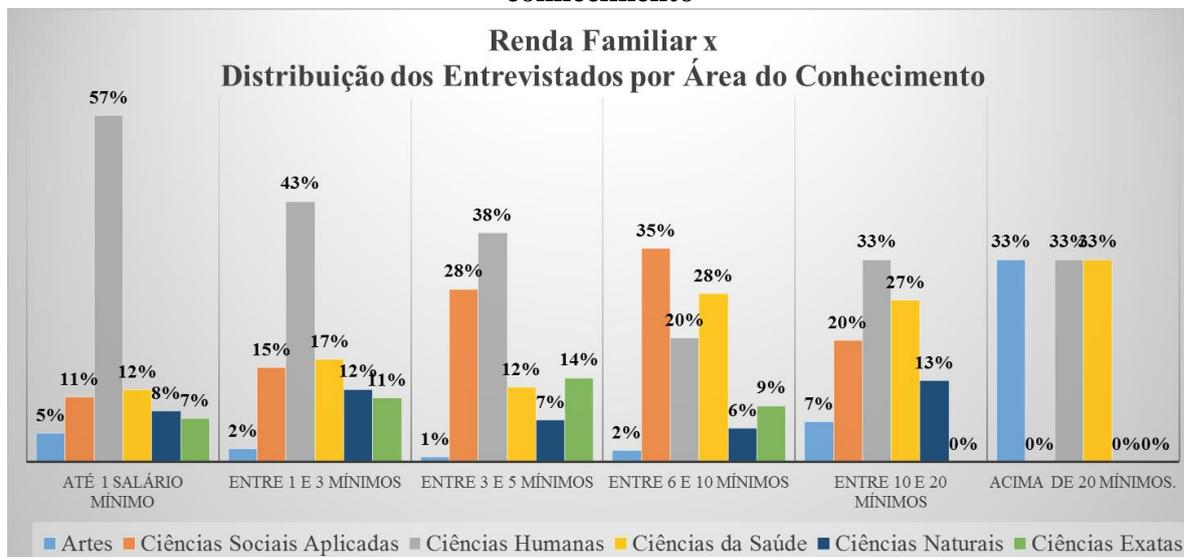
No gráfico 17 verificou-se a renda familiar relacionada à opinião dos entrevistados sobre a cassação da presidente Dilma. O primeiro está relacionado aos que marcaram o *impeachment* como um processo legal. Até um salário-mínimo foram 14%. Entre um e três salários-mínimos foram de 12%. Entre três e cinco salários ficaram com 11%. Entre seis e dez salários-mínimos a porcentagem foi de 29%. Entre dez e vinte salários aumentou para 33%. Acima de vinte salários-mínimos foi 0%. Em defesa da ilegalidade do

<sup>169</sup> Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-ceara/presidente-candidato-ciro-gomes/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

<sup>170</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/29/haddad-ganha-em-todas-as-cidades-vencidas-por-ciro-gomes-no-1o-turno.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2019.

*impeachment*, definido como golpe, os que recebem até um salário sinalizaram 67%. Entre um e três salários-mínimos foram 63%. Entre três e cinco salários foram 62%. Entre seis e dez salários-mínimos a porcentagem foi de 43%. Entre dez e vinte salários, de 53%. Acima de vinte salários-mínimos foram de 67%. Nota-se que em todas as faixas de renda o golpe teve uma grande aceitação entre os universitários. Um dado curioso é que as maiores porcentagens foram entre dois polos extremos na faixa de renda. Acima de vinte salários-mínimos (67%) e até um salário-mínimo (67%). O *impeachment* como combate à corrupção registrou que até um salário-mínimo o dado foi de 8%. Entre um e três salários-mínimos foram de 12%. Entre três e cinco salários ficaram com 9%. Entre seis e dez salários-mínimos a porcentagem foi de 14%. Entre dez e vinte salários-mínimos 0%. Acima de vinte salários-mínimos também foi 0%. A corrupção como motivo para a cassação não teve muita expressividade, com um percentual maior na faixa de seis a dez salários (14%). Para punir o governo petista, a renda acima de 20 salários teve maior projeção, com 33%. Até um salário-mínimo marcaram 7%. Entre um e três salários-mínimos foram de 11%. Entre três e cinco salários ficaram com 15%. Entre seis e dez salários-mínimos a porcentagem foi de 11%. Entre dez e vinte e acima de vinte salários 0%. Os que frisaram a opção “outra opinião”: até um salário e um e três salários-mínimos ficaram com 3%. Entre três e cinco salários, 1%. Entre seis e dez salários-mínimos a porcentagem foi de 4%. Entre dez e vinte salários de 13%. Acima de vinte salários-mínimos 0%. Os que não sabem estão representados somente em um e de um a três salários com 1% e com 3% entre três e cinco salários. Um registro importante é que as maiores porcentagens a favor da legalidade do *impeachment* estão entre as maiores rendas: seis a dez salários-mínimos (29%) e de dez a vinte salários-mínimos (33%). Inclusive, apesar de dominante, o discurso do golpe nessas duas faixas de renda foram as menores registradas, com 43% e 53%, respectivamente. Entretanto, um fato curioso é que na faixa acima de vinte salários-mínimos não existiu nenhuma representação a favor do *impeachment*. Sendo o golpe (67%) e a punição ao governo (33%) os únicos registros desse segmento. Com isso, observa-se algo inusitado na famosa luta de classes que se propagou durante o *impeachment*. Na UECE, observou-se que a porcentagem dos estudantes que acham a cassação um golpe aumenta de forma progressiva nas faixas de renda acima de cinco salários, ou seja, nas classes A e B. Tendo de seis a dez salários-mínimos (43%), dez a vinte salários-mínimos (53%) e acima de vinte salários (67%). Algo que demonstra a complexidade de entendimento desse processo político.

**Gráfico 18 – Renda familiar X Distribuição dos entrevistados por área do conhecimento**



Fonte: Autor da pesquisa: Arantes, W. T. R.

Por fim, no gráfico 18 foi verificada a renda familiar *versus* a distribuição dos entrevistados por área do conhecimento. Com renda de até um salário-mínimo, as Ciências Humanas aparecem majoritariamente com 57%. Em seguida, as Ciências da Saúde com 12% e as Ciências Sociais Aplicadas com 11%. As Ciências Naturais e as Ciências Exatas ficaram com 8% e 7%, respectivamente. Artes com 5%. Entre um e três salários: as Ciências Humanas em primeiro, com 43%. Novamente em segundo as Ciências da Saúde, com 17%, e em terceiro as Ciências Sociais Aplicadas, com 15%. Segue as Ciências Naturais com 12% e as Ciências Exatas com 11%. Artes aparece com 2%. Com renda de três a cinco salários-mínimos: as Ciências Humanas ficam na frente, com 38%. Há uma mudança na segunda posição, com as Ciências Sociais Aplicadas aparecendo com 28%. As Ciências Exatas, agora em terceiro, com 14%, e as Ciências da Saúde com 12%. As Ciências Naturais com 7% e Artes com 1% finalizam essa faixa de renda. Entre seis e dez salários-mínimos existe uma mudança substancial no gráfico. As Ciências Sociais Aplicadas estão no topo, com 35%, e as Ciências da Saúde com 28%. Com 20% situam-se as Ciências Humanas e as Ciências Exatas, com 9%. As Ciências Naturais fecham com 6% e Artes com 2%. Na faixa de renda entre dez e vinte salários-mínimos: as Ciências Humanas com 33%, as Ciências da Saúde com 27% e as Ciências Sociais Aplicadas com 20% estão nas três primeiras posições. As Ciências Naturais apontam com 13% e Artes ficam com 7%. As Ciências Exatas aparecem com 0%. Acima de vinte salários-mínimos as áreas que despontam são Artes, Ciências da Saúde e Ciências Humanas, todas com 33%. As outras três áreas restantes apontam 0%. Uma análise que pode ser feita é que as Ciências da Saúde está mais representada nas maiores

faixas de renda. Acima de vinte salários (33%), entre seis e dez salários-mínimos (28%) e vinte e dez salários-mínimos (27%). Artes está representada majoritariamente na faixa de renda acima de vinte salários-mínimos (33%) e dez a vinte salários (7%). As Ciências Humanas, apesar de aparecer representada em primeiro nas várias faixas de renda (exceto de seis e dez salários-mínimos), a área ganha destaque nas de menor renda, como até um salário-mínimo (57%), entre um a três salários-mínimos (43%) e três e cinco salários-mínimos (38%). As Ciências Exatas não tem discentes acima de dez salários-mínimos, ficando mais presente entre as faixas de três a cinco salários-mínimos (14%) e de um a três salários-mínimos (11%).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de cassação da presidente Dilma foi uma inflexão em relação às interpretações das regras democráticas descritas na Constituição de 1988. O crime de responsabilidade, pedalada fiscal e edição de créditos suplementares, justificou-se mediante uma tensão entre as normas jurídicas e os malabarismos de juízes, procuradores, parlamentares e mídia. A denúncia recente do site The Intercept, sobre o conluio do juiz Sérgio Moro com os procuradores da Operação Lava Jato, deixa o País perplexo sobre a falta de segurança jurídica e do retrocesso de uma democracia tão combatida. O papel central da imprensa na defesa da legalidade constitucional do *impeachment* também começa a ser colocado em xeque. Os arquivos divulgados pelo jornalista Glenn Greenwald mostram como a mídia atuou como um protagonista de acusação, juntamente com o juiz Moro. A Operação Lava Jato, uma investigação que demonstra importância num país carcomido por casos de corrupção, aparece nas falas de Moro e Dallagnol como um projeto de poder, por parte do Judiciário. A falta de imparcialidade do juiz leva a um pré-julgamento que induz suspeição, prevaricação. O oligopólio midiático no País, principalmente a Globo, atuou sincronizado com o juiz de Curitiba. A Operação Mãos Limpas ganhou no Brasil coloração patriótica verde amarelo e um velho espírito tupiniquim, o autoritarismo, adquirindo contornos que desprezam regras básicas do jogo democrático. Agora, algumas perguntas ficam no ar. A primeira é: a quem isso interessa? Qual o grau de participação da Operação Lava Jato na destituição da presidente Dilma Rousseff? Que atores se beneficiaram das ações da Lava Jato? Qual a real participação de outras nações, principalmente dos Estados Unidos na operação durante o *impeachment*? A complexidade de interesses e de atores corrobora para um perigoso entendimento do conluio de setores econômicos, políticos e burocráticos, com o intuito de subverterem as normas do jogo democrático. A democracia do Brasil mais uma vez é colocada em prova de fogo. As relações, pouco republicanas, entre membros da Lava Jato com o Departamento de Justiça norte-americano, demonstram que algo mais relevante do que a corrupção estava em jogo. No entanto, a forte reação contra o *impeachment* não estaria nos planos dos defensores da cassação de Dilma. Nesse ponto, os alunos da Universidade Estadual do Ceará demonstraram uma acentuada crítica ao processo de *impeachment*, sendo um forte contraponto à mídia convencional.

Através da pesquisa, foi constatado como a UECE é um local democrático em decorrência da preponderância de estudantes de baixa renda. Hoje, realmente, o povo brasileiro está presente na universidade pública. Uma predominância de pessoas provenientes

dos segmentos mais baixos da sociedade reflete novos caminhos na superação dos resquícios de uma sociedade desigual e racista. Na universidade cearense, a maior parte dos alunos são das classes D e E. A metade dos discentes está situada na faixa de renda de 1 a 3 salários. Outra questão relevante foi a diversidade dos meios de comunicação utilizados por esses jovens para pesquisar sobre a cassação da presidente Dilma. A internet é uma realidade para essa juventude, mesmo que outros meios, como a TV, ainda conquistem uma parte do público. Uma parte considerável dos universitários (61%) não compactuou com o discurso da mídia tradicional sobre o *impeachment*. Defenderam o fato histórico como um golpe de Estado. Em todas as áreas do conhecimento existiu uma maioria contrária ao discurso de legitimidade do *impeachment*. Um ponto que talvez seja o mais importante desta pesquisa é o papel das Ciências Humanas nessa conjuntura. Uma área tão desprezada e atacada pelos novos dirigentes do poder, julgada como centro de doutrinação das esquerdas e de pouca relevância para o Brasil, demonstrou, na verdade, uma enorme efervescência intelectual.

A pesquisa demonstrou que a área é muito mais um local de grandes conflitos ideológicos do que o monopólio de uma corrente de pensamento. As Ciências Humanas estão representadas por diferentes segmentos ideológicos, desde o centro até os extremos, tanto de direita quanto de esquerda. Sendo maioria na esquerda, na direita, na extrema-direita, na extrema-esquerda, nos que não sabem se posicionar ideologicamente e também naqueles que não se identificam em nenhum campo ideológico. A complexidade da área não é entendida pelos que se dizem defensores da pluralidade nas universidades. O discurso de adeptos a propostas como “Escola sem partido” acabam tendo, no mínimo, um nítido posicionamento ideológico.

Por fim, muito da atual perseguição às universidades públicas está compreendida parcialmente pelos resultados dessa pesquisa na UECE. Uma parte significativa das pessoas não concordou com a destituição da presidente Dilma, não importando nem a classe social e nem o viés ideológico. Não teve consenso em nenhuma área do conhecimento a legalidade do *impeachment*. Num país tão desigual e com fortes sentimentos de ódio ao pobre e principalmente ao negro é extremamente perigoso esses segmentos sociais ocuparem locais de excelência na produção de conhecimento. A consciência do que se passa no País e no globo possibilita sonhar e lutar por mudanças. O avanço do conservadorismo e da extrema-direita no mundo demonstra a necessidade de defender a universidade pública de interferências ideológicas tão perigosas à liberdade de cátedra. A Hungria de Orban já ensina os caminhos para o pensamento único, depois de prisões e perseguições de professores, numa cruzada ideológica contra o que chamam de marxismo cultural.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, P. H. **O Quarto Poder: uma outra História**. São Paulo: Hedra, 2015.
- ASSIS, D. Mídia e Novo Golpe. In: PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; TENENBAUM, Márcio; FILHO, Wilson Ramos. **A Resistência ao Golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.
- BARBERO, J. M. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro. EdUFRJ, 1987. Disponível em: <<https://notamanuscrita.files.wordpress.com/2014/08/jesus-martin-barbero-dos-meios-as-mediacao3a7c3b5es.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.
- BERGER, C. O Golpe da Mídia: a crítica ao jornalismo no discurso de intelectuais. **Revista Observatório**, v. 4, n. 1, p. 307-326, jan.-mar. 2018. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/.../4599/12207/>>. Acesso em: 16 ago. 2018.
- BITTENCOURT, M.; MAIA, C. **Qual a linha editorial e política dos comunicadores mais influentes nas redes sociais?** uma análise da cobertura da votação do Impeachment da presidenta Dilma Rousseff. São Paulo:[s.n], 2016.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política de Norberto Bobbio**. Brasília: EdUnB, 1998.
- BRANDALISE, G. M. **O Impeachment configurado no sistema brasileiro: entre seus aspectos jurídicos e políticos**. 2015. 52f. Monografia (Graduação em Direito). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz, 2015.
- BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora**, São Paulo, v. 7, n. 21, pp. 99-129, out.2014-jan. 2015.
- CAMPOS, M. M.; CARDOSO, V. A. R. **Impeachment: uma análise do enquadramento noticioso da Folha de São Paulo**. Volta Redonda:[s.n], 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2017/resumos/R58-0336-1.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- CARVALHO, A. B. O.; TORRES, M. S. Rito do processo de impeachment de Dilma Vana Rousseff à luz da ADPF 378-2015. **Cadernos de Iniciação Científica**, São Bernardo do Campo, v.6, n. 14, p.33-38, 2017.
- CARVALHO, P. H. V.; BELDA, F. R. Multiparcialidade, dialogia e cultura participativa como reação à pós-verdade: uma abordagem discursiva sobre o jornalismo. **Culturas Midiáticas**, v.10, n. 18, p.12-17, jan-jun.2017.
- CASTELLS, M. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Ação Política**. Belém - PA: Imprensa Nacional, 2005.

CHAUÍ, M. Uma Nova Classe Trabalhadora. *In*: SADER, Emir. **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

DURANTES, L. C. **Responsabilidade Fiscal: a salvaguarda dos Direitos Sociais**. 2018. 156f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito do Sul de Minas. Pouso Alegre, 2018.

FAUSTO NETO, A. “Tchau, querida”: leitura do impeachment. **Animus**, v. 15, n. 30, 2016.

FERREIRA, P. F.; SILVA, M. S.; GUIMARÃES, K. O. **Representação midiática do impeachment brasileiro em 2016: o dito e o não dito**. Curitiba:[s.n], 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1618-1.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

FRIGO, D.; DALMOLIN, A. R. Tensionamentos entre liberdade de expressão e discurso de ódio: Jair Bolsonaro e o Impeachment de Dilma Rousseff. **IV Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**. Santa Maria - RS. 8 a 10 nov. 2017.

GLASENAPP, R. B; FARIAS, A. O processo de impeachment na constituição federal de 1988 e sua aplicação no caso Dilma Rousseff. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto - SP, v. 25, n. 1, p.79-101, jan./jun. 2016.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOFFMANN, A. G. A cobertura do impeachment de Dilma Rousseff na imprensa francesa. **40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba - PR. 04 a 09 set, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0267-1.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

KASAHARA, Y.; MARSTEINTREDET, L. Presidencialismo em crise ou parlamentarismo por outros meios? Impeachments presidenciais no Brasil e na América Latina. **Revista de Ciências Sociais: Instabilidade Política e quedas presidenciais na América Latina**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 30-54, mar./jun., 2018.

KINZO, M. D. Governabilidade, estrutura institucional e processo decisório no Brasil. **Parcerias Estratégicas**, v. 2, n. 3, p. 9-25, 2009.

LAILER, C. V. O golpe parlamentar e a agenda que não ganha eleições. *In*: FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago. **O Ano Do Golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

LAURENTIIS, L. C. Nos labirintos de uma arqueologia: análise crítica da configuração brasileira do processo de impeachment. **Rev. direitos fundam. democ.**, v. 21, n. 21, p. 28-44, dez. 2016. Disponível em: <[revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/download/919/479](http://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/download/919/479)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

LERNER, C.; RIBEIRO, F. Afetos comuns: estudo comparativo das mobilizações pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff no Facebook. **Aurora**, São Paulo, v. 10, n. 29, p. 33-51, jun.-set. 2017.

LIMA, V. A. Por que não se avança nas Comunicações? In: SADER, Emir. **2013, Lula e Dilma: 10 anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LIMONGI, F. Impedindo Dilma. **Novos Estudos**, São Paulo, v.9, n.4, p. 5-13, jun.2017.

LOPES, C. As redes sociais e os novos fluxos de agendamento: uma análise da Al Jazeera sobre a primavera árabe. **Rede de Revistas da América Latina e Caribe**, v. 6, p. 789-811, 2013.

LOPES, M. As quatro famílias que decidiram derrubar um Governo Democrático. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por Que Gritamos Golpe?** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LOPES, M. S. **Narrativas Simbólicas do Lulismo: uma análise das campanhas eleitorais de Dilma Rousseff (2010 e 2014)**. 2016. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

LOPES, M. S.; ALBUQUERQUE, G. O nome das coisas: a disputa impeachment versus golpe na mídia internacional. **Revista de Ciências Sociais: Instabilidade Política e quedas presidenciais na América Latina**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 279-316, mar./jun. 2018.

LOPES, M. S.; SILVA, E. F. O Brasil que surge do impeachment: perspectivas analíticas nas Ciências Sociais. In: **JOIN: Encontro Internacional de jovens pesquisadores**. Campina Grande - PB, 2017.

LUKIC, M. R.; AFONSO, J. R. Mitos e verdades sobre as pedaladas fiscais. In: FALCÃO, J; ARGUELHES, D. W; PEREIRA, T. **Impeachment de Dilma Rousseff: entre o Congresso e o Supremo**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

MARTINS, M. D. Democracia e Rebeldia Popular no Brasil Contemporâneo. In: GONZÁLEZ, Maria Victoria Espiñeira; CRUZ, Danilo Uzêda da. **Democracia na América Latina: democratização, tensões e aprendizados**. Buenos Aires: Zarte, 2018.

MARX, K. Introdução à Crítica da Economia Política. In: MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MEDEIROS, J. Regressão democrática na América Latina: do ciclo político progressista ao ciclo político neoliberal e autoritário. In: **Revista de Ciências Sociais: Instabilidade Política e quedas presidenciais na América Latina**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 98-133, mar./jun., 2018.

MIGUEL, L. F. Quatro poderes e um Golpe. In: FREIXO, Adriano De; RODRIGUES, Thiago. **O ano do Golpe**. Rio de Janeiro: Raquel, 2016.

MORETZSOHN, S. D. A Mídia e o Golpe: uma profecia autocumprida. In: FREIXO, Adriano De; RODRIGUES, Thiago (Org.) **O ano do Golpe**. Rio de Janeiro: Raquel, 2016.

O'DONNELL, G. Poliarquias e a (in) efetividade da lei na América Latina. **Novos Estudos**, v. 51, n.12, p. 37-61, 1998.

OLIVEIRA, H. M. G. **A construção do impeachment de Dilma Rousseff pela mídia brasileira comercial na cobertura das manifestações de rua**. [S.l:s.n], 2016. Disponível em: <[www.ufrgs.br/...construcao-do-impeachment-de-dilma-rousseff-pela-midia-brasileir](http://www.ufrgs.br/...construcao-do-impeachment-de-dilma-rousseff-pela-midia-brasileir)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

OLIVEIRA, R. C. A. **Comunicação, prática cultural e hegemonia**: uma proposta de análise da produção cultural. Rio de Janeiro: INTERCOM, 1999.

PASSOS, M. R.; BAPTISTA, E. A. Impeachment versus golpe: a disputa de narrativas no contexto político brasileiro de 2016. **Revista Eptic.**, v. 20, n.2, p.22-27, maio-ago., 2018.

PIKETTY, T. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

PINTO, E. C. **Dilma**: de “Coração Valente” a “Presidente Acuada”. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2015. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/170820154652\\_ArtigodeOpinioDilma....16.08.2015.pdf](http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/170820154652_ArtigodeOpinioDilma....16.08.2015.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

PIGNATON, C.; REIS, R. **Jornalismo e discurso de ódio nas redes sociais**: estratégia de convencimento e rentabilidade. Joinville: INTERCOM, 2018.

POMPEU, D. A. M.; SILVA, P. V. A.; MEDEIROS, T. A.; RODRIGUES, Y. T.; SOUZA, S. S. G. **A cobertura do Estadão nas manifestações dos dias 13 e 15 de março**: uma análise crítica do discurso. Rio de Janeiro:[s.n], 2015. Disponível em: <[portalintercom.org.br/anais/nacional2015/busca.htm?](http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/busca.htm?)>. Acesso em: 16 ago. 2018.

PORTO, M. P. **A pesquisa sobre a recepção e os efeitos da mídia**: propondo um enfoque integrado. Belo Horizonte: INTERCOM, 2003.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROQUE, T. Restauração Neoliberal e dissolução da democracia. In: FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago. **O ano do Golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

SADER, E. A Construção da Hegemonia Pós-Neoliberal. In: SADER, Emir. **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, L. P. R.; LEAL, P. M. V. **O Processo de Impeachment de Dilma Rousseff**: análise de enquadramento dos textos destacados nas revistas Veja e Carta Capital. Belo Horizonte:[s.n], 2018. Disponível em: <[portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/lista\\_area\\_IJ01.htm](http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/lista_area_IJ01.htm)>. Acesso em: 16 ago. 2018.

SANTOS, W. G. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SECCO, L. **História do PT**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.

SILVA, I. G. A agenda conservadora assume o centro da cena política no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 20 n. 36, p. 140-150, jan-jun. 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/download/31853/pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SCHIAVONI, D.; VENERA, J. I. **#Esse Impeachment É Meu**: análise do discurso do colunista Kim Kataguirí durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Curitiba:[s.n], 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1906-1.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SILVA, M. P.; JERONYMO, R. S. **O enquadramento do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff nas revistas semanais**: simplificação, silenciamento de atores e utilização de fontes não identificadas como recursos retóricos. São Paulo:[s.n], 2016. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1379-1.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

SOUZA, J. **A Radiografia do Golpe**: entenda como e por que você foi enganado. São Paulo: Leya, 2016.

TIBURI, M. Mídia, Misoginia e Golpe. In: GERALDES, E. C.; RAMOS, T. R. O.; SILVA, J. D.; MACHADO, L. M. M.; NEGRINI, V. **Mídia, Misoginia e Golpe**. Brasília: FAC-UNB, 2016.

**ANEXOS**

## ANEXO A – Questionário de Pesquisa – PPGS.UECE

1- Qual curso você está matriculado na UECE?

\_\_\_\_\_.

2- Qual a sua faixa etária?

- a) 15 a 19 anos
- b) 20 a 24 anos
- c) 25 a 29 anos
- d) 30 a 34 anos
- e) 35 a 39 anos
- f) 40 a 44 anos
- g) 45 a 49 anos
- h) 50 a 54 anos
- i) 55 a 60 anos
- j) Acima de 60 anos

3- A sua renda familiar está representada em quantos salários-mínimos?

- a) Até 1 salário-mínimo
- b) Entre 1 e 3 mínimos
- c) Entre 3 e 5 mínimos
- d) Entre 6 e 10 mínimos
- e) Entre 10 e 20 mínimos
- f) Acima de 20 mínimos.

4- Você reside em Fortaleza?

- a) Sim. No bairro: \_\_\_\_\_.
- b) Não. Moro na cidade de: \_\_\_\_\_.

5- Você estudou o ensino médio em escola:

- a) Particular.
- b) Pública.
- c) Nas duas instituições, sendo a maior parte em escola pública.
- d) Nas duas instituições, sendo a maior parte em escola particular.

6- Você acompanhou as discussões sobre a cassação da presidente Dilma Rousseff?

- a) Sim.
- b) Não.

7- Se sim, quais veículos de comunicação que você mais acessou para acompanhar a cassação da presidente Dilma Rousseff?

- a) Internet (*blogs, sites* etc.).
- b) Redes sociais (Facebook, WhatsApp etc.).
- c) Televisão.
- d) Jornais impressos ou digitais.
- e) Revistas impressas ou digitais.

f) Rádio.

8- Como você se posiciona no campo político ideológico?

- a) Centro-Direita.
- b) Centro-Esquerda.
- c) Esquerda.
- d) Direita.
- e) Extrema-Direita.
- f) Extrema-Esquerda.
- g) Nenhum, pois, não gosto de política.
- h) Não sei.

9- Você é filiado a algum partido político?

- a) Sim. Qual? \_\_\_\_\_
- b) Não.

10- Você discutia sobre o processo de cassação da presidente Dilma Rousseff com outras pessoas?

- a) Sim, na universidade ou no trabalho.
- b) Sim, mas só com pessoas que compartilhavam com minha opinião.
- c) Sim, postando e me posicionando nas redes sociais.
- d) Não, pelo desinteresse pela política.

11- Você acredita que a cassação da presidente Dilma em 2016:

- a) Foi um processo legal
- b) Foi um golpe de Estado.
- c) Foi um processo importante para combater a corrupção
- d) Foi feito para punir o governo petista.
- e) Outra opinião:

---

12- Você chegou a participar de alguma manifestação de rua relacionada com a cassação da Presidente Dilma Rousseff:

- a) Sim, participei a favor da cassação.
- b) Sim, participei contra a cassação.
- c) Não, mas defendia meu ponto de vista postando em redes sociais ou em rodas de amigos.
- d) Não participo de discussões sobre política

## ANEXO B – Bairros de Fortaleza, habitantes e renda média

Secretaria Regional I – população de 363.912 habitantes, com renda média de R\$ 587,70, distribuída em 15 bairros: Alagadiço/São Gerardo, Álvaro Weyne, Arraial Moura Brasil, Barra do Ceará, Carlito Pamplona, Cristo Redentor, Farias Brito, Floresta, Jacarecanga, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Monte Castelo, Pirambu, Vila Ellery e Vila Velha.

Secretaria Regional II – população de 363.406 habitantes, com renda média de R\$ 1.850,10, distribuída em 21 bairros: Aldeota, Cais do Porto, Centro, Cidade 2000, Cocó, Dunas, Engenheiro Luciano Cavalcante, Estância (Dionísio Torres), Guararapes, Joaquim Távora, Lourdes, Meireles, Mucuripe, Papicu, Praia de Iracema, Praia do Futuro I, Praia do Futuro II, Salinas, São João do Tatuapé, Varjota e Vicente Pinzón.

Secretaria Regional III – população de 360.551 habitantes, com renda média de R\$ 658,00, distribuída em 16 bairros: Amadeu Furtado, Antônio Bezerra, Autran Nunes, Bela Vista, Bonsucesso, Dom Lustosa, Henrique Jorge, João XXIII, Jóquei Clube (São Cristóvão), Olavo Oliveira, Padre Andrade (Cachoeirinha), Parque Araxá, Parquelândia, Pici (Parque Universitário), Presidente Kennedy, Quintino Cunha e Rodolfo Teófilo.

Secretaria Regional IV – população de 281.645 habitantes, com renda média de R\$ 845,20, distribuída em 20 bairros: Aeroporto (Base Aérea), Benfica, Bom Futuro, Couto Fernandes, Damas, Demócrito Rocha, Dendê, Fátima, Itaoca, Itaperi, Jardim América, José Bonifácio, Montese, Pan Americano, Parangaba, Parreão, Serrinha, Vila Peri e Vila União.

Secretaria Regional V – população de 541.511 habitantes, com renda média de R\$ 471,70, distribuída em 18 bairros: Bom Jardim, Canindezinho, Conjunto Ceará I, Conjunto Ceará II, Conjunto Esperança, Genibaú, Granja Lisboa, Granja Portugal, Jardim Cearense, Manoel Sátiro, Maraponga, Mondubim, Parque Presidente Vargas, Parque Santa Rosa, Parque São José, Prefeito José Walter e Siqueira.

Secretaria Regional VI – população de 541.160 habitantes, renda média de R\$ 715,40, distribuída em 29 bairros: Aerolândia, Alto da Balança, Ancuri, Barroso, Boa Vista, Cajazeiras, Cambeba, Cidade dos Funcionários, Coaçu, Curió, Edson Queiroz, Guajeru, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, José de Alencar (Alagadiço Novo), Lagoa Redonda, Lagoa Sapiranga (Coité), Messejana, Palmeiras, Parque Dois Irmãos, Parque Iracema, Parque Manibura, Parque Santa Maria, Passaré, Paupina, Pedras, Sabiaguaba e São Bento.

Secretaria Regional Centro – com uma população de 28.538 habitantes, localizada no Centro da cidade. A população residente apresenta uma renda média de R\$ 1.062,93.